

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CLARIANA VILELA BORZONE

**MULHERES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS:
PROTAGONISMO, RESISTÊNCIAS E CONTRADIÇÕES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TRÊS LAGOAS/MS
2018

CLARIANA VILELA BORZONE

**MULHERES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS:
PROTAGONISMO, RESISTÊNCIAS E CONTRADIÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, PPGeo, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Rosemeire Aparecida de Almeida.

TRÊS LAGOAS, MS
2018

CLARIANA VILELA BORZONE

**MULHERES CAMPONESAS NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO/MS:
PROTAGONISMO, RESISTÊNCIAS E CONTRADIÇÕES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, PPGEQ, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Profª Drª Rosemeire Aparecida de Almeida.

Resultado: _____

Três Lagoas, MS, _____ de _____ de 2018.

Orientadora: Profª Drª Rosemeire Aparecida de Almeida
UFMS

Profª Drª Alzira Salete Menegat
UFGD

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
UFMS

*às mães,
e à Mãe Terra.*

Agradecimentos

Vou chegando perto do fim dessa caminhada e me sinto tremendamente grata por todas as pessoas e situações que me trouxeram até aqui!! Foi um ciclo e tanto!

A minha mãe, Maria, e a meu pai, Carlos, agradeço pela vida sagrada que me deram. Vocês são as estrelas mais brilhantes de meu céu, por quem fui e sou cuidada com muito amor, carinho, paciência, respeito. Aprendo a cada dia, e vocês me habitam sempre. Gracias pela confiança, por estarem sempre comigo, mesmo quando vocês não concordam muito com meus movimentos, mas seguem firmes pra me darem as mãos se tropeço. Gracias por terem me despertado pra inúmeras sensações, por me apresentarem a Vida, a bios, a terra, por terem me dado os olhos de curiosa, braços e pernas de coragem, o coração de justiça, o amor às árvores e bichos e águas. Por serem meu maior exemplo, mis espejos de amor. Tudo que tenho e acredito hoje foi nutrido por vocês. Gratidão!!

À minha orientadora, a rosa mais vermelha da Geografia, pela oportunidade de novos caminhos, pela determinação, pela orientação!! Aprendi MUITO com você, Rose, em muitos campos e de muitas maneiras! Foi um privilégio te encontrar, estar próxima, nos conhecermos e criar uma relação bonita, de respeito, compreensão, admiração. Gratidão demais pelo apoio e parceria na jornada, por acreditar em mim e me abrir essas porteiras!

Aos outros e outras que orientaram, acompanharam, abriram porteiras também. Gratidão à equipe do LABET, ao professor Sedeval, ao grande mestre Mieceslau, guias muito sábios da aventura que chamamos NEDET, o Núcleo de Extensão que me levou ao Bolsão rural, ao Bolsão camponês. A tantas casas e pessoas incríveis que conheci nesses três anos junto a vocês, em tantos quilômetros rodados. E olhar isso com os olhos despertos pra algumas compreensões geográficas, que foram surgindo em nossas reuniões, em lermos e pensarmos juntxs os movimentos do mundo, me foi fundamental pra relembrar e reconstruir meu propósito de vida. Gratidão às companhias de viagens e estudos: Fran, Néia, Danilo, Mariele, André, Francisco, Celeste, Fernando, Robson, Gabriela, Ju Adono, Letícia, Nathan, Luana, toda a galera do PET Geo, e mais uma turma linda aí dessa UFMS afora!! À Patrícia, companheira dos encontros de mulheres, pelos bolos maravilhosos e pela firmeza na parceria; e ao Tainan, pelas aulas de mapas e pelo programa salvador de transcrições. Gratidão à galera do AHOW, com quem ensaiei a Agroecologia na prática, semeando a terra, alternando entre a caneta e a enxada – movimento essencial pra mim. Gratidão à Juliana, presente da Geografia que me ajudou tanto na caminhada, com quem compartilhei a renovação de esperanças no mundo. E gratidão

ao Thiago, pelo suporte, pelos livros, pela boa companhia em meus últimos almoços na vida universitária.

Gratidão às mulheres e homens que me receberam em suas casas, em seus sítios, com tanta receptividade e amor. Por compartilharem comigo pedaços tão lindos de vida, por contarem histórias, pela confiança. Por todas as refeições, e pelas sementes, mudas, artesanatos e comidas que ganhei. Gratidão especial à Lucimar e à Rosi, assim como Júlio e Neli, pelos alimentos saudáveis que têm me sustentado há 3 anos: a maioria vem dos quintais de vocês. E agradeço também os inumeráveis cafés durante as feiras, servidos com muita risada. A todas e todos que se mobilizaram durante os encontros das mulheres camponesas, que acreditaram e seguem acreditando, que me ensinaram muitas coisas da vida, inspirando forças.

Gratidão à minha família: Ravi, querido irmão que me ensina a dialogar e ter senso crítico; Graciela, amada irmã com quem dividi cafés, açaís e risadas entre um desespero e outro. Minha avó e meu avô, que sempre viveram na roça e me deram esses genes caipiras que amo tanto, e me enviaram doces e queijos pra me animar no trabalho! Tias, tios, primas, primos, gratidão por todo o apoio! Pela compreensão de minhas ausências! Valeria querida, gratidão pela presença, pelas conversas e pelo carinho! Cris e Gisele, agradeço muito por zelarem por mim e me alimentarem nos dias em que eu pensava que o almoço era opcional.

Gratidão às mulheres unidas: ao grupo Dorcelina Folador, ao grupo de estudos feministas da Geo, às mulheres poderosas da História. Isso de ser mulher é um desafio incrível, e se torna cada vez melhor quando vamos nos unindo, reconhecendo o caminho juntas, para dentro de si, e assim para o mundo.

Ao Michel, que eu chamava em segredo de o anjo da guarda da pós, por ter me salvado de muitos apuros burocráticos. À Édima, Patrícia e China, pelos livros e conselhos; ao Marcelino, pelo apoio e compreensão quando o redor estava hostil; à Anecy, pelo cuidado.

À Alzira, ao Jodenir e ao Sedeval, gratidão por aceitarem meu convite e me regalarem contribuições riquíssimas nas bancas de qualificação e defesa, com tanto esmero, essenciais pra esse trabalho se consolidar.

À equipe da AGRAER de Três Lagoas: Sonia, Cleide e Boscaine, que me receberam sempre muito bem e auxiliaram com informações.

Gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de mestrado que possibilitou minha pesquisa; admiro muito as/os colegas que cumpriram suas pesquisas em paralelo a seus empregos formais; acredito que

eu não teria sido capaz dessa façanha. Creio ser fundamental o incentivo à Ciência no Brasil, por meio dos programas de fomento, que nos permitam avançar no campo científico, e assim encontrar soluções teóricas e práticas pro mundo. Tendo em vista todos os cortes de verbas para a ciência e educação nos últimos anos, penso que é nosso dever lutar por esse direito conquistado, e lutar ainda mais para que o ensino público superior seja cada vez mais acessível; sei dos muitos privilégios que tive para estar aqui, e da importância de romper com eles.

Gratidão aos animais que vivem comigo e que compartilharam esse tempo de pesquisa e escrita: Tigre, que salvou meus olhos de explodirem, me levando pra passear todo dia; Pixuna, Rihanna, Trix e Lua Nova, por todas as massagens felinas quando dava dor de cabeça, e por serem o despertador mais fofo que uma eremita pode querer.

Aos fiéis companheiros inorgânicos, o computador e o carro que me acompanharam, testemunhas de risos e lágrimas que permearam o caminho de pesquisa. O saber tem suas agruras, suas angústias, e viver em um momento político de tamanhas injustiças sociais, de tamanha violência, tanto no Brasil como no mundo, requer boas doses de respiro para renovar esperanças, para seguir acreditando no caminho. Entrar em contato com as histórias dessas mulheres foi, também, entrar em contato com meu próprio lugar social, com a mulher que sou, com a maneira como me coloco no mundo e com meu devir enquanto pesquisadora, filha, irmã, amiga, professora, camponesa, enquanto um grande conjunto de aspectos exercidos diariamente, em cada troca humana, em cada palavra e ação, em cada refeição. Entrar em contato com a terra, com esse ente misterioso que resiste bravamente aos ataques humanos, e que se alegra tanto quando trocamos carinho, nos provendo de todo alimento necessário, tem sido para mim uma reconexão com uma espiritualidade ancestral, um eco metafísico que vibra em meu corpo, em meu útero da mãe que posso vir a ser, em todas minhas células. Ser mãe é um ato de muita fé e coragem, de acreditar no futuro, de olhar o mundo e pensar “sim, estamos melhorando, e seguiremos melhorando! Vida, siga viva!”. É plantar sementes!

Durante o período do mestrado, um fato muito marcante me levou a repensar as estratégias de luta. Em represália ao movimento estudantil da UFMS, eu e colegas sofremos uma investida policial violenta; tive o joelho fraturado por uma bala de borracha à queima-roupa, o que me manteve imóvel por três meses, impossibilitada de caminhar. Passado o medo, hoje vejo como esse acontecimento reverberou profundamente em meu sistema de crenças, e me serviu de alimento para crescer mais, para ir além da violência e amadurecer minha percepção de vida. E chego mesmo a dizer que sou grata a esses encontros e às sombras, porque elas me permitem distinguir cada vez melhor a luz, e a canalizar toda minha energia pra ela, com a ânsia insaciável de uma sonhadora lúcida. Pois se quero um mundo onde

jovens pobres tenham seu direito tão básico à vida assegurado, onde haja fartura de alimentos a *toda* a humanidade, onde haja saúde, onde tenhamos confiança e respeito entre todxs nós, onde respeitemos todas as formas de vida, onde a educação seja tratada como prioridade, e seja instrumento de emancipação e desenvolvimento humanos, é preciso rever o caminho diariamente, permitir-se a construções e desconstruções, e ter muita união. Olhar o lado que não me agrada da humanidade (e que vive também dentro de mim) me faz lembrar por que estou aqui. E me dá força. Acredito que a grande maioria das pessoas prefere o amor, prefere a paz, mas talvez por termos medo, por não vislumbrarmos um caminho possível, nos tornamos defensivxs, egoístas, desconfiadxs. O oposto do amor não é o ódio: é o medo.

Assim, sou grata ao medo também. Às hesitações. São vocês que movimentam a resistência. Sou grata a mim, a meu corpo e alma, por resistirem, e seguirem buscando o caminho, dia a dia. Grata ao amor, que faz tudo ter sentido. E grata a todo o apoio recebido durante os dias mais difíceis.

Mari e Thaís, gratidão pelos pulos na Cascalheira pra renovar os ânimos desanimados. Maria Cláudia, gratidão por me abrir as portas da sua casa nas horas cruciais pra conseguirmos entrar nesse mestrado. Maria Bertoche, gratidão por me iluminar a vida com sua amizade e seu exemplo.

Thaís Vasques, gratidão pelos ouvidos atentos, por fortalecer meu escudo, me ajudar a me ver, a crescer e seguir.

Carla, companheira diosa de jornada, gratidão pela presença, pelos diálogos enriquecedores, pela leitura e apoio, por crescer junto comigo, me estender a mão e me ajudar a abrir os olhos. Te amo muito.

Gratidão à família linda das Medicinas da Floresta, que me acompanhou nesse trajeto, e foi fundamental pra eu voltar aos eixos, ou melhor, encontrar novos eixos. Fúlvio e Taysa, gratidão pelo cuidado, pelas curas, por experiências de mudanças de vida, mortes e renascimentos. Por me receberem com tanto amor. Pelos ensinamentos. Sarah, gratidão pelo apoio, pela soft stone inspiradora. Otto, gratidão por tanta luz, por me ensinar a cada encontro, por me ajudar a lembrar o que realmente importa na vida. E aos outros seres incríveis que vieram nesse tempo: César, e sua mãe maravilhosa Vânia, minha colega de mestrado inspiradora na luta; Isabel, que está chegando, e sua mãe Karol que é parceira de mortes e renascimentos; Miguel, e sua supermãe Maria Augusta, presente dos encontros mágicos. Que vocês tenham um mundo melhor, com outras questões mais tranquilas pra resolver, que haja paz. Eu vou torcer pela paz, vou atuar pela paz, construir a paz com as pás e as sementes na terra. E o amor será a única lei.

*Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que la tierra es de nosotros
Y no del que tenga más
Yo pregunto si en la tierra
Nunca habrá pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den
A desalambrar, a desalambrar
Que la tierra es nuestra, tuya y de aquél
De Pedro, Maria, de Juan y José
(VIGLIETTI,1998)*

*A luta pela Mãe-Terra é a mãe de todas as lutas.
(GUAJAJARA, 2018)*

RESUMO

A presente pesquisa propõe-se a identificar e destacar o protagonismo das mulheres camponesas residentes nos assentamentos de Reforma Agrária do Território Rural do Bolsão, Mato Grosso do Sul, buscando verificar como se dão as relações de gênero no processo de (re)criação camponesa no Território, compreendendo que a ordenação desse território se dá via relações de produção capitalistas, de maneira desigual e contraditória. Para tanto, foi observada a participação social dessas mulheres, nas esferas privada e pública - em associações, grupos, feiras e outras instâncias de representatividade social. Por meio dessa análise, pretendeu-se obter melhor compreensão da importância das lutas feministas dentro dos movimentos de luta pela terra e para nela permanecer, assim como identificar as contradições presentes no modelo de desenvolvimento capitalista atual e suas implicações na vida de mulheres e homens. Foram estudadas as mulheres assentadas que se destacam por seu protagonismo, seja no histórico de luta pela terra, seja na participação política atual - a exemplo das que atuam no Comitê de Mulheres do Bolsão, formado em 2016, assim como das assentadas que compõem as associações locais. Foi feito o estudo de referencial teórico, levantamento de dados secundários e produção de dados primários por meio de entrevistas, história de vida e observação da organização cotidiana das mulheres em trabalhos de campo. Os dados obtidos demonstraram o grande protagonismo político exercido pelas mulheres estudadas, bem como a relação desses sujeitos com os movimentos agroecológicos, e sua grande força de resistência à agricultura hegemônica capitalista e às desigualdades de gênero impostas pelo patriarcado.

Palavras-chave: Agroecologia. Campesinato. Mulheres assentadas.

RESUMEN

La presente investigación se propone a identificar y destacar el protagonismo de las mujeres campesinas residentes en los asentamientos de Reforma Agraria del Territorio Rural del Bolsão, en Mato Grosso do Sul, buscando verificar cómo se dan las relaciones de género en el proceso de (re) creación campesina en el Territorio, comprendiendo que la ordenación de ese territorio es vía relaciones de producción capitalistas, de manera desigual y contradictoria. Para ello, se observó la participación social de esas mujeres, en las esferas privada y pública - en asociaciones, grupos, ferias y otras instancias de representatividad social. Por medio de este análisis, se pretendió obtener una mejor comprensión de la importancia de las luchas feministas dentro de los movimientos de lucha por la tierra y para permanecer en ella, así como identificar las contradicciones presentes en el modelo de desarrollo capitalista actual y sus implicaciones en la vida de mujeres y hombres. Se estudiaron las mujeres asentadas que se destacan por su protagonismo, sea en el histórico de lucha por la tierra, sea en la participación política actual - a ejemplo de las que actúan en el Comité de Mujeres del Bolsão, formado en 2016, así como de las asentadas que componen las asociaciones locales. Se realizó el estudio de referencial teórico, levantamiento de datos secundarios y producción de datos primarios por medio de entrevistas, historia de vida y observación de la organización cotidiana de las mujeres en trabajos de campo. Los datos obtenidos demostraron el gran protagonismo político ejercido por las mujeres estudiadas, así como la relación de esos sujetos con los movimientos agroecológicos, y su gran fuerza de resistencia a la agricultura hegemónica capitalista y a las desigualdades de género impuestas por el patriarcado.

Palabras-clave: Agroecología, Campesinado, Mujeres asentadas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Assentamentos no TR do Bolsão: Quem é responsável pelas decisões no lote	49
Gráfico 2 – Território Rural do Bolsão: Área e número dos estabelecimentos agropecuários, por sexo do produtor.....	63
Gráfico 3 – Território Rural do Bolsão: Titularidade dos lotes nos assentamentos de Reforma Agrária, por sexo do produtor	64
Gráfico 4 – Estado do Mato Grosso do Sul: Terras privadas por tamanho (hectare).....	82
Gráfico 5 – Território Rural do Bolsão: Comparativo de número de estabelecimentos e área entre Agricultura Familiar e Não Familiar	86
Gráfico 6 – MS, 2005 a 2015: Área (ha) de Monocultivos de eucalipto	101
Gráfico 7 – Municípios do Bolsão, 2016: Área (ha) plantada com eucalipto.....	101
Gráfico 8 – Venda da celulose da Fibria por continente	106
Gráfico 9 – Entrevistadas: Perfil de idade	112
Gráfico 10 – Entrevistadas: Quantidade de filhas/os.....	113
Gráfico 11 – Entrevistadas: Estado civil	116
Gráfico 12 - TR do Bolsão: Participação da Agricultura Familiar nos recursos do PNAE ...	122
Gráfico 13 – Brasil: Valores destinados ao PAA (2003 a 2018)	123
Gráfico 14 - Valores do Plano Safra - 2014 a 2017 (em bilhões de R\$)	124
Gráfico 15 – Comitê de Mulheres do Bolsão: nº de membras por assentamento/órgão.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo de assentamentos (número e área) no Mato Grosso do Sul e no Território Rural do Bolsão	81
Tabela 2 – Estado do Mato Grosso do Sul: Terras Privadas por tamanho, área em hectares e número de imóveis	82
Tabela 3 – Território Rural do Bolsão: Composição Municipal	86
Tabela 4 – Território Rural do Bolsão: Dados dos assentamentos.....	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Território Rural do Bolsão: Relação da representatividade política das mulheres em cargos municipais – 2017.	58
Figura 2 – Território Rural do Bolsão: Relação da representatividade política das mulheres nas associações dos assentamentos – Gestões vigentes em 2018.....	60
Figura 3 – Mato Grosso do Sul: Mapa dos assentamentos de Reforma Agrária	80
Figura 4 – Território Rural do Bolsão: Mapa de localização dos municípios.....	84
Figura 5 - Território Rural do Bolsão: Mapa de assentamentos de Reforma Agrária.....	89
Figura 6 – Três Lagoas: Assentamentos de Reforma Agrária.....	90
Figura 7 – Selvíria: Assentamentos de Reforma Agrária.....	92
Figura 8 – PA São Joaquim, Selvíria (MS): Imagens da Feira do Produtor	94
Figura 9 – Paranaíba: Assentamento de Reforma Agrária.....	95
Figura 10 – Chapadão do Sul: Assentamento de Reforma Agrária.....	98
Figura 11 – PA Pontal do Faia: Plantio de eucalipto próximo.....	102
Figura 12 – PA Alecrim: Plantio próximo.....	103
Figura 13 – PA Canoas: Plantio próximo	103
Figura 14 - Comparativo de representatividade feminina entre as ministras e ministros de Dilma Rousseff e de Michel Temer	127
Figura 15 – UFMS Três Lagoas: Entrega de sacolas agroecológicas do Grupo de Consumo	129
Figura 16 - UFMS/CPTL - Campus II - Feira Agroecológica.....	130
Figura 17 - UFMS/CPTL - Campus I: Inauguração da Feira Agroecológica	130
Figura 18 – Público na Feira Agroecológica na UFMS/CPTL.....	132
Figura 19 – 1º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, em Paranaíba: Ilustrações feitas por estudantes de escolas do campo	134
Figura 20 - 1º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, em Paranaíba: Professora e as mulheres compartilhando histórias de vida	136
Figura 21 – PA Pontal do Faia, Três Lagoas: 2º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão; feira ao fundo.....	137
Figura 22 – PA Pontal do Faia, Três Lagoas: Mulher da etnia Ofaié presente no 2º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão.....	138
Figura 23 – PA São Joaquim, Selvíria: Cerimônia de abertura do 3º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão.....	139
Figura 24 – PA São Joaquim, Selvíria: Reunião do Comitê de Mulheres no 3º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão	141
Figura 25 – PA Canoas, Selvíria: 4º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão	142
Figura 26 – PA Serra, Paranaíba: Cerimônia de abertura do 5º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão.....	143
Figura 27 - PA Serra, Paranaíba: Café da manhã do 5º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APOMS	Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEB	Comunidade Eclesiástica de Base
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DFDA	Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
GEPEC	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABET	Laboratório de Estudos Territoriais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMIRDH	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
MS	Mato Grosso do Sul

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
NOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIS	Projeto Agroecológico Integrado Sustentável
PAP	Plano Agrícola e Pecuário
PDRT	Programa de Desenvolvimento Rural Territorial
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Política Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROINF	Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PTA	Plano de Transição Agroecológica
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Sead	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
TR	Território Rural
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	MULHERES, CAMPESINATO, TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	27
2.1	De mulheres, bruxas e capitalismo - a sopa primordial.....	28
2.2	Mulheres, lutas feministas e capitalismo no Brasil	35
2.3	As lutas das mulheres do campo no Brasil contemporâneo.....	39
2.4	Gênero, campesinato e território	45
2.5	Agroecologia, Soberania Alimentar e Ecofeminismo	65
3	O TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO: breves considerações sobre o processo histórico e a implantação da política pública dos territórios	74
3.1	Ocupação e cercamento de terras no planalto sul do Mato Grosso.....	75
3.2	Implantação e Consolidação do Território Rural do Bolsão.....	83
3.3	Os Assentamentos Rurais do Território Rural do Bolsão.....	87
3.4	O cerco aos assentamentos: a territorialização do monopólio.....	98
4	MULHERES QUE VIVEM NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO	111
4.1	Mulheres em Movimento: protagonismo e resistência.....	112
4.2	Mulheres e Políticas Públicas no Território Rural do Bolsão	120
4.2.1	PAA e PNAE	121
4.2.2	PRONAF-Mulher	123
4.2.3	PROINF Mulher.....	125
4.2.4	UFMS.....	128
4.3	O Comitê de Mulheres e os Encontros das Mulheres Camponesas do Bolsão	133
4.4	Violência contra a mulher e depressão	145
4.5	Ser mulher e sonhar mulher	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
	REFERÊNCIAS.....	157
	APÊNDICE A.....	166
	APÊNDICE B.....	168

1 INTRODUÇÃO

Como narrar um mundo no qual nós, mulheres, fomos continuamente exiladas, expulsas, condenadas? A história é, sobretudo, o terreno dos vencedores – e a metáfora uma arma de neutralizar o acontecimento. Buscamos por isso a matéria prima da fala, pausas, gestos, silêncios, o grito. Somos o fim da possibilidade interpretativa e sua autoridade significadora. É assim que contamos nossas histórias. É do mangue, da espessura anônima que recebe tudo que morre e tudo que nasce. É da rua sem saída, das encruzilhadas, das cozinhas abafadas e dos segredos que fabricamos nossa poética e nossas alianças. (MORAES, 2017, n.p.)

Esta pesquisa é fruto de minhas experiências durante os últimos três anos junto ao Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Três Lagoas, onde pude compreender as possíveis interações entre uma instituição pública de ensino superior e a sociedade, por meio dos projetos de extensão. Neste caso, com as comunidades rurais da região do Mato Grosso do Sul (MS) denominada Território Rural do Bolsão, particularmente com os Projetos de Assentamento (PA) de Reforma Agrária aí instalados.

A base da pesquisa começa na terra, o suporte primordial de nossa vida, observando a questão agrária brasileira a partir do campesinato de reforma agrária que compõe a área de estudo, delimitada por oito municípios do Mato Grosso do Sul. Os PAs e seus respectivos municípios são: Alecrim, São Joaquim e Canoas, no município de Selvíria; Aroeira, no município de Chapadão do Sul; Pontal do Faia e 20 de Março, no município de Três Lagoas; e Serra, no município de Paranaíba. Os demais municípios que compõem o Território Rural do Bolsão, mas que não possuem PAs, são Água Clara, Aparecida do Taboado, Cassilândia e Inocência.

Os assentamentos de Reforma Agrária são locais de representatividade, reprodução e resistência camponesas, conquistas de muitas lutas no campo que ainda seguem, enfrentando a concentração de terras e o modelo de agricultura capitalista, também conhecido por agronegócio. Assumi, assim, a existência de duas lógicas distintas que compõem o território: uma camponesa e, outra, capitalista (OLIVEIRA, 2007). Além disso, optei por um recorte feminista: busquei estudar as mulheres dos assentamentos, suas relações com a terra, com a comunidade e com o sistema econômico capitalista, observando como se dão as relações de gênero e qual sua relação com a ordenação do território.

Com o aumento da participação feminina no ensino superior, trabalhos que questionam o lugar das mulheres na sociedade têm ganhado terreno, permitindo que nós, mulheres, possamos também registrar nossas histórias em meios que já foram exclusivamente masculinos. Os debates sobre gênero nas ciências advêm de muitas lutas feministas, protagonizadas por mulheres que conquistaram seus espaços e direitos. Lembrando que há pouco tempo, no Brasil, às mulheres nem mesmo era permitido se alfabetizar ou votar¹.

Em tempos mais antigos, os saberes das mulheres eram de muita valoração, quando ainda estavam mais próximas da natureza e sabiam os segredos dos ciclos: da lua, do Sol, das estações. As mulheres eram grandes mestras das germinações e plantações, sendo consideradas mães da agricultura. O ciclo menstrual feminino corresponde ainda hoje ao ciclo lunar, que também regula a agricultura em muitas culturas não-ocidentais. As primeiras representações humanas encontradas pela arqueologia, chamadas “Vênus paleolíticas”, remetem à imagem de mulheres, grávidas e de seios fartos, simbolizando fertilidade, abundância e procriação, representando, segundo alguns autores, Deusas Mães (FERRÁNDIZ, 2011). A própria Pachamama, divindade de povos sul-americanos, remete ao poder de geração da terra, que gesta as sementes e provê o mundo de alimento e futuro, da mesma maneira que os ventres gestam novas vidas.

Gradativamente, as mulheres foram sendo segregadas da vida pública e dos espaços de decisão, e seus conhecimentos foram desvalorizados (e mesmo condenados, como no período da Inquisição) ante o conhecimento científico moderno, pautado no racionalismo e, a princípio, exclusivamente masculino. Assim, o lugar do Feminino nas culturas é um processo vivo, em constante movimento. Nesse trabalho, o olhar é sobre a cultura ocidental herdada, e em como as relações de gênero estão intrinsecamente associadas à luta de classes e ao avanço do capitalismo sobre as demais culturas no mundo.

Com essa percepção, e voltando o olhar ao presente, é possível encontrar a materialização de algumas percepções teóricas – ou a sua contradição. Para dar

¹ As primeiras escolas que aceitavam meninas surgiram em meados do século XVII, e a estrutura curricular feminina era voltada às atividades domésticas (STAMATTO, 2002). O voto feminino foi conquistado na década de 1940 (PINTO, 2003).

início, vejamos brevemente como se dá a composição territorial da área de estudo determinada na pesquisa.

O Território Rural do Bolsão é uma área definida pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), como parte da política de Territórios Rurais implantada a partir de 2003, visando o desenvolvimento territorial rural, com especial atenção ao campesinato e às comunidades tradicionais. Ele abrange uma região localizada na porção leste do estado do Mato Grosso do Sul, caracterizada pela estrutura fundiária altamente concentrada, com predomínio de pecuária extensiva e, mais recentemente, monocultivos como soja, cana de açúcar e eucalipto. Sua área total é de 45.929,9 Km², equivalente ao estado do Rio de Janeiro. No MS, os estabelecimentos rurais acima de 1000 hectares dominam 77% da área, e representam apenas 10% dos estabelecimentos (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

Três Lagoas, a cidade de maior atividade econômica do Bolsão, tem hoje a alcunha de “capital mundial da celulose”, em decorrência da territorialização do capital relacionado ao mercado da celulose/papel, em franca expansão nos últimos 10 anos. Facilitado pela grande concentração fundiária, as plantações de eucalipto se espalham à vontade, e hoje já somam mais de um milhão de hectares plantados em todo o estado. Há também duas grandes fábricas de celulose/papel instaladas na microrregião de Três Lagoas (cada uma das fábricas é composta por duas linhas de produção, somando-se quatro linhas de produção de celulose na mesma microrregião).

Cercado pelo latifúndio, está o campesinato. Famílias que vivem na terra e da terra, interagindo com o capitalismo, mas estabelecendo valores diferentes dos pautados pela sociedade capitalista. Importante salientar que o campesinato é comprovadamente o maior produtor de alimentos do país (MITIDIERO JÚNIOR, BARBOSA E SÁ, 2017), assim como grande protagonista dos cultivos agroecológicos. Os povos que vivem no campo - indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta, camponeses, e outros – são os que protegem a terra, por meio de manejos ecológicos, proteção de matas originais, estabelecendo relações não tipicamente capitalistas, fruto de uma visão holística e relacional com a natureza. Esta atitude se opõe ao monopólio do conhecimento atomizado que prevalece na ciência neopositivista, adotada pelo agronegócio para servir aos interesses econômicos neoliberais (PORTO-GONÇALVES, 2004). Todavia, este viver não tipicamente

capitalista do campesinato não é hegemônico, pois este se encontra inserido em uma totalidade capitalista, ora em rota de colisão como expressão de resistência, ora subordinado às suas contradições.

Os assentamentos rurais instalados no Território Rural do Bolsão ocupam um total de 184,18 km², o que representa ínfimos 0,44% da área dessa região. O interesse da pesquisa esteve em desvendar esses espaços e sujeitos analisando: quem são as mulheres que habitam o Território Rural do Bolsão? Como elas se relacionam com o modo de produção capitalista? Que estratégias elas utilizam para reproduzir seu modo de vida camponês? De que maneira é possível observar a questão agrária a partir de um ponto de vista feminista? Essas são perguntas centrais que permearam a elaboração da presente pesquisa.

Parto do pressuposto que vivemos em uma sociedade de base patriarcal, que estabelece desigualdades entre homens e mulheres, sendo que os homens possuem uma série de privilégios estruturais e culturais sobre as mulheres. Logo, busquei compreender esses papéis sociais, suas opressões e violências, assim como suas potencialidades, e como esses elementos se conectam na manutenção e/ou transgressão de um sistema econômico construído a partir da exploração de seres humanos, não humanos e o planeta como um todo - a natureza².

Dessa maneira, estabeleci como objetivo geral identificar e destacar o protagonismo das mulheres camponesas residentes nos assentamentos de Reforma Agrária do Território Rural do Bolsão, buscando verificar como se dão as relações de gênero no processo de (re)criação camponesa no Território, compreendendo que a ordenação desse território se dá via relações de produção capitalistas, de maneira desigual e contraditória. Pautando essa busca, surgiram os seguintes objetivos específicos: observar como se dão as relações de gênero tanto na esfera pública como na esfera privada dessas mulheres; analisar a sua participação na manutenção da biodiversidade de espécies e na produção de alimentos, atentando para a relação do feminismo com a agroecologia, assim como da agroecologia em contraponto ao modo capitalista de produção; e por fim, observar os desdobramentos e a efetividade das políticas públicas de gênero no campo, na área estudada.

² Concebo, no debate geográfico, que não existe natureza intocada, pois somos parte dela, e não pretendo fortalecer uma dicotomia de "humanidade *versus* natureza". No entanto, busco questionar a maneira como o capitalismo se apropria dos demais elementos naturais (também chamados "recursos naturais", termo que reforça o senso comum de que a natureza está à disposição da humanidade, como meros recursos a serem utilizados como estoque de material).

Os primeiros passos foram dados antes que essa pesquisa se apresentasse como projeto de Mestrado, por meio de inúmeras saídas de campo, nas ações do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), um projeto de extensão que propiciou a nós da UFMS/Campus de Três Lagoas a oportunidade de visitar (e revisitar, para os colegas mais experientes) os assentamentos e distritos rurais pertencentes ao Território Rural do Bolsão. Nesse projeto, atuei como Assessora de Gênero, buscando fomentar a paridade de gênero nas instâncias a serem formadas, e pensar estratégias para aumentar a participação das mulheres nesses espaços.

Junto ao NEDET, foi possível colaborar nas reuniões que culminaram com a realização do 1º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, em março de 2016, e os demais que se seguiram, 2º, 3º, 4º e 5º encontros (em outubro de 2016, março de 2017, outubro de 2017 e março de 2018, respectivamente). Com estes encontros, formou-se e consolidou-se o Comitê de Mulheres do Bolsão, instância que reuniu camponesas de todo o território para acessarem as políticas públicas voltadas a elas, especialmente o PROINF Mulher, além de criar importantes espaços de diálogo.

Passada essa primeira fase, abriu-se a oportunidade de transformar o que eu havia experienciado em uma pesquisa de Mestrado. Na formalização do projeto, dei início ao levantamento de referencial bibliográfico produzido sobre Gênero e Campesinato, e outros temas relacionados. Iniciei a compreensão teórica que dialogava com a experiência vivida e fornecia chaves para a leitura do mundo real.

A seguir, iniciei a busca pela metodologia que permitisse lograr meu objetivo central. Como identificar e registrar o protagonismo das mulheres do campo na área de estudo delimitada? Como analisar as relações de gênero que permeiam as diferentes realidades agrárias que compõem o Território? Apesar da grande diversidade camponesa encontrada na área de estudo, há elementos para visualizar um denominador comum entre as relações de gênero no campo e seu reflexo no espaço?

Embora haja uma pluralidade de sujeitos e, por conseguinte, de situações sociais que compõem o campesinato, parto da afirmação de Almeida (2003) acerca da existência de um *habitus* de classe, ou seja, uma identidade camponesa acima das diferenças, composta por elementos em comum entre esses sujeitos, e conseqüentemente, estratégias que permitem sua (re)criação e continuidade enquanto camponeses/as.

O trabalho com fontes orais foi de fundamental importância, articulando-se e complementando tanto as fontes escritas como os dados quantitativos levantados, e dando vida à pesquisa, trazendo as percepções das próprias camponesas acerca de suas condições de vida – neste processo de organizar suas histórias, muitas vezes se veem protagonistas. Nesse âmbito, concordo com Almeida (2003, p. 39) que defende o uso das fontes orais nas ciências humanas, especialmente quando se trata de estudar as classes oprimidas, como o campesinato.

Uma das premissas importantes no trabalho com fontes orais é a de que estas têm ainda se constituído no caminho por excelência da história das classes oprimidas, logo que as mesmas permitem às “pessoas comuns” contarem sobre fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante à história das classes não-hegemônicas, verdadeiras “áreas inexploradas”. Isto significa dizer que as classes dominantes têm uma tradição escrita que permite deixar um abundante registro, ao contrário das demais classes. Entendemos ainda que, embora o trabalho com fontes orais não seja para nós um instrumento de “conscientização política”, ele permite a superação da pretensão prática da neutralidade na pesquisa.

No total, foram entrevistadas 23 mulheres, representando cinco dos sete assentamentos inicialmente propostos, distribuídas de modo a haver entre 4 e 5 participantes de cada assentamento (o questionário-base utilizado encontra-se no Apêndice A). Infelizmente, as mulheres de dois assentamentos – Aroeira e Canoas - acabaram por não compor os resultados finais da pesquisa, dada a distância e as dificuldades de acesso a esses lugares.

Optei por conduzir a pesquisa a partir das mulheres que compõem o Comitê de Mulheres do Bolsão, acreditando que tal método permitiria uma rica amostra da diversidade camponesa local, uma vez que o Comitê de Mulheres é composto por representantes de seis dos sete assentamentos do território³, além de indicar o protagonismo dos sujeitos por meio de seu próprio interesse demonstrado, pois o critério de participação no comitê se dá unicamente pela disposição voluntária das mulheres. Porém, esse critério para escolha das entrevistadas não foi exclusivo, pois me estendi também a lideranças que se destacaram na luta pela terra, representantes das associações locais e participantes de grupos produtivos. A fim de preservar a

³ O assentamento Aroeira é o único que não participa do Comitê de Mulheres, em vista das limitações que se apresentaram repetidamente a esse assentamento, impedindo que elas participassem dos encontros de mulheres.

identidade das entrevistadas, utilizei nomes fictícios, inspirados em plantas do Cerrado e flores encontradas nos quintais visitados.

Também levantei dados estatísticos, obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a fim de associar os sujeitos com alguns números que os representam, ciente das limitações das pesquisas meramente quantitativas na Geografia, e particularmente em estudos de gênero, como nos aponta Ferré (2004). A autora destaca a importância da subjetividade na abordagem de conceitos que invisibilizam o lugar das mulheres no mundo, como a desconsideração do trabalho doméstico (como limpar, cozinhar etc.) em pesquisas quantitativas, uma vez que este não produz valor ou mercadoria. Portanto, fez-se necessário embasar a metodologia de um trabalho de gênero na discussão do feminismo, sendo impossível compreender os dados sem compreender os mecanismos pelos quais eles são extraídos e considerados.

Para ilustrar melhor as informações levantadas, elaborei gráficos, infográficos, mapas e tabelas, apresentados ao longo desta dissertação. Também utilizei imagens das saídas de campo, assim como dos encontros de mulheres, trazendo registros visuais que documentam fragmentos de realidades.

Ao longo do estudo, também se evidenciou a relação das mulheres com a agroecologia, seja pelo cultivo de hortas em modelo agroecológico, por seus quintais produtivos que, na maioria das vezes, são repletos de diversidade de cultivos (alimentares, medicinais, ornamentais), e também pela grande presença das camponesas nas feiras agroecológicas, tanto as que foram estabelecidas em parceria com projetos de extensão da UFMS, quanto em feiras conquistadas pelas/os próprias/os camponesas/es. A feira, espaço direto de trocas entre produtoras/es e consumidores/as, revela-se essencial na economia solidária e na (re)criação do campesinato.

Quanto à escrita, acredito que até mesmo a linguagem utilizada é uma construção metodológica. Hoje, nas línguas latinas, há uma predominância do gênero masculino sobre o feminino, muito representativa da própria cultura de origem patriarcal, e que diversas vezes naturaliza a exclusão de metade da humanidade do discurso. Assim, nesse trabalho, busquei desconstruir a ideia de um sujeito universal masculino, incorporando maneiras de comunicação inclusivas, buscando coerência entre formato e conteúdo, considerando que a linguagem é determinante na

construção da análise da realidade. Como diz um ditado, “lo que no se nombra, no existe”⁴.

Desta maneira, estruturamos o texto em três capítulos, descritos a seguir.

No capítulo 2, apresento os caminhos teórico-metodológicos utilizados. Abordo a relação histórica do capitalismo com a estrutura familiar monogâmica e o encerramento das mulheres à esfera doméstica. Levanto um breve histórico das lutas feministas no Brasil, assim como das lutas específicas das mulheres do campo, observando suas vitórias e dificuldades ao longo do tempo. Busco apontar as relações entre gênero, campesinato e as disputas pelo território, lançando olhar à participação feminina na organização familiar camponesa, nos espaços de poder político e na posse da terra. Por fim, aponto os efeitos da Revolução Verde e da apropriação da terra pelo mercado internacional (com alto uso de agrotóxicos, privatização de cultivos e recursos por parte de corporações e redução de diversidade genética), e as alternativas socioambientais criadas em contraponto a esse modelo, traçando a relação entre mulheres e agroecologia, em prol da soberania alimentar.

O capítulo 3 trata do Território Rural do Bolsão, desde o processo de cercamento de terras da região, passando pela conquista dos assentamentos de reforma agrária, assim como pela implantação da política pública de Territórios Rurais. Observo também as contradições colocadas pela agricultura capitalista, especialmente pela territorialização do capital de celulose/papel, cujas empresas atuam diretamente nos assentamentos.

No capítulo 4, abordo com mais atenção as mulheres camponesas que compõem a pesquisa, seus movimentos na luta pela terra, e suas atuações mais recentes por meio do Comitê de Mulheres formalizado com o NEDET. Levanto as principais políticas públicas que elas acessam (ou não), analisando os méritos e as falhas dessas políticas. Também trago outras contribuições que foram surgindo ao longo da pesquisa, como a questão da violência contra a mulher.

Recordo que a leitura do fenômeno social de pesquisa é resultado de trajetórias individuais inseridas em determinado contexto social, que derivam de várias condições, dentre elas as experiências de quem a conduz, o período e a cultura em que se vive, e as escolhas críticas que pautam a interpretação da realidade.

⁴ “O que não se nomeia, não existe” (tradução nossa). Frase atribuída a George Steiner no vasto mundo da internet, porém não foi possível comprovar sua origem.

Portanto, essa dissertação não trata de afirmar uma verdade absoluta, mas de aproximar-se da realidade a partir de um referencial teórico-metodológico, e da própria construção social da pesquisadora (JAPIASSU, 1975).

Cabe ressaltar que escrever um trabalho sobre mulheres e relações de gênero não implica em um tema menor, que só interessa às próprias mulheres. Espero que as reflexões aqui levantadas contribuam para dar visibilidade às questões que ligam a realidade cotidiana das mulheres assentadas à totalidade do território capitalista, como mais um ponto de vista que componha sua compreensão e, quiçá, nos permita vislumbrar algumas esperanças.

2 MULHERES, CAMPESINATO, TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA: CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS



De cima para baixo, da esquerda para a direita: 1. Ilustração: Mulher carregando um cesto com espinafre. Italiano (c. 1385) In: FEDERICI, 2010, p. 20; 2. Fotografia: agricultoras na Feira Agroecológica da UFMS, foto do Acervo LABET, 2016; 3. Pintura em tecido: mulheres compartilhando sementes. Obra sem título, 2015, Gildásio Jardim.

2.1 De mulheres, bruxas e capitalismo - a sopa primordial

Uma das questões centrais do pensamento feminista ocidental se coloca na dualidade entre a esfera pública e a privada, questionando-se como essas fronteiras foram desenhadas, excluindo as mulheres sistematicamente da esfera pública e reduzindo seu espaço à esfera doméstica (MIGUEL; BIROLI, 2014). Para encontrar tais respostas, nos baseamos principalmente em duas obras: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1997), de Friedrich Engels, e *Calibán y la bruja* (2010), de Sílvia Federici. Por meio delas, é possível compreender como se deu esse processo, e como ele serviu ao êxito do capitalismo, explorando o trabalho reprodutivo das mulheres, juntamente com o trabalho produtivo dos homens⁵.

Ao longo da existência humana, diferentes estruturas sociais foram estabelecidas em distintos povos, ordenando seus funcionamentos. Em 1884, Engels publicou o livro “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”, reunindo notas de estudiosos anteriores, compondo importante levantamento antropológico direcionado a buscar as origens da família, trazendo estruturas familiares diversas que existiram (e ainda existem, em alguns povos) para além da monogamia que naturalizamos na cultura ocidental moderna. Dentre essas estruturas, um traço comum encontrado é o que o antropólogo Bachofen designa como direito materno, que consiste no “reconhecimento exclusivo da filiação materna e as relações de herança dele deduzidas” (ENGELS, 1997, p. 43), uma vez que havia matrimônios por grupos, sem o conceito de exclusividade sexual, portanto, a certeza da paternidade não era colocada em questão. Assim, os laços de consanguinidade eram considerados a partir da mãe, e dela advinham as demais relações de parentesco que ordenavam determinado grupo.

Ademais, inúmeras descobertas arqueológicas do Paleolítico e Neolítico apontam para o culto a uma deusa primordial, geradora de toda a vida na Terra, estabelecendo mitos sazonais, de fertilidade e renascimento partilhados por toda a humanidade. Esses mesmos mitos indicariam a existência de numerosos matriarcados neolíticos (HUSAIN, 2001).

⁵ O trabalho produtivo é entendido como o que produz valor, produz mercadoria, essencial para produzir mais-valia; é o trabalho assalariado. O trabalho reprodutivo é o que garante a reprodução da vida, sem a criação de um novo valor, e sem a mais-valia: se incluem aí as tarefas domésticas, a alimentação, o cuidado com crianças e idosos/as (SOUZA, 2015).

Por meio do trabalho, a humanidade foi desenvolvendo técnicas para sua sobrevivência. No período definido por Engels como “barbárie” (1997, p. 24), caracterizado pela domesticação de animais e cultivo de plantas, seguido pelo desenvolvimento da agricultura em sua fase superior, foi possível ter maior controle sobre as fontes de alimentação, permitindo a permanência dos grupos em determinado lugar. Aumentando-se as colheitas e rebanhos, surgiram os excedentes de bens de grande valor, acumuláveis. Em meio a esse momento, o autor afirma que a filiação feminina e o direito hereditário materno foram abolidos, e progressivamente substituídos pela filiação masculina e direito hereditário paterno, marcando a passagem à estrutura patriarcal, e rebaixando a condição da mulher na estrutura familiar, que passou a ser considerada propriedade do homem, juntamente com os filhos e filhas, as posses e rebanhos. A própria etimologia do termo “família” deixa pistas dessa relação: do latim, *famulus* significa escravo doméstico, e família seria o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem.

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: ‘A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos’. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1997, p. 70-71).

Observamos a estreita ligação do surgimento da propriedade privada juntamente com o casamento monogâmico e o estabelecimento do patriarcado, em sobreposição à propriedade comum primitiva dos clãs de linhagem matriarcal.

Avançando na História até o sistema feudal europeu da Idade Média, vemos que esse sistema era mantido graças ao trabalho no campo de grande parte da população, que produzia riquezas a um senhor feudal, mantendo também o clero e os guerreiros – as demais classes existentes fora a de trabalhadores/as rurais (HUBERMAN, 1972). As mulheres, nesse período, tinham sua vida submetida de acordo com os planos do senhor feudal. Os casamentos deveriam ser consentidos por ele, e poderiam ser arranjados de acordo com as conveniências de território. Havia muitas taxas cobradas que limitavam os direitos civis das mulheres, como pagamento

por estar viúva e desejar permanecer sem se casar novamente, ou pagamento igualmente por desejar casar-se de novo. Os senhores também declaravam a posse de seus servos e servas, controlando aspectos desde o trabalho até a conduta sexual. Huberman (1972) afirma que em algumas regiões, quando havia um casamento, o senhor exercia o direito de passar a noite de núpcias com as esposas dos servos. No entanto, como pondera Federici (2010), apesar de haver uma divisão sexual do trabalho nos feudos, ela era muito menos pronunciada que nos estabelecimentos agrícolas capitalistas. Como não havia separação entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho, não havia a exclusão das mulheres da esfera pública, e as tarefas eram feitas coletivamente com outras mulheres e também com os homens, criando assim uma fonte de poder e proteção, bem diferente do isolamento social feminino encontrado na economia monetária.

Assim como havia muita exploração de trabalho no regime de servidão, por outro lado havia grande resistência camponesa quanto às ordens dos senhores, que se apresentava das mais diversas maneiras. Os movimentos antifeudais povoaram todo o período feudal europeu, em centenas de rebeliões camponesas e hereges. A heresia popular, muito mais que um desvio da doutrina católica ortodoxa, foi o maior movimento de oposição do proletariado feudal (composto, segundo a autora, por pequenos agricultores, artesãos e trabalhadores diaristas), que lutava pela democratização radical da vida social.

A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), planteando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais. (FEDERICI, 2010, p. 54, tradução nossa).

As seitas hereges tinham cunho essencialmente político, enfrentando o principal proprietário de terras da Europa e o pilar ideológico do poder feudal: a Igreja Católica. Em represália, o Papa Gregório IX fundou, a princípios do século XIII, a Santa Inquisição, uma das instituições mais perversas da história da repressão social.

Posteriormente, conforme a economia feudal transitava para a capitalista, fez-se necessário produzir trabalhadores que alimentassem o incipiente modelo econômico, e isso foi possível a partir do cercamento, processo que privou a população camponesa de permanecer nas terras - seu meio de produção, forçando-a

a vender o único bem que ainda possuía: sua força de trabalho. Esse movimento, descrito por Marx (2013, cap. 24) como acumulação primitiva, constitui a “pré-história” do capital, e foi responsável por transformar produtores em trabalhadores, ou “a exploração feudal em exploração capitalista” (MARX, 2013, p. 963), ora subjugando o campesinato à proletarização nas cidades, ora transformando-o em trabalhador assalariado para outros proprietários, estabelecendo definitivamente a propriedade privada das terras (KAUTSKY, 1980).

Por sua vez, a Santa Inquisição exerceu papel fundamental no controle dos corpos femininos como reprodutores de mão de obra, por meio da campanha conhecida por “caça às bruxas” (FEDERICI, 2010), criando assim outro terreno da acumulação primitiva. Embora muitos homens também tenham sido perseguidos durante a Inquisição, como filósofos e cientistas que questionavam ou criticavam os dogmas da Igreja, a maioria das acusadas de bruxaria eram mulheres; algumas estudiosas estimam que elas compunham de 80% a 90% das vítimas da Inquisição (ALVES, PITANGUY, 1985; STARHAWK, 1993), apesar de que muitos registros das execuções não eram feitos, e outros se perderam, dificultando estimativas concretas de seus números absolutos⁶. O caráter misógino da caça às bruxas é explicitado no documento conhecido por *Malleus Maleficarum*, publicado pelos dominicanos Kramer e Sprenger em 1486, que se tornou manual indispensável para torturas e autoridade final da Inquisição. Entre inúmeras citações bíblicas que caracterizam as mulheres como seres maliciosos e sem inteligência, eles afirmam que “Hoje [esses criminosos] são queimados na fogueira, e talvez isso se deva a que a maioria são mulheres” (KRAMER, SPRENGER, 1975, p. 12, tradução nossa).

[...] não é de estranhar que existam mais mulheres que homens infectadas pela heresia da bruxaria. E a consequência disso, é melhor chamá-la de heresia das bruxas e não dos bruxos, já que o nome deriva do grupo mais poderoso. E bendito seja o Altíssimo, quem até hoje protegeu o sexo masculino de tão grande delito; pois Ele se mostrou disposto a nascer e sofrer por nós, e portanto concedeu esse privilégio aos homens. (KRAMER, SPRENGER, 1975, p. 54, tradução nossa)

⁶ Há estudos parciais que revelam aldeias europeias onde restou apenas uma mulher após os julgamentos (STARHAWK, 1993, p. 24).

Soma-se a isso a crise demográfica que se espalhou pela Europa Ocidental, a partir do século XV, assim como em suas novas colônias americanas⁷, trazendo à tona uma nova preocupação no cenário de expansão da economia capitalista em desenvolvimento: o controle sobre o crescimento populacional, de fundamental importância para o novo modo de produção capitalista, aliado à ideia de que a riqueza de uma nação estava diretamente relacionada à quantidade de cidadãos (ou seja, trabalhadores) que essa nação possuía. O Estado, em todos os governos europeus, começou a castigar qualquer comportamento que ameaçasse o crescimento populacional, criminalizando as mulheres que utilizassem métodos contraceptivos e abortivos, penalizando até mesmo o celibato, e criando inúmeras leis para vigiar intensivamente qualquer intervenção sobre a reprodução (FEDERICI, 2010). É nesse contexto que as parteiras são marginalizadas de suas funções, proibidas de exercerem seu trabalho, sendo substituídas pelos médicos homens.

A medicina, nesse momento, passa a instaurar-se como uma instituição masculina que advoga o monopólio do saber e do poder de cura. É o advoga sobretudo pela perseguição à prática feminina do trato com ervas e do atendimento aos partos. Era a mulher, curandeira e parteira, secularmente encarregada da saúde da população, o principal concorrente a ser eliminado para o estabelecimento da hegemonia da medicina. (ALVES, PITANGUY, 1985, p. 22)

O resultado dessas políticas que duraram dois séculos (as mulheres seguiam sendo executadas na Europa por infanticídio a fins do século XVIII) foi a escravização das mulheres à procriação. Se na Idade Média as mulheres haviam podido usar diferentes métodos anticoncepcionais e haviam exercido um controle indiscutível sobre o processo do parto, **a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e o Estado: a procriação foi diretamente posta a serviço da acumulação capitalista.** (FEDERICI, 2010, p. 138-139; tradução e grifo nossos).

Com a transição do feudalismo ao capitalismo, notamos profundas modificações nas relações de trabalho, assim como na divisão sexual do trabalho. A industrialização levou à separação entre o local de trabalho produtivo e o local de moradia, ou de tarefas reprodutivas. O capitalismo não inventou a divisão sexual do trabalho; porém, ao separar as duas funções, e determinar que o trabalho masculino receberia um salário, e o trabalho feminino não seria pago, estabeleceu uma

⁷ Estima-se que entre 90% e 95% da população original das Américas foi morta no primeiro século da chegada do homem europeu no continente, tanto por doenças quanto por conflitos armados (STANNARD, 1992, apud FEDERICI, 2010, p. 130).

hierarquia entre os dois, encerrando as mulheres às tarefas domésticas e aos cuidados “do lar” como uma função natural do sexo feminino, tarefa essencial para que os homens pudessem vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção.

Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garantia ambos, enquanto dividia ao meio a classe trabalhadora entre homens e mulheres, e não remunerava as essenciais tarefas de reprodução. O trabalho da mulher continuava a existir, mas subsumido pelas atividades exercidas pelo homem fora de casa. Essa separação em que às mulheres coube a casa – excluídas, assim, da economia dominante, isto é, do sistema de assalariamento – reforça a opressão por meio desta nova dependência econômica. (SOUZA, 2015, p. 479)

Se antes, no modelo familiar camponês, todo o grupo dependia igualmente da terra para seu sustento, no modelo industrial mulheres e crianças passam a depender exclusivamente do homem. A família mononucleada se torna o novo modelo. Os filhos e filhas desse novo arranjo familiar seriam futuros trabalhadores/as, e cabia às mulheres sua gestação, cuidado e preparo para o “mundo do trabalho”, se fossem homens, ou para o “mundo do lar” para as mulheres. Ademais, às mulheres pobres também coube o trabalho doméstico para as classes mais altas, reforçando as diferentes relações entre classe e gênero⁸. Não cabe aqui substituímos o entendimento da luta de classes pela desigualdade de gênero, e sim compreender que ambos os processos estão interconectados e não podem ser compreendidos isoladamente ou hierarquicamente. A história do desenvolvimento do capitalismo passa obrigatoriamente pela história da submissão das mulheres pelos homens, por meio da estrutura familiar monogâmica e da divisão sexual do trabalho.

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os trabalhadores assalariados homens: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino tem sido apropriado pelo Estado e os homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação de trabalho. Nesse sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo em todos seus aspectos – maternidade, parto, sexualidade -, tanto dentro da teoria feminista como na história das mulheres (FEDERICI, 2010, p. 29-30, tradução nossa).

⁸ Ou seja, as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa, porém dentro de outras casas, mantendo invisível a condição de trabalhadoras.

É nesse mesmo cenário europeu que acontecem as duas revoluções que, como demonstra Hobsbawm (1979), foram cruciais nas mudanças que se seguiram em âmbito mundial, entre os anos 1789 e 1848. Com a Revolução Francesa, ocorrida em 1789, surgiu uma nova classe que se mobilizou em contraposição aos regimes monárquicos: a burguesia. A burguesia lutava também por ideias liberais, que permitiam a livre exploração da classe trabalhadora com os amparos da lei, por meio da Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão, documento emblemático da Revolução Francesa⁹. E com a Revolução Industrial, ocorrida inicialmente na Inglaterra, além das mudanças radicais nas relações de trabalho que citamos, a relação entre cidade e campo se reconstrói. Neste sentido, a cidade tornou-se o lócus que organiza e comanda a produção do campo, uma vez que os produtos agropecuários são as fontes iniciais de matéria-prima para as produções fabris, bem como de alimentos para o proletariado urbano.

Assim, vemos o início da submissão das agriculturas locais à economia industrial mundial, com países como Índia e EUA se tornando campos de algodão para abastecer as indústrias têxteis da Inglaterra. Com essas duas transformações, abriu-se o caminho para o triunfo do capital liberal burguês, expandindo o sistema capitalista por todo o globo e transformando cada parte dele em uma peça a favor do lucro.

Embora essa história seja temporalmente distante das mulheres do campo contemporâneas, ela é o grande pano de fundo que compõe o cenário capitalista patriarcal atual, por isso trazida a essa pesquisa, pois se mostra fundamental para compreendermos a construção do lugar social da mulher como trabalhadora “doméstica” não remunerada, assim como o lugar do campesinato no modo de produção capitalista.

⁹ A Revolução Francesa negou, no entanto, a participação política das mulheres, que não eram consideradas cidadãs. Olympe de Gouges escreve, em 1791, a *Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã*, crítica direta ao viés androcêntrico da revolução; a revolucionária foi guilhotinada em 1793, por ousar reivindicar a participação política feminina nos primórdios do sistema democrático. (CAMPOI, 2011).

2.2 Mulheres, lutas feministas e capitalismo no Brasil

O debate feminista iniciado na Europa no século XVIII chegou ao Brasil por meio de Nísia Floresta, escritora potiguar que publicou, em 1832, a obra *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*¹⁰, defendendo a participação política de mulheres em cargos do governo, postos de comando e a ocupação do espaço público em geral. O Brasil vivia um regime escravocrata e patriarcal, e as mulheres da elite eram educadas para servirem aos maridos, pais ou irmãos, sendo alfabetizadas até então apenas para a leitura de textos religiosos, e aprendendo conhecimentos como bordado e costura, artes recreativas e regras de etiqueta, participando de eventos nos salões e colaborando com pais ou maridos para eles se manterem ou se inserirem nos círculos sociais (CAMPOI, 2011).

Nísia Floresta tecia duras críticas ao sistema de ensino feminino, escasso e limitante, o que a levou a trabalhar diretamente como educadora, dirigindo um colégio para meninas no Rio de Janeiro entre 1838 e 1856, onde pôde desenvolver um projeto pedagógico de autonomia para as mulheres, incomodando os setores conservadores. Ela foi grande contestadora do *status quo* das mulheres de sua época, iniciando os debates feministas, ao menos para a elite brasileira. As mulheres pobres, escravizadas ou alforriadas no Brasil trabalhavam nas casas da classe alta, ou em feiras e mercados, portanto, participavam mais do espaço público que as mulheres da elite, e suas dificuldades residiam na exploração de seu trabalho, porém esse debate ainda não era feito amplamente. O trabalho de Floresta foi importante para a reflexão da educação das mulheres e de sua inserção nos meios sociais para além dos papéis definidos pelo patriarcado escravista vigente (CAMPOI, 2011).

Outra mulher em destaque, do período que podemos chamar de primórdios do movimento feminista¹¹ no Brasil, foi Bertha Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). A reivindicação central da FBPF, fundada em 1922, era o direito ao voto das mulheres, que foi conquistado

¹⁰ Por sua vez, essa obra era uma tradução do texto intitulado *Woman not inferior to man*, assinado por Sophia Fermor e publicado em 1739 na Inglaterra. (CAMPOI, 2011).

¹¹ Entre os séculos XIX e XX, houve grande movimentação das mulheres em vários países exigindo sua participação política por meio do direito ao voto (sufrágio feminino), com destaque para a Inglaterra, cujo movimento criou uma das maiores organizações britânicas antes da Primeira Guerra Mundial. Os primeiros países a concederem o direito ao voto às suas cidadãs foram: Nova Zelândia (1893), Austrália (1902), Finlândia (1907) e Noruega (1913). (KARAWAJCZYK, 2015).

parcialmente em 1927, no Rio Grande do Norte e, paulatinamente, alcançando outros estados, por meio de reivindicações jurídicas de mulheres em todo o Brasil. Apenas em 1932 o Código Eleitoral passou a permitir que elas votassem e fossem votadas, quando havia 10 estados que o permitiam. Em 1933, oito deputadas estaduais foram eleitas em todo o Brasil, e três delas eram ligadas à FBPF. Vale ressaltar que o núcleo duro da FBPF era composto de membras da elite, filhas de militares, intelectuais e políticos, e elas próprias tinham destaque profissional, como a primeira médica e a primeira aviadora do país, resultando em um grupo bem homogêneo, com boa inserção social e cultural. Nas palavras de Pinto (2003, p. 26),

Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasses, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização patriarcal.

Por outro lado, no início do século XX, havia também as reivindicações das mulheres trabalhadoras, bastante alinhadas às ideias anarquistas trazidas por imigrantes, principalmente da Itália, que vieram a compor a incipiente classe operária brasileira. Esse feminismo anarquista era muito mais radical, denunciando a dominação masculina aliada à exploração trabalhista pelos capitalistas; para as trabalhadoras, a dupla jornada era uma realidade, e as jornadas muito longas de trabalho impediam-nas de terem qualquer tempo livre para sua própria educação e emancipação. Entre muitas mulheres que se manifestaram no período, destacamos Maria Lacerda de Moura, autora de muitos livros defendendo suas ideias, que tratavam desde a participação política de mulheres até a abordagem do amor livre; posteriormente, ela se opôs a Bertha Lutz, por considerar que a luta pelo direito ao voto era muito limitada à elite e não trazia vantagens à maioria das mulheres, pois a realidade das trabalhadoras era outra, inclusive o analfabetismo era bastante comum. No feminismo de Moura, “o homem aparecia como opressor identificado no capitalista, no patrão que explorava as mulheres. Era uma postura que lutava por grandes transformações e repelia a luta por direitos civis.” (PINTO, 2003, p.37).

Durante a ditadura militar (1964 – 1985), os movimentos feministas, assim como outras mobilizações populares, sofreram duramente com a repressão, e tiveram que se reorganizar para enfrentar um regime de muita violência e perseguição

política¹². Lideranças de movimentos camponeses, sindicais e sociais foram presas ou assassinadas.

Na Europa e nos Estados Unidos, nos anos 1960 e 1970 (pós-Segunda Guerra Mundial), o clima era de revoluções e de grande efervescência política e cultural, fomentando, entre outros, o nascimento do novo feminismo do mundo ocidental, com ícones como Simone de Beauvoir, na França, e Betty Friedan, nos Estados Unidos, questionando os valores conservadores da organização social e dando novos rumos aos debates feministas, incluindo na pauta questões ligadas ao corpo e à sexualidade das mulheres (PINTO, 2003).

No Brasil, os novos feminismos estavam profundamente ligados à luta contra a ditadura militar e, ao mesmo tempo, eram considerados por integrantes dessa luta como uma causa menor. Havia pequenos e numerosos encontros de diversos grupos em muitas cidades, porém eram sempre de caráter privado. Com o exílio, as trocas culturais com a efervescência europeia ganhou terreno, e as brasileiras exiladas puderam se reunir livremente e debater o ideário feminista, ainda que em terras estrangeiras. A organização das mulheres no exílio sofreu bastante pressão por parte dos homens para que acabasse.

Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina, via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. [...] Talvez o grande problema encontrado pelos homens fosse que ele (o movimento feminista) estava politizando a vida dentro de casa. (PINTO, 2003, p. 53).

Não havia apoio para o feminismo em nenhum dos lados da polarização política durante a ditadura, seja pela direita conservadora e militar, de base patriarcal, seja pelos companheiros da esquerda, que viam o feminismo como um desvio da luta fundamental do proletariado contra a burguesia. Conforme se caminhava para a redemocratização, essa dificuldade seguiu presente, mas as mulheres continuaram se reunindo e organizando eventos e mobilizações.

Como resgata Pinto (2003), a maior conquista de direitos do movimento feminista aconteceu com a Assembleia Constituinte, em 1988, que permitiu o encontro da sociedade civil organizada com o Parlamento, mobilizando mulheres e homens em

¹² Mesmo assim, não se calaram: nesse período, aconteceram congressos femininos em São Paulo e no Rio de Janeiro (PINTO, 2003).

todo o Brasil a participarem diretamente do campo político. Das 122 emendas populares enviadas à Constituinte, quatro tratavam de direitos das mulheres, e três foram elaboradas por associações de mulheres e grupos feministas. Entre os direitos conquistados, destacamos a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, a licença maternidade, a proibição de diferenças salariais por motivo de sexo, o direito à aposentadoria de trabalhadoras domésticas e rurais, o direito às mulheres de ter título de domínio e de concessão de uso da terra, e a Nota Produtora conjunta; sendo assim, as mulheres do campo tiveram vitórias em sua própria luta por direitos específicos, que veremos no capítulo a seguir. Foi um avanço legislativo de grande importância para todas as cidadãs.

Em entrevista, Caliandra, assentada no PA São Joaquim, nos relata essa história a partir de sua própria memória de militante e de seu lugar social como mulher do campo, tendo participado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais por muitos anos, inclusive durante a elaboração das propostas para a Constituinte.

A gente conseguiu, não só nós, quando eu falo "a gente" são os movimentos. Movimento de igreja, movimento sindical, associações, né? A gente conseguiu várias coisas boas para o trabalhador, para o pobre, para a mulher, só que agora nós estamos perdendo. Infelizmente estamos perdendo. A gente conseguiu jornada de trabalho, a gente conseguiu através das propostas da Constituinte, né? Em 88. Saímos com as propostas, de registrar as empregadas domésticas, pois elas não tinham registro, não tinham direito algum, era só o direito de trabalhar. E a mulher rural, também, aposentadoria aos 55 anos, pros homens aos 60. Então a gente, através dos movimentos, conseguiu mais de um milhão de assinaturas. Entre CUT, FETAGRI, CONTAG¹³, sindicato, associação, movimentos populares de igreja, então todos se reuniram pra fazer isso. Então nós conseguimos um avanço muito grande na Constituinte de 88. E com o tempo estamos perdendo, dia a dia. (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra, PA São Joaquim. Selvíria, jan. 2018).

Como vimos, o início dos movimentos feministas brasileiros, tanto os mais elitizados como os da classe trabalhadora, se deu principalmente nos centros urbanos, porém, isso não excluiu a participação do campo, em vista dos desdobramentos que ocorreram.

Embora as pautas do movimento feminista apresentassem divergências, - oscilando entre conteúdos de classe e lutas por direitos civis, demonstravam que as

¹³ CUT – Central Única dos Trabalhadores; FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura; CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

mulheres em diversos espaços buscaram romper a hegemonia masculina, para conquistar mais direitos, equidade social e liberdade pessoal. Suas lutas resultaram em diversas vitórias, tanto legislativas como simbólicas, na própria mudança do lugar social da mulher ao longo do tempo.

2.3 As lutas das mulheres do campo no Brasil contemporâneo

O meio rural brasileiro foi (e ainda é) palco de inúmeros conflitos¹⁴, travados por disputas pela terra, questionando sua estrutura agrária desigual. Embora as mulheres sempre estivessem presentes nas lutas, inclusive como lideranças, como Elisabete Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, ou Margarida Alves¹⁵, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, assassinada por latifundiários após muitos anos de luta por direitos de trabalhadores/as rurais, é a partir dos anos 1980 que começam a surgir lutas específicas das mulheres rurais, que trazem ao debate público questões de gênero (JALIL, 2013).

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA, atualmente MMC – Movimento de Mulheres Camponesas) surgiu em 1981, no período final da ditadura militar, dentro dos movimentos camponeses. As mulheres se viram excluídas da participação sindical na luta pela terra, e passaram a se organizar para a sindicalização feminina, em resposta a essa exclusão. Com apoio da CPT e das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), que criaram espaços de diálogo em conjunto com as propostas da Teologia da Libertação, as mulheres puderam refletir juntas a necessidade de uma mudança nas relações de gênero, dentro e fora de casa. Suas reivindicações, além da própria luta pela terra, incluíam os direitos das trabalhadoras como sujeitos políticos, contestando a invisibilidade do trabalho rural e doméstico, e buscando maior participação na esfera pública (MARTINS, BRUNETTO, 2014).

¹⁴ De 1985 a 2018, a Comissão Pastoral da Terra registrou 1.438 conflitos no campo em que houve assassinatos, somando 1.904 vítimas fatais. Também foi registrado aumento dos conflitos a partir de 2015, tornando 2017 o ano com mais violências no campo desde 2003, com 70 assassinatos. (ASSASSINATOS, 2018).

¹⁵ Margarida Alves é homenageada pelo movimento conhecido como Marcha das Margaridas, que reúne mulheres do campo de todo o Brasil em Brasília, desde 2000, para lutarem por seus direitos.

No Mato Grosso do Sul, as atividades do MMA/MS se iniciaram oficialmente em 1984, com a reivindicação de mulheres que estavam acampadas em condições precárias, exigindo resoluções por parte do Estado. Suas ações foram mais intensas até 1994, e se centraram na região de Dourados, onde a questão da luta pela terra era/é muito presente, não chegando a atuar na região do Bolsão (KUHNS, 2012). Hoje, o MMC está em 18 estados brasileiros, integra a Via Campesina¹⁶, e tem levantado a bandeira da agroecologia e da soberania alimentar.

O Coletivo Nacional de Mulheres do MST concretizou, em 1998, o debate sobre gênero para toda sua militância, por meio da publicação da cartilha intitulada *Compreender e Construir Novas Relações de Gênero* (COLETIVO NACIONAL DE MULHERES MST, 1998). Este documento traz importantes reflexões, e estabelece as diretrizes que devem guiar as novas relações de gênero dentro do movimento, tais como: estimular a participação das mulheres em todas as instâncias de poder e representatividade; identificar as causas que impedem as mulheres de participarem politicamente; estabelecer uma relação de companheirismo e solidariedade entre o homem e a mulher; elaborar discussões por homens e mulheres que serão levadas a assentamentos e acampamentos; criar mecanismos como refeitório coletivo e creches, que permitam maior participação das mulheres no movimento; debater métodos de educação para as crianças; entre muitas outras. O caráter abrangente e consistente da cartilha demonstra o cuidado do MST com sua formação de base, dando ênfase à educação em todos os níveis. Em 2015, foi realizado o seminário “O MST e a Diversidade Sexual”, ampliando as discussões de gênero às questões relativas à sexualidade e à heteronormatividade, denotando o amadurecimento do movimento (SILVA, Maura, 2015).

A partir da portaria nº 981, firmada em 2003¹⁷, a titularidade da terra na Reforma Agrária passou a ser feita obrigatoriamente incluindo a mulher e o homem em casos de casamento ou união estável entre o casal, trazendo a igualdade de gênero para a titularidade dos assentamentos (MENEGAT, 2016). Até 2003, os nomes das mulheres sequer figuravam nos documentos do INCRA. Em 2007, as mulheres responsáveis

¹⁶ A Via Campesina é uma articulação internacional de movimentos camponeses, e reúne hoje 182 organizações em 81 países; ela “defende a agricultura camponesa e a soberania alimentar como uma forma de promover a justiça social e dignidade e se opõe fortemente aos agronegócios que destroem as relações sociais e a natureza.” (iGLOBALICEMOS, 2017, tradução nossa)

¹⁷ No mesmo ano, durante o Governo Lula, foi criada a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), que permitiu avanços legais para as mulheres em diversas áreas.

pelo sustento da família passaram a ter direito preferencial à terra, constando como principais titulares. Nota-se que, além dos direitos legais, os movimentos de mulheres no campo levaram adiante reflexões estruturais derivadas da incorporação da categoria gênero em suas discussões, como afirma Menegat (2009, p.225):

[...] as conquistas das mulheres do campo foram além de questões relativas à terra, ao salário e à produção, uma vez que em suas discussões incorporaram a categoria gênero, que passou a compor suas discussões e que propiciou novos elementos de percepção e de questionamentos em relação aos espaços produtivos, sociais, culturais e simbólicos existentes entre homens e mulheres.

O termo “gênero” é emprestado da gramática e, segundo Scott (1995), passou a ser utilizado pelas feministas para explicitar a ideia de que os gêneros masculino e feminino são construções sociais, negando, assim, a naturalização das diferenças sociais a partir de um determinismo biológico, contido quando fala-se em “sexo” ou “diferença sexual”. De acordo com a autora, uma categoria social é imposta a um corpo sexuado, e essas categorias estabelecem uma relação de poder, com determinados papéis e hierarquias, onde o homem é superior à mulher. Quando Simone de Beauvoir, décadas antes, profere sua célebre frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1970, p. 9), ela expõe que o sujeito “mulher” é uma construção social, e o “tornar-se mulher” depende de um complexo sistema de dominação e doutrinação de gênero imposto pela sociedade, tanto para a mulher quanto para o homem, desde antes do nascimento. Um bebê inicia sua caminhada para se tornar mulher quiçá com o primeiro par de sapatinhos cor-de-rosa, ou com a primeira perfuração corporal nas orelhas, logo ao nascer. Basta entrar em uma loja de brinquedos infantis para ver como essa construção social é feita na base do aprendizado: às meninas é permitido brincar de casinha, de boneca, de habilidades manuais, e de estímulos à vaidade e à construção da “beleza”¹⁸, representações das atribuições do universo “feminino”; os meninos brincam de carro, de bola, de armas, desenvolvendo sua vida fora da casa, sua força física, o estímulo à competitividade e

¹⁸ O padrão estético imposto da “beleza feminina” age como o novo controle social das mulheres, sendo uma arma política em reação à libertação advinda das lutas feministas a partir da década de 1970. Wolf (1992) o chama de “mito da beleza”, denunciando seu caráter de dominação sobre as mulheres por meio de um ideal irreal que determina regras sobre os corpos, enfraquecendo a autoestima das mulheres, tomando seu tempo livre, e alimentando o mercado da estética. Em 2017, o Brasil era o segundo país com mais cirurgias estéticas feitas no mundo, com 2,5 milhões de procedimentos realizados, 86% deles em mulheres (INTERNATIONAL SOCIETY OF AESTHETIC PLASTIC SURGERY, 2017); o país é também o terceiro maior mercado mundial consumidor de cosméticos (DINO, 2016). Muitos transtornos alimentares e até suicídios são decorrentes desse mesmo mito.

a naturalização de comportamentos violentos, assim como são desencorajados a demonstrar ou desenvolver sua sensibilidade.

Celósia apresenta essa construção quando aponta as imposições de gênero que viveu, construindo na denúncia sua resistência.

[...] nós mulheres crescemos pra ser donas de casa, fomos educadas pra isso, até a minha geração, eu fui criada pela minha vó, fomos educadas pra ser donas de casa! Lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos, do marido e acabou! Mas não é esse nosso sonho, ninguém nunca perguntou pra gente se era isso que a gente queria. Foi alguma coisa imposta a nós, né? E não é isso que a gente quer. A gente quer fazer parte do mundo, a gente quer trabalhar fora, a gente quer conhecer novos horizontes, a gente quer mesmo ir pra luta, né? (Entrevista concedida à autora pela assentada Celósia, PA 20 de Março. Três Lagoas, maio 2017).

O “fazer parte do mundo” nos remete à participação/exclusão da esfera pública, tradicionalmente dominada por homens, mas que tem sido conquistada cada vez mais pelas mulheres, destacadamente nos assentamentos estudados. A própria assentada Celósia apresenta sua práxis: foi presidenta da associação do assentamento por três anos, e nas eleições de 2016, se candidatou a vereadora no município de Três Lagoas, sendo a única representante da agricultura familiar camponesa entre as/os demais candidatas/os (BORZONE, MEDEIROS, BARROS, 2018, no prelo).

Pesquisadora: E quanto à sua candidatura para vereadora, o que te levou a participar desse momento?

Celósia: Foi um sonho assim de ter maior participação da mulher na política, e ter a agricultura familiar representada, e eu acho que não perdi. Eu tive 105 votos, então foram 105 pessoas que confiaram que a agricultura familiar pode crescer, e que a gente é capaz de representar como mulher e como agricultora familiar. Pra mim o conhecimento foi grande, não estou dizendo que saio candidata novamente, mas... parceria com outras pessoas, levar ideias, buscar ideias, **a minha intenção é não ficar de fora, né?** É pra frente que se anda. (Entrevista concedida à autora pela assentada Celósia, PA 20 de Março. Três Lagoas, maio 2017. Destaque nosso).

Recentemente, o termo “gênero” passou a substituir o termo “mulheres” em diversos textos e artigos, em uma aparente “busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas” (SCOTT, 1995, p. 75). Observamos também diversas políticas públicas “de gênero”, ou seja, voltadas às mulheres e à superação das desigualdades entre elas e os homens. Não vemos, porém, políticas de gênero voltadas ao gênero masculino, embora seja essencial trabalhar as relações de gênero em conjunto, uma

vez que a questão é precisamente relacional, e há ônus social em ambos os lados¹⁹ (destacando-se principalmente as políticas educacionais, que visem ampliar o debate sobre as diferenças de poderes). Privilegiamos a escolha do gênero enquanto categoria de análise justamente por concordarmos com o caráter relacional que ele traz, e por compreendermos que as diferenças sexuais que pautam a ordenação social e inferiorizam as mulheres são construções sociais. Assim, a feminilidade e a masculinidade são construídas socialmente, e ambos os processos trazem inúmeras consequências para mulheres e homens, estabelecendo padrões que limitam nossas capacidades humanas e nosso desenvolvimento pleno. Porém, mais que limites, vemos que essa construção serve também ao funcionamento do capitalismo.

Tedeschi (2009), em sua leitura sobre a importância da categoria gênero no estudo do campesinato, baseia-se em Foucault para compreender as relações de poder, assim como as resistências, uma vez que “o poder é uma relação de forças, só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência a ele, em contínua tensão” (FOUCAULT, 2003, p. 231 apud TEDESCHI, 2009, p. 145).

Resistência e relações de poder estão implicados em uma relação dialética, na qual um é o outro necessário da relação. Segundo Foucault, a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder. (TEDESCHI, 2009, p. 146).

Ao resistirem aos papéis dados, as mulheres promovem mudanças estruturais nas relações de poder estabelecidas. Sendo a resistência força superior, por ser capaz de promover mudanças, compreendemos as mulheres como protagonistas de sua libertação das estruturas patriarcais de poder, por meio de suas resistências. A percepção de muitas entrevistadas aponta para mudanças na hierarquia entre homens e mulheres. Embora ainda haja muita desigualdade e opressão, as superações são vistas com otimismo através do tempo, como relata Guavira:

Antigamente tinha diferença, né? A mulher tinha que ficar na cozinha trabalhando, na roça. Hoje não, hoje a mulher vai pra uma indústria, trabalha igual, e não tem diferença hoje não. Por mais que o homem queira ser machista, alguns. Nem todos. Mas hoje é igual. A mulher, igual eu mesma, vim pra cá sozinha, eu e meus dois filhos, viemos pra

¹⁹ Destacamos que também há ônus para os homens na relação de poder patriarcal, como na construção social de sua masculinidade, que os educa de maneira a não permitir um desenvolvimento sadio de sua sensibilidade, e que deposita sobre eles a carga de prover economicamente a família, sem espaços para se tratar de fragilidades. A homofobia e a violência contra LGBTs deriva da mesma construção de masculinidade. O serviço militar é obrigatório para homens até hoje.

cá, a gente vive graças a Deus muito bem. Passamos dificuldade sim, mas fome não. Eu trabalhei, fui pra roça, fui pra escola. (Entrevista concedida à autora pela assentada Guavira, PA São Joaquim. Selvíria, fev. 2018).

Em sua fala, percebemos que ela arcou com a criação de seus filhos sozinha, o que é uma grande dificuldade resultante das desigualdades de gênero, ainda muito presente. No entanto, ela vislumbra as conquistas das mulheres, apontando o crescimento da atuação feminina na educação e no mercado de trabalho, que as permite ter mais ferramentas para lidar com as dificuldades da maternidade solitária, ou mesmo que as permite ter a opção do divórcio. No depoimento de Caliandra, ela aponta para os avanços, e também para o que ainda falta mudar, os “40% pra morder neles”.

É um desafio, ser mulher. Que a gente começa desde o útero da mãe. Antigamente, no meu tempo, a mulher era muito discriminada, a mulher nasceu pra forno e fogão. Ela não tinha direito nem a votar, bem antes da gente, né? Ela não tinha direito de tomar as decisões, nem da casa. O marido era o rei, era o chefe. Sozinho. Então ser mulher é um desafio. Um desafio que a gente vem superando, passo a passo. Já teve avanços bem grandes, uns 60% mais ou menos, mas nós ainda temos 40% pra morder neles. Que é o que eu vejo muito aí, é a violência doméstica. Porque a violência doméstica não é só bater na mulher ou bater no marido. É agressão verbal, é desentendimento, separação, a mulher separa do marido às vezes porque o marido não alcançou o objetivo, aí separa, aí vem aquele sofrimento, criar os filhos sozinha, é uma luta muito grande. Então a mulher ainda tem uns 40% de desafio pra roer. Vocês novas, que eu já estou na minha! (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra, PA São Joaquim. Selvíria, fev. 2018)

Aqui, a assentada faz a denúncia da violência doméstica como a grande questão ainda a ser resolvida nas relações de gênero. E, ao caracterizar o abandono paterno da família como uma forma de violência, contempla o depoimento anterior, sobre as dificuldades relatadas por Guavira.

Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.340, também conhecida por Lei Maria da Penha, criada para se ter mecanismos legais para prevenir e punir a violência doméstica e familiar, estabelecendo medidas protetivas às mulheres que denunciam casos de agressão, e punições específicas aos agressores. Essa lei foi conquistada após anos de batalha da própria Maria da Penha, mulher que sofreu violência de seu marido por 23 anos, com duas tentativas de homicídio que a deixaram paraplégica. Embora haja falhas, a lei foi de extrema importância para começar a buscar soluções aos casos de violência contra a mulher no Brasil. De acordo com o Mapa da Violência

(WAISELFISZ, 2015), o Brasil é o 5º país do mundo com mais casos de homicídios de mulheres. Em 2013, foram assassinadas 4.762 mulheres, equivalendo a 13 mortes por dia; 50% dos casos de agressão registrados foram feitos pelos parceiros das vítimas.

As lutas das mulheres no campo, portanto, somam as dificuldades da condição camponesa, submetida ao poder do capital, com as dificuldades dentro dos próprios movimentos de luta pela terra e dentro de suas próprias casas. As mulheres, em seu movimento organizado, têm avançado na conquista de direitos e na luta pela terra e pelo território.

2.4 Gênero, campesinato e território

Nossa compreensão do campesinato atual dialoga com a teoria de Chayanov (1974) sobre a permanência camponesa no modo capitalista de produção. Para esse autor, a recriação do campesinato está centrada na organização familiar, e sua lógica de reprodução difere da lógica capitalista, embora esteja subordinada a ela. A organização da unidade econômica camponesa visa satisfazer as necessidades da família. Diferentemente, uma organização capitalista está centrada no trabalho assalariado e na exploração da mais-valia, visando gerar lucro para seus/suas proprietários/as.

No mesmo sentido, Marques (2008) afirma que o campesinato possui uma organização social específica, e sua relação com a sociedade capitalista varia conforme a necessidade. Sendo o campesinato dono dos meios de produção e da mão de obra, simultaneamente, ele constitui uma classe social própria, com seu modo de vida distinto. Acerca desse modo de vida distinto, Almeida (2003) o define como o *habitus* camponês, que é orientado pelas relações entre terra, família e trabalho. O sítio/lote²⁰ é tanto uma unidade econômica como um lar, e todos/as os/as membros/as da família desempenham uma jornada combinada, transformando-se em um trabalhador coletivo (SANTOS, 1984, p. 33-34, apud ALMEIDA, 2003, p. 330). O

²⁰ O termo "lote" é mais utilizado pelas entrevistadas para designar a área legal, o número oficial do INCRA que determina seu lugar e sua posse de uma terra. O "sítio" carrega consigo uma carga afetiva, de lar, quando se fala com carinho de sua terra. Os sítios têm nomes, que carregam mensagens muito fortes de conquistas e bênçãos, relações familiares, e outras simbologias, marcadamente cristãs.

habitus inclui diversas estratégias específicas para recriar seu modo de vida e permitir sua permanência na terra, pautadas na organização familiar que, por sua vez, está pautada na divisão sexual de tarefas.

Podemos perceber essa dinâmica nos relatos a seguir, que expõem a divisão de tarefas nos sítios visitados:

São meus filhos que tomam conta da horta, levantam de manhã, os dois vão para o curral, enquanto um tá buscando a vaca o outro tá puxando bezerro. De manhã eu estou na lida, a nora está na escola. Chega da escola, vai pra louça, vai pra roupa que tem que catar no varal que eu já coloquei, ela apanha no varal e dobra e passa, tudo tem uma tarefa, todos nós. (Entrevista concedida à autora pela assentada Amarílis. PA 20 de Março, Três Lagoas, maio 2017)

O meu marido tira leite, mexe com o gado, entrega leite e tudo, é que agora não estamos entregando, ele tá fazendo queijo. E eu mexo só com o serviço de casa, só assim, limpo quintal, lavo roupa, faço comida, faço todo o serviço de casa. E é só isso, ele também limpa quintal, planta roça, e assim a gente vai indo, só os dois mesmo. (Entrevista concedida à autora pela assentada Buganvília. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018)

Segundo Woortmann e Woortmann (1997), os homens, no modelo familiar camponês, cuidam do lado mais externo do sítio: lidam com os animais maiores (bois e cavalos), com as tarefas de desbravar os perigos do mato para desenvolver espaços de roçado, e também atuam no meio político/econômico, nas relações com os mercados e instituições: o mundo de fora. As mulheres, nesse modelo, se responsabilizam pelo mundo de dentro: os serviços domésticos, o cuidado com animais menores e com o entorno da casa (horta, plantas medicinais), a alimentação da família, o cuidado com as crianças, com o conforto do marido e das outras pessoas da casa. Essa divisão de fora/dentro aparece no relato a seguir:

Petúnia: A parte da casa é com as mulheres. A parte do quintal pros homens. Mas nem sempre fica assim. Sempre estão chamando pra fazer alguma coisa lá pro lado de fora. Sempre estão chamando pra ajudar a carpir, alguma coisa assim. Mas quando estão as duas, dá pra revezar, pro lado de fora e pro lado de dentro. A maioria é ele (marido), que é o gado, as plantações, a cerca, a maioria é meu esposo e meu menino. Aí eu fico mais com a parte de almoço, lavanderia, e a limpeza geral da casa.

Pesquisadora: E você dá umas chamadas também pra ajudar aqui dentro?

Petúnia: Mas não vem não. Chamar, chama, mas não vem. (Entrevista concedida à autora pela assentada Petúnia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

A divisão dos trabalhos no campesinato tradicional²¹, segundo Woortmann e Woortmann (1997), é resultado de uma determinação que possui direção, ou seja, há uma figura masculina central que ordena todas as tarefas da família, o pai.

A direção do processo (de trabalho) é determinada pelo *pai de família*, detentor do *governo* do trabalho. É ele quem “dá a direção”. O fato de ser o homem quem define a direção do deslocamento espacial, indica que ele também detém o controle do processo como um todo. A mulher, pelo contrário, é remetida a um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para dentro da casa os produtos da roça transformados em mantimento, para torná-los comida inserida em sua própria “direção”, a do consumo. Em oposição ao do homem, o movimento da mulher dá-se de um espaço já domesticado por ele para outro espaço, a casa, núcleo simbólico da família. (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p. 37, destaque dos autores).

A casa, em nossa pesquisa, se confirmou como o lugar da mulher. O espaço doméstico é quase que exclusivamente feminino: 22% das entrevistadas, ou seja, apenas cinco das 23 famílias visitadas, afirmaram haver alguma participação masculina nas tarefas que, a princípio, são consideradas responsabilidade da mulher.

Essa realidade pode ser interpretada sob dois vieses. Por um lado, demonstra que de fato existe um padrão nas relações de gênero no núcleo familiar camponês; por outro, revela mudanças nessas relações, existindo a permeabilidade entre os espaços e gêneros. Nos depoimentos de Celósia, Begônia e Zínia, notamos maior participação dos homens nos serviços domésticos:

Tudo o que ele faz dentro do lote, eu faço com ele. E todo o serviço que é pra eu fazer ele me ajuda também. É tudo dividido, porque se ele vai carpir eu vou junto, então quando chega a hora de esquentar janta e lavar o prato, acho que somos iguais, né? Ele é bem companheiro. (Entrevista concedida à autora pela assentada Celósia. PA 20 de Março, Três Lagoas, mai. 2017)

Eu tiro leite. É uma função que talvez muita gente acha que seria dele, mas não é, a tarefa de tirar o leite é minha, uma porque ele não tem uma das mãos, então a tarefa de tirar o leite é minha. Além de eu gostar muito do que eu faço, sou bem lenta mas eu gosto muito do que faço, eu levanto cedo e a primeira tarefa que faço é tirar o leite. Da casa, a gente divide. Quando tem serviço dentro de casa, igual hoje mesmo, uma faxina, alguma coisa, quando é lavagem aqui fora ele ajuda, lavar o resfriador, ele ajuda, e ele trabalha um pouco com o trator, né. Ele está fazendo alguns serviços com o trator do assentamento. Então às vezes se ele vai trabalhar, a outra função é

²¹ O termo “campesinato tradicional” é usado para se referir ao campesinato que possui a propriedade da terra a exemplo dos/as sitiantes, de maneira a se distinguir do campesinato recriado pela reforma agrária, chamado de “campesinato parcelar”.

minha. Agora apartar bezerro, tratar o gado, é mais ele. Agora quando é pra curar algum animal, ou mexer com a criação, é nós dois juntos. Então a gente divide muito as tarefas, são bem divididas. (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Meu (filho) mais velho tira leite, o do meio trata dos porcos, o caçula das galinhas, e a minha filha me ajuda na casa. Ela lava uma loucinha e dobra roupa. E eu fico com o resto! Mas em vista, eu saio de casa, se precisar meu mais velho faz comida, ele cozinha. Então não tenho essa preocupação. Não tenho preocupação nessa parte, eles me ajudam bastante. (Entrevista concedida à autora pela assentada Zínia. PA Serra, Paranaíba, mar. 2018)

Há uma parcela de homens começando a participar mais do lado “de dentro”, o que não significa uma equidade de gênero na divisão de tarefas. Em 12 famílias, ou 52% dos casos, a divisão era marcadamente sexista – homens cuidam de fora, mulheres cuidam de dentro. Mesmo na fala de Celósia, que aponta para a igualdade, é possível notar a naturalização do trabalho doméstico como feminino, do “serviço que é pra eu fazer”, e do conceito de “ajuda” quando os homens desempenham uma tarefa considerada “feminina”. De modo similar, quando as mulheres executam tarefas consideradas masculinas, como o trabalho na lavoura ou na lida com o gado, as tarefas são chamadas de “ajuda”, consideradas auxiliares ao trabalho do homem.

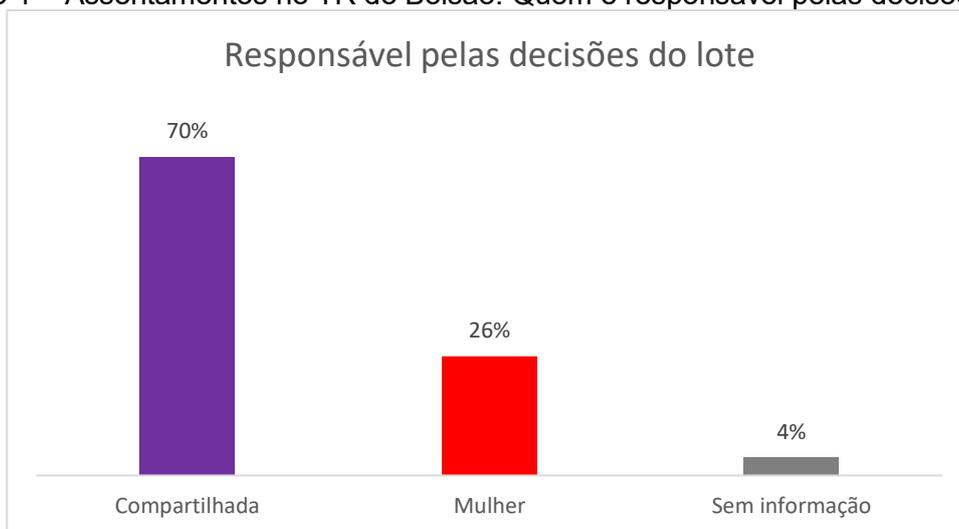
A gente divide nada, eu ajudo ele no que posso, ele me ajuda no que pode. Então nós trabalha os dois de parceria, né. Tudo a gente faz junto. Tira leite, eu cuido da casa, enquanto eu cuido aqui ele tá na roça, quando tinha os tomates, nós dois ia pra lavoura, eu ajudo ele em tudo. É só nós dois. (Entrevista concedida à autora pela assentada Alfazema. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018)

As tarefas da casa é só eu, não existe ele falar que vai fazer porque não faz não. Ele é daqueles homens que não fazem nada em casa. De serviço de mulher não. Só que eu ajudo ele só no maracujá. As criações ele cuida de tudo. Trata de porco, galinha, das vacas, eu só ajudo no maracujá. Outras coisas eu não faço serviço. Só ele que faz. Lá em casa é assim, ele faz o dele, eu faço o meu. (Entrevista concedida à autora pela assentada Dália. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018)

No entanto, ao contrário do que aponta Woortmann e Woortmann (1997) sobre ser o homem quem controla o processo de trabalho como um todo, nos assentamentos encontramos grande participação das mulheres nesse aspecto. Quando perguntadas sobre quem é responsável pela tomada de decisões na unidade familiar, a maioria (70%) afirmou que as decisões são sempre feitas em comum

acordo entre o casal ou o núcleo familiar; 26% afirmaram serem elas as responsáveis, das quais 22% são as únicas moradoras do lote, portanto, realmente só cabe a elas a tomada de decisões. Nenhuma das assentadas afirmou ser o marido o único responsável pelas decisões. Situações que apontam para uma possível mudança na família camponesa no tocante às relações de gênero no processo de Reforma Agrária. Os dados estão no gráfico 1:

Gráfico 1 – Assentamentos no TR do Bolsão: Quem é responsável pelas decisões no lote



Fonte: a própria autora.

Uma coisa que ele (marido) não faz é fazer um negócio sem primeiro chegar e falar comigo, 'Você acha que vai dar certo?'. Às vezes eu falo 'Não vou opinar, faz o que você acha que quer', às vezes ele nem faz. E a mesma coisa, se eu for fazer uma coisa, primeiro eu falo com ele, 'Se eu fizer isso, será que vai dar certo?'. Aí ele também fala 'Ah, se eu fosse você não fazia isso não, acho que não vai dar certo'. Então a gente entra em acordo, né. Porque não adianta, se um casal não entrar em acordo, não vira nada. (Entrevista concedida à autora pela assentada Dália. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018).

O diálogo e o respeito mútuo entre o casal foi evidente nas casas em que as decisões se dão de maneira compartilhada, indicando mudanças no lugar social da mulher no âmbito privado. A assentada Alfazema diz: "Tudo é nós dois, eu dou opinião, ele dá opinião, né? A gente conversa muito. Ele não faz nada sem eu saber, e eu não faço nada sem ele saber." (Entrevista concedida à autora pela assentada Alfazema. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018).

De mesmo teor é a situação na casa de Caliandra, onde ela vive com o marido, o filho e a nora. Nesse caso, todo o núcleo familiar participa das decisões: "Ninguém aqui em casa fala assim: 'eu vou fazer isso aí'. É assim: 'Dá certo?', 'Vamos fazer?', 'Como é que é mais prático?', então sempre é em conjunto as coisas que a gente

cuida aqui dentro.” (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018). Na memória das camponesas, no entanto, há relatos de quando a opinião da mulher da casa não era levada em consideração:

No meu tempo, meu pai, quando ele ia chegando do comércio com o burro, minha mãe já tinha que estar com o milho lá pro burro, desarrear o burro, a janta já tinha que estar ali impecável, no jeito, ou o almoço, o que for, tudo tinha que estar dentro dos conformes! Ele não perguntava assim pra ela ‘Ah, eu vou vender essa vaca? Eu vou comprar esse porco?’. Não, eram eles que decidiam tudo. [...] O marido era o rei, era o chefe. Sozinho. (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018).

Entre uma geração e outra, nota-se grande diferença quanto à participação das mulheres nas decisões concernentes à família. E isso se reflete também na participação feminina no espaço público, nos lugares de decisão coletivos, como as associações.

Como afirma Almeida (2003), por mais que exista um conjunto de práticas e representações em comum nos sujeitos que formam uma mesma classe (como a camponesa), isso não significa que essas práticas e representações não possam mudar. Várias mudanças foram notadas na organização e hierarquia camponesas, no recorte observado. As mulheres têm conquistado muitos espaços, tanto dentro como fora do núcleo simbólico da casa, estabelecendo novas percepções sobre os limites dos espaços de mulheres e homens, como se as barreiras pudessem se transpor com maior permeabilidade. Encontramos casos em que as camponesas executam todas as tarefas em relação ao cuidado com a terra, apesar de ainda haver descrença da capacidade delas.

Os homens não botam muita fé nas mulheres não, sabe? Mas aqui tem mulher muito guerreira nesse lugar. Tem umas aí meio folgadas, mas tem muita trabalhadora aqui. E aqui não tem diferença não, porque eu faço a mesma coisa que um homem faz. Eu só não dou conta de pegar um pau muito grande pra pôr no buraco, mas se ele for menor eu ainda pego. Eu faço a mesma coisa que um homem faz. Então eu não acho que é diferente. E não gosto que as mulheres dizem que não dão conta, porque então estão querendo dizer que eu sou o que? Que sou macho fêmea? Que por isso que tenho força? Eu faço a mesma coisa: eu tiro leite, eu abro buraco, eu estico cerca, eu roço de foice, eu arranco broto com enxadão, eu carpo de enxada, eu faço a mesma coisa. (Entrevista concedida à autora pela assentada Violeta. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

As mulheres que tocam seus lotes sozinhas podem ser desencorajadas a fazê-lo, seja pela vizinhança ou pelos órgãos de apoio – nestes casos, o machismo toma

forma de violência simbólica, transparecendo o caráter institucionalizado do pensamento patriarcal. Encontramos duas viúvas que nos relataram o descrédito de serem capazes de seguir cuidando do lote após o falecimento do marido.

Até na época que eu fiquei viúva, o pessoal do INCRA me autorizou a passar pra outra pessoa, me falaram que o contrato saía na hora pra outra pessoa. E eu não quis. Falei pra eles que eu ia cuidar. Se eu não desse conta, aí eu ia procurar eles, mas eu ia cuidar. O técnico sempre fala pra mim, se quiser desistir, porque por ser mulher, por não dar conta, os filhos não estão aqui ajudando, ninguém me ajuda, né? Só os netos, os netos são bonzinhos. Só esses também, tenho 10 netos, só esses três que vem. (Entrevista concedida à autora pela assentada Violeta. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Eu fiquei assim, *muito* triste, pela perda do meu esposo [...] só que assim, mais triste eu fiquei pelas conversas. Porque tem pessoas que acham que a gente é mulher então não somos capazes. Falaram 'A viúva, será que ela vai ficar no sítio dela? Será que ela vai conseguir tocar esse sítio?'. Aí uma pessoa falou 'Essa viúva, ela tem nome. O nome dela é Margarida'. (Depoimento da assentada Margarida gravado pela autora na mesa redonda "Mulher é Verbo de Luta". Três Lagoas, mar. 2017)

Podemos identificar o descontentamento das assentadas com a construção social que as inferioriza, além de questionarem e se posicionarem em resistência.

Em relação à administração do dinheiro, também se obtiveram resultados que apontam para mudanças do modelo patriarcal de poder. Em várias casas, as mulheres são as responsáveis pela contabilidade; em outras, a contabilidade é feita pelos homens, mas o dinheiro, segundo elas, é utilizado com liberdade por elas também.

Lá em casa, quem faz as contas é o marido, mas pra gastar sou eu mesma. Mas é, ele faz conta até do meu dinheiro, ele fala 'Nossa, você gastou tanto esse mês!'. Porque eu sou pensionista, né. Mas isso de sentar e ver 'Nós gastamos tanto esse mês, esse mês vai sobrar tanto', é ele que faz. Ele tem os caderninhos dele lá, tudo que faz em casa ele marca. (Entrevista concedida à autora pela assentada Dália. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018).

Não tem aquele dinheiro só dele, só meu não. A gente é junto. Se eu vendo alguma coisa, se ele vende. Eu trabalhava de professora, dava aula, o dinheiro era tudo nosso. Vamos comprar isso? Vamos. Então é junto. (Entrevista concedida à autora pela assentada Alfazema. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018).

Em algumas situações, encontramos mulheres que administram integralmente o dinheiro da família. Nota-se que o objetivo maior do dinheiro proveniente da renda

da terra não é o lucro, e sim prover os/as filhos/as de melhores condições de vida do que aquelas que a mãe viveu. A terra é “entendida como a possibilidade de realização do trabalho, não da renda, não do lucro médio, mas do trabalho autônomo camponês, contraditoriamente liberto do julgo capitalista.” (ALMEIDA, 2003, p. 337).

Ele (marido) trabalhava de empregado mas tirava dinheiro só pra cortar um cabelo, o resto era eu que cuidava. Comprei essas casas, comprei terra. Comprei oito casas e dois terrenos. O dia que saímos de lá, tinha 8 escrituras. Aí vendi dois terrenos, duas casas pra construir aqui que não tinha nada, e seis eu dei pros filhos, passei a escritura pra eles. Eu não queria passar pra eles o que eu passei, tem dias que a gente chegava em uma casa, pedia um pouso, e a pessoa negava um pouso pra nós. (Entrevista concedida à autora pela assentada Orquídea. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Eu tenho que virar dinheiro pros filhos, né? Eles têm que contar comigo. Então eu não tenho dó de ajudar, não ligo pra dinheiro, dinheiro pra mim é bom pra pagar conta. (Entrevista concedida à autora pela assentada Violeta. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Outra questão importante a se observar nas relações de gênero e o capital é a invisibilidade do trabalho feminino. Uma vez que esse trabalho foi delegado ao mundo doméstico, naturalizado como responsabilidade da mulher, e feito sem remuneração, ele não é considerado um trabalho propriamente dito, é invisibilizado. A assentada Dália o caracteriza muito bem: “Eu falo assim: mulher é que nem sal, ninguém percebe que tem, mas quando falta, todo mundo acha falta.” (Entrevista concedida à autora. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018). Quando esse trabalho falta, ele é posto em local de visibilidade. Sendo assim, negar o serviço doméstico é uma maneira de resistência das mulheres, de expor sua dupla jornada. No depoimento da assentada Margarida, o trabalho doméstico fica em segundo plano, pois “a casa não dá dinheiro”. Assim, ela prioriza seu trabalho produtivo como agricultora, que é capaz de gerar dinheiro, e resiste à dupla jornada imposta socialmente às mulheres:

Pesquisadora: E quem faz as tarefas domésticas?

Margarida: Domésticas, minha filha, dentro da casa, nós fazemos a hora que dá tempo. Porque eu costumo falar pra minhas parceiras de trabalho que a casa não dá dinheiro. Se ficar só faxinando chão dentro de casa, se não for cuidar da horta e plantar não dá pra ganhar dinheiro. (Entrevista concedida à autora pela assentada Margarida. Três Lagoas, maio 2017)

A assentada Jasmim denuncia o trabalho invisível feminino, que “nunca acaba”, sendo um ciclo eterno de reprodução da vida. “A diferença do homem e da mulher é

que o serviço da mulher nunca acaba, né? Todo dia é a mesma coisa. O homem fez aquilo lá, pronto, acabou. Agora a mulher, todo dia a mesma coisa.” (Entrevista concedida à autora pela assentada Jasmim. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018). A invisibilidade do trabalho feminino no campo também se dá no trabalho assalariado ou contratado, em casos de diferença salarial, ou mesmo de ausência de salário.

[...] Quando nós trabalhávamos por dia, eles nos chamavam boia-fria, hoje nós estamos ganhando o nome de agricultoras! Mas naquele tempo chamava boia-fria. O salário, eu, minhas irmãs e minha mãe, nós íamos trabalhar na roça, por dia na fazenda. Meu pai era o campeiro. Meu pai era funcionário por mês. E a gente tinha diferença de preço de salário. O salário dos homens naquele tempo era 15 cruzeiros, o nosso era 11 cruzeiros. E aí uma vez meu pai veio a discutir com o patrão. Falou que minha irmã saía junto com os homens, carpia até mais que os homens. Meu pai falou assim: ‘Mas ela tem que ganhar igual aos homens’. ‘Não, mas ela não pode ganhar, não pode, porque a mulher é mais fraca.’ Olha, o tanto que já passei na minha vida. (Depoimento da assentada Margarida gravado pela autora na mesa redonda “Mulher é Verbo de Luta”. Três Lagoas, mar. 2017)

A diferença salarial entre homens e mulheres segue ainda hoje. De acordo com Miguel e Biroli (2014), no Brasil, o rendimento médio dos trabalhadores homens é quase o dobro das trabalhadoras mulheres (considerando os valores totais, entre rural e urbano). Além disso, as mulheres negras ganham 44% menos que as mulheres brancas, além de estudarem menos, evidenciando que as desigualdades de gênero se somam às desigualdades de classe e raça.

No relato de Orquídea, há um exemplo de casos em que as mulheres sequer recebiam salário, quando trabalhando em outros estabelecimentos. Os maridos eram contratados para prestar serviços em fazendas, e suas esposas se tornavam as responsáveis por cuidar da casa dos/as proprietários/as, a “sede”, assim como pela alimentação dos demais trabalhadores, os peões.

Tinha 10 peões, eu cozinhava pros 10 peões. E você sabe como é que tinha que fazer? Cedo a mesa cheia de bolo, pão, pra tomar o leite. Aí meio dia, a mesa cheia de comida. Três horas, café da tarde. E era eu sozinha. Aí que a minha nora foi morar comigo, que ela casou, aí eu deixava ela pra limpar a casa, e eu ficava só fazendo comida pra esse pessoal. **Devido a eu trabalhar na casa, (o proprietário) não cobrava nada, eles davam o pasto do gado pra nós. Nosso gado ia aumentando. Quer dizer, o pasto do gado eu pagava com meu serviço. Meu marido tinha o salário dele.** Eles moravam mais pra Birigui, mas quando vinham, eu zelava deles, e tenho eles como minha família, tratavam a gente muito bem.

(Entrevista concedida à autora pela assentada Orquídea. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Não havia salário, mas havia uma troca, o uso do pasto que ela “pagava” com seu serviço, permitindo que seu gado aumentasse. É uma estratégia dentro da opressão buscando a emancipação – que acontece com a conquista da própria terra, em que geralmente o trabalho feminino é invisibilizado.

Outra característica do *habitus* camponês consiste nas estratégias adotadas pelo grupo familiar para se manter na terra, e que guarda relação direta com a questão de gênero e as múltiplas jornadas de trabalho. Em momentos de crise, quando o trabalho na própria terra não é suficiente para garantir o bem estar da família, a solução é fragmentar o grupo familiar, e alguns membros saem para trabalhar fora de sua propriedade, como assalariados. Nessa pesquisa, revelou-se que, em geral, quem vende sua força de trabalho é o homem, e a mulher permanece no lote, assumindo a direção do trabalho.

Meu marido tá trabalhando agora, fora do lote, porque não tem renda suficiente no lote pra ficar nós dois. Mas já ficamos bem, quase três anos ele aqui comigo, só com o lote. Aí deu umas quebradas e ele foi pra fora de novo. Quando precisa não tem outro jeito. (Entrevista concedida à autora pela assentada Zínia. PA Serra, Paranaíba, mar. 2018).

Esse movimento é feito “quando precisa”, visto que o ideal é que o núcleo familiar trabalhe apenas no lote, onde “estarão bem”, porque a superação do trabalho assalariado por meio da conquista da terra é uma das grandes libertações camponesas; em outras palavras, é a utopia camponesa.

Apesar de muitas coisas serem difíceis aqui no assentamento, a gente tem que agradecer que hoje a gente tem um pedaço da gente. A gente não está trabalhando para os outros. É uma coisa da gente, por mais que tenha dificuldade. (Entrevista concedida à autora pela assentada Petúnia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Porque o sítio dá um serviço, se você for trabalhar é de madrugada até a noite. Só que é seu, né, Clariana. Como se diz? Você vai fazer, mas você sabe que é uma coisa pra você, que amanhã ou depois não tem uma pessoa te mandando embora, que não tem uma pessoa pra dizer que aquilo está errado, está certo, ou não está bom. Então é trabalhar pra nós mesmos, não tem outra explicação. Não tem nem como falar o quanto isso é bom, né? (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Sendo assim, o campesinato é uma classe social que se opõe e resiste à desigualdade social e à concentração fundiária no país, e para tal, desenvolve estratégias que dialogam com a sociedade capitalista, por estar inserido em sua lógica, mas não se deixa organizar por ela. Observam-se as relações complexas e contraditórias existentes entre o modo de produção camponês e o modo de produção capitalista, presentes no debate sobre campesinato e território.

Neste sentido, a discussão conceitual sobre território, tanto na Geografia como em outras ciências humanas, se mostra fundamental para a compreensão do campesinato e da questão agrária no capitalismo.

A permanência da questão camponesa no mundo 'moderno' carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16)

Há diversas interpretações do conceito de território, que variam conforme a intencionalidade de quem interpreta, ou das instituições que financiam as pesquisas. Saquet (2007) traz um cuidadoso apanhado da discussão sobre território e territorialidade, constituída principalmente a partir dos anos 1980, destacando a importância do debate geográfico para avançarmos na leitura e atuação sobre o mundo real. Não pretendemos nos debruçar sobre todas as diferentes interpretações, mas apontar os elementos centrais que nos auxiliem na reflexão dos conceitos e seus desdobramentos para nosso objeto de estudo.

Segundo Raffestin (1993), o território é produto de uma ação conduzida por um ator sobre determinado espaço. Logo, o território implica em uma relação de poder desse ator, que territorializa o espaço através de um trabalho projetado. Assim, o território é construído socialmente, e se materializa no espaço por meio das relações de poder estabelecidas. O espaço, por sua vez, é anterior ao território; ele é totalidade, e abarca tanto a natureza como a sociedade (FERNANDES, 2008). A relação de poder é central na compreensão do território, como também nos aponta Andrade (1995, p. 19):

[...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Para Oliveira (2016), o poder estatal e o poder empresarial são partes do mesmo jogo, graças às burguesias nacionais, apoiadas pelo Estado, que transformaram as empresas monopolistas nacionais em empresas mundiais, como efeito da ascensão neoliberal observada a partir do fim do século XX. Assim, conceitos como globalização e mundialização do capital tornam-se fundamentais para compreender o território e as disputas que o compõem. Para esse autor, o território é uno, é totalidade, hegemônico pelo modo capitalista de produção e pela luta de classes. Oliveira (2004, p. 40) afirma que:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência.

A compreensão da questão agrária por Oliveira (2004, 2016) nos permite entender os processos contraditórios presentes no desenvolvimento capitalista no campo. Para o autor, esse desenvolvimento se dá de maneira desigual e combinada, pois ao mesmo tempo em que reproduz relações especificamente capitalistas, como a proletarização do campesinato, produz contraditoriamente relações não capitalistas, como o trabalho familiar camponês, que por sua vez inclui o trabalho feminino não remunerado, sendo ambas as relações necessárias à lógica de desenvolvimento capitalista. Embora o autor não faça menção a uma questão de gênero em sua leitura, considerando apenas o trabalho familiar camponês como um todo, podemos facilmente conectar seu pensamento à problemática abordada pelo feminismo sobre a divisão sexual do trabalho no capitalismo.

O conceito de território passou a ser utilizado na elaboração de políticas públicas, majoritariamente voltadas ao desenvolvimento rural. É dessa discussão que advém o Território presente no título da pesquisa: o Território Rural do Bolsão é fruto de uma política pública, que abordaremos mais atentamente no Capítulo 3. Sobre isso, Fernandes (2008) denuncia que os órgãos governamentais propositadamente ignoram as conflitualidades existentes entre os diferentes tipos de território²² que compõem determinado projeto de desenvolvimento territorial. Dessa maneira, o

²² Para Fernandes (2008), existem vários tipos de território, que estão em constante conflitualidade, uma vez que eles são criações sociais (camponês, indígena, quilombola, do agronegócio etc.). Em nossa discussão, nos centramos em considerar o território camponês e o do agronegócio, para esse autor.

conceito de território é utilizado pelo poder público como “instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio” (FERNANDES, 2008, p. 5). Para esse autor, existe uma disputa territorial entre o capital e o campesinato, e as políticas públicas favorecem o fortalecimento das relações capitalistas, moldando suas ações em função dos interesses do capital.

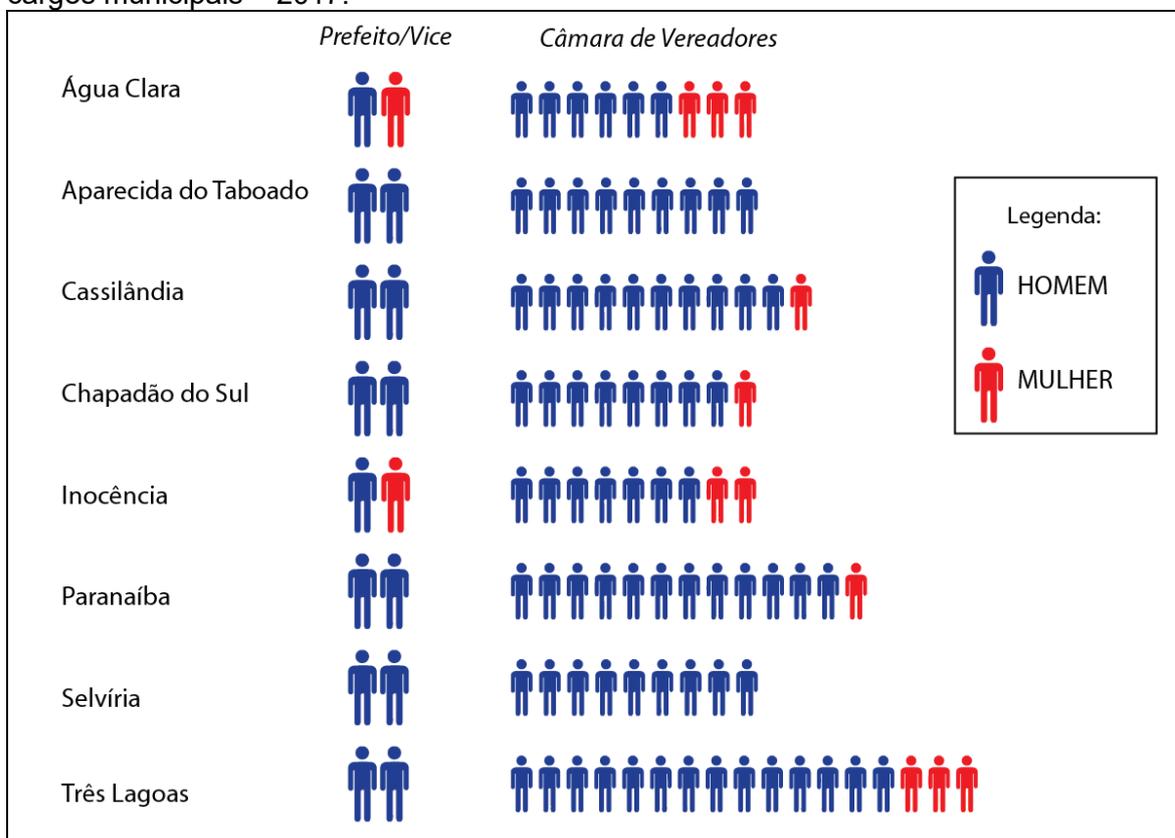
Assim, Fernandes difere de Oliveira dizendo que “o território é uma totalidade mas não é uno” (FERNANDES, 2008, p. 8), pois para ele, dessa maneira é possível destacar as conflitualidades entre os diferentes territórios, afirmando que o espaço de governança não é o único tipo de território. A totalidade a que se refere diz respeito à sua multidimensionalidade, considerando que o território é composto por todas as dimensões: política, econômica, social, ambiental, cultural etc., que se inter-relacionam. Compreendemos que, embora os autores apresentem divergências, ambos buscam, por vias distintas, evidenciar as inúmeras conflitualidades existentes entre o território sob o modo capitalista de produção e outras maneiras distintas de relação com a terra/espaço.

Consideramos interessante para a discussão de gênero a proposta de Fernandes (2008) sobre as diferentes escalas dos territórios, ou a “multiescalaridade”, que nos permite observar o espaço muito reduzido das mulheres quanto ao poder exercido nas diferentes escalas e territórios. O primeiro território para Fernandes (2008) é o do Estado, e suas divisões internas (país, estados, municípios). É dentro desse território que se organizam os demais. Considerando que o poder do Estado é exercido por seus representantes, podemos observar o predomínio de homens brancos, no Brasil, como atores centrais desse nível do território.

Sendo assim, nossa análise quanto à participação política das mulheres a nível municipal na área de estudo revela sua validade quanto à observação da representatividade feminina e poderes derivados dessa participação. No Brasil, a participação parlamentar feminina é muito pequena: apenas 12,5% das cadeiras são ocupadas por mulheres, colocando o país em 154º lugar de um *ranking* com 193 países, elaborado pelo Inter-Parliamentary Union (2017). Entre os países com mais participação de mulheres no parlamento, encontramos Bolívia em 2º lugar, com 50% dos cargos, além de Cuba (3º), Nicarágua (5º), México (8º), Argentina (16º), e até mesmo Afeganistão (54º). No Território Rural do Bolsão, as mulheres ocupam 12,75%

das cadeiras nas Câmaras Municipais e Prefeituras, conforme apresentado na figura 1, número bem próximo da média nacional.

Figura 1 – Território Rural do Bolsão: Relação da representatividade política das mulheres em cargos municipais – 2017.



Fonte: Sites das prefeituras municipais, 2017. Organizado pela autora.

A figura 1 demonstra que a relação de poder a esse nível territorial se vê bastante desigual quanto à participação das mulheres. A assentada Açucena, presidenta de uma associação do PA Pontal do Faia, denuncia a pequena participação feminina na política, indicando também sua vontade de lutar para a mudança desse cenário.

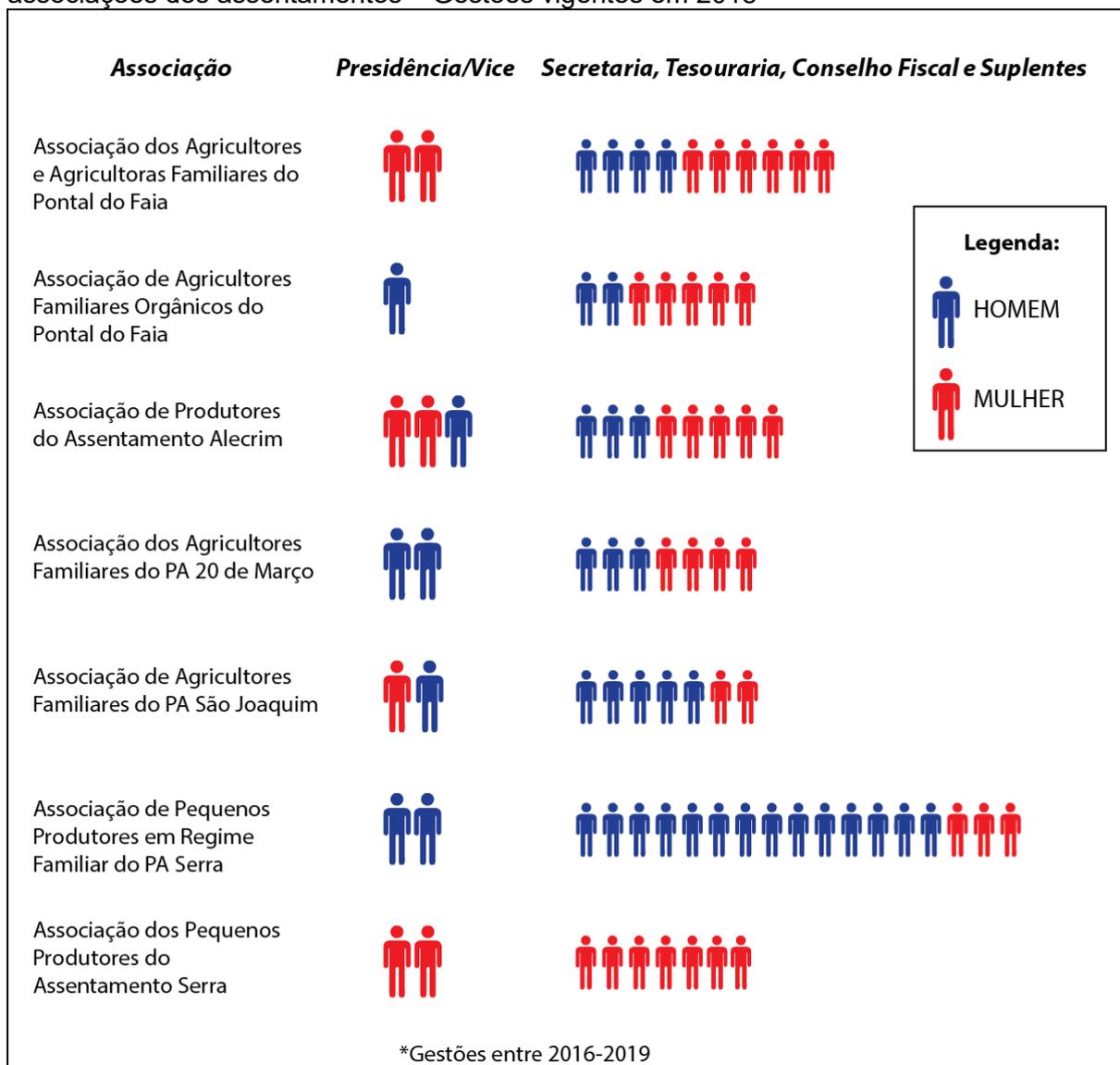
Tem poucas mulheres na política, né? Porque às vezes as mulheres têm mais respeito, algumas né, e o mundo nosso tinha que mudar, ser mais mulheres porque quem sabe nosso Brasil vai pra frente, né? Porque do jeito que está, só homem na liderança, tá feio. Não é verdade? Esses dias falei brincando com uma amiga minha lá na Fibria, falei: 'Olha, vou lutar pra ser prefeita, viu?'. (Entrevista concedida à autora pela assentada Açucena, PA Pontal do Faia, Três Lagoas, fev. 2018).

Nas associações dos assentamentos, que compreendemos como espaços de poder político e representatividade camponesa, notamos a situação contrária: há

grande participação feminina, inclusive nos cargos de maior responsabilidade e culturalmente ocupados por homens, como a presidência ou a tesouraria. Elas ocupam 50,6% do total de cargos, fazendo jus à paridade de gênero que ao Congresso Nacional parece uma utopia. Dos sete cargos de presidência, quatro são ocupados por mulheres (em contrapartida, não há nenhuma prefeita nos municípios estudados). A figura 2 ilustra a composição, por gênero, das associações identificadas nos assentamentos do Território Rural do Bolsão²³:

²³ Não constam as informações de três associações: duas do PA Canoas, e uma do PA Aroeira, pois não foi possível durante a pesquisa obter esses dados.

Figura 2 – Território Rural do Bolsão: Relação da representatividade política das mulheres nas associações dos assentamentos – Gestões vigentes em 2018



Fonte: a própria autora.

Notamos grande diferença entre as figuras 1 e 2, ressaltando a marcante presença feminina nas associações camponesas. Uma das possíveis explicações para essa diferença, apontada em alguns diálogos com assentadas, se deve à maior autonomia e responsabilidade femininas que advêm de seus nomes figurarem como primeiras titulares do lote pelo INCRA, conquista implantada em 2007. Essa mudança destaca o protagonismo das mulheres no campo, pois é fruto de mobilizações de camponesas, e têm proporcionado a elas maior poder de ação quanto aos rumos do lote, assim como do assentamento como um todo. Nos depoimentos a seguir, as assentadas enfatizam o trabalho nas associações pelo bem comum, e pela construção democrática dos espaços.

(Entrei na associação) pra ajudar, porque hoje em dia lá, não é assim todo mundo que tem tempo. Assim, eu não tenho muito tempo também, mas eu acho que cada um tem que dar um pouquinho de si, cada um tem que ajudar um pouquinho, então tá tendo um rodízio. E todos os projetos vêm pela associação, então a gente tem que ter uma associação forte, pra poder deslanchar o resto. Por isso que a gente se juntou todo mundo e falou “vamos fazer”. E está acontecendo! (Entrevista concedida à autora pela assentada Mimosa. PA 20 de Março, Três Lagoas, maio 2017).

Não sou da direção agora, mas ajudo muito a associação. Nos dois últimos eu fui. Acho muito importante participar da associação, mas eu acho que a associação ao todo não é só a presidente e os que estão na liderança. A associação somos nós todos. Como eu moro aqui, o vizinho mora, a gente não pode só esperar que eles façam, porque não estão ganhando nada com isso. Eles estão na frente pra correr atrás, mas eu posso, eu como moradora, quando precisa... Porque eu preciso, todos nós precisamos. Porque sempre tem os que cobram ‘Ah, mas ela não faz isso, cadê?’, mas acho que todos nós temos que participar. Eu penso assim. (Entrevista concedida à autora pela assentada Guavira, PA São Joaquim. Selvíria, fev. 2018).

A gente corre atrás da prefeitura pra algumas coisas, e agora eu estou indo quase toda semana pra Campo Grande, correndo atrás das vitorias que tem que fazer aqui, correndo pro desbloqueio dos nomes do pessoal pra poder pegar a DAP, PRONAF, fomento, que nós não pegamos nada. Então é toda essa correria. [...] Eu trabalho no bar, em casa, na associação, em tudo! É muito serviço, tem dia que eu fico doídicinha da cabeça. (Entrevista concedida à autora pela assentada Rosa. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018).

Também se destaca a sobreposição de tarefas que recai sobre as mulheres que decidem participar da associação, criando-se múltiplas jornadas de trabalho, como na fala de Rosa. Outro aspecto que colabora para a grande participação feminina nas associações é a própria lógica de organização da unidade econômica camponesa, visto que a proletarização do campesinato em momentos de crise faz com que os homens saiam de seus lotes e trabalhem como assalariados fora do assentamento. Sendo assim, as mulheres permanecem nos lotes, o que facilita que ocupem os lugares de decisão do assentamento, formalizando associações para permitir o avanço das políticas públicas para o campo, uma vez que as associações são exigências para acessar diversos projetos, como nos informou a assentada Margarida, que foi presidenta da primeira associação do PA 20 de Março, criada em 2010.

[...] Sempre os caras vinham dar palestra pra nós lá do INCRA, se nós não fizéssemos associação, nada viria para nós. O nosso sorteio foi em 2009, ficamos um ano sem associação e nada vinha pra gente. Aí uma não queria, outra não queria, até que enfim nós criamos, e hoje

temos todos esses benefícios, foi através da associação e tem até hoje. (Entrevista concedida à autora pela assentada Margarida. PA 20 de Março, Três Lagoas, maio 2017)

Entre esses projetos, destacamos os mercados institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que têm sido fundamentais para o protagonismo feminino, principalmente nos assentamentos 20 de Março e Pontal do Faia; essas políticas serão tratadas com mais atenção no item 4.2.

Segundo a assentada Amarílis, que participou de duas gestões da associação, o fato de os homens do assentamento não “tomarem partido” fez com que as mulheres tomassem a frente das ações.

No 20 de Março a gente tem um grupo de maridos muito assim, na deles, eles não gostam de tomar partido. Até quando tem reuniões eles deixam de opinar, entendeu? Coisa que todo mundo tem direito, mas os homens não gostam, os nossos lá pelo menos a gente percebe isso. Chega uma pessoa na casa da gente, o que eles fazem? ‘Fulana, vai lá atender’. Já fica lá nos fundos, entendeu? [...] Com exceção tipo o Gerânio, o Gerânio recebe homem, recebe mulher, quem quer ir na casa dele, ele tá ali. Tá fazendo alguma coisa tipo um pão, ele tá lá ajudando. Vai pro curral? Vai os dois, vai ele e a mulher, né? A maioria dos homens não. ‘Meu serviço é tirar leite’, e ele não acha que tem obrigação na horta. E aí a mulherada falou ‘não, vou arregaçar as mangas, vou fazer a minha parte e a dele.’ E a gente faz assim. (Entrevista concedida à autora pela assentada Amarílis. PA 20 de Março, Três Lagoas, maio 2017)

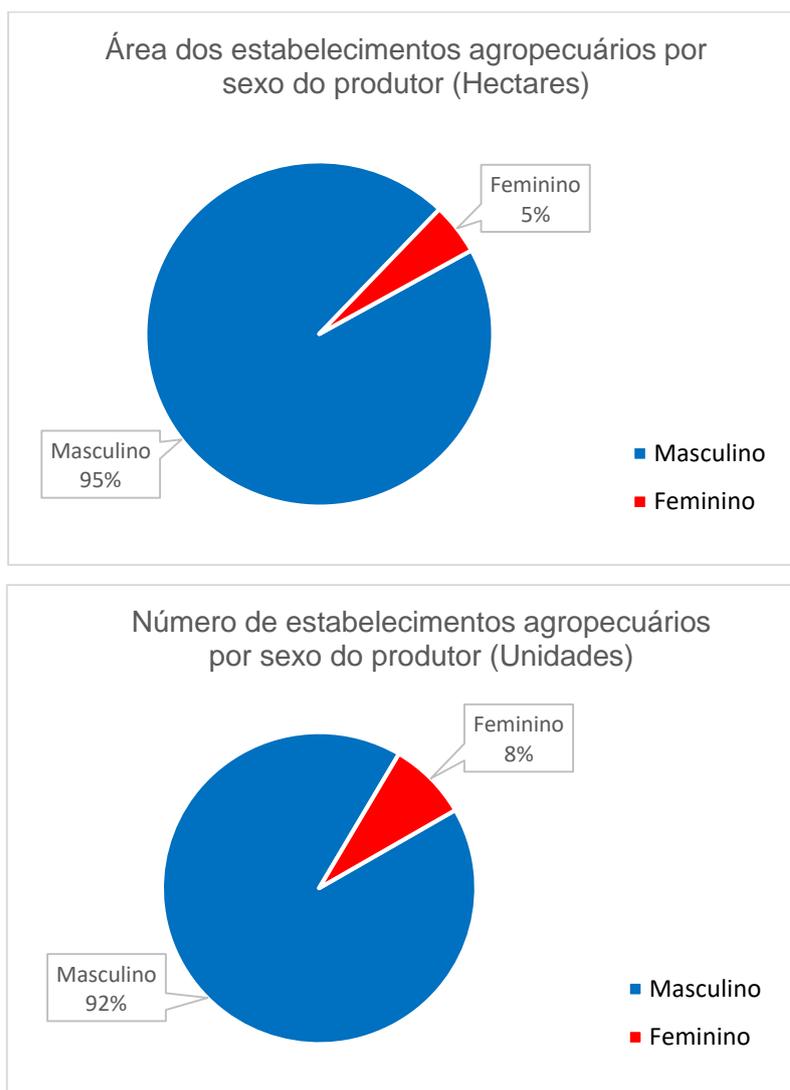
Aqui notamos o descontentamento da assentada com a falta de participação masculina, e a ação movida por elas em resposta a esse comportamento: seu protagonismo, o “fazer a minha parte e a dele”, realizando tarefas que consideram necessárias para o crescimento de todo o grupo, mesmo que, a princípio, não se sintam confortáveis com esse lugar.

Eu não tinha assim aquela vontade de participar (da associação). Mas foi aquela questão, que outros presidentes que tinham passado, eles não corriam atrás das coisas nossas nunca. Sempre ficou parado, tanto que agora já vai pra nove anos que estamos aqui dentro, e a gente não recebeu recurso nenhum. O nosso recurso que veio foi da água e os materiais da casa. E mesmo assim, muita gente ficou com tudo pela metade. Então eu tinha aquela vontade de poder ir e correr atrás das coisas, né? E estou correndo. (Entrevista concedida à autora pela assentada Rosa. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018)

As mulheres têm ocupado espaços antes não permitidos em termos de representatividade e poder, mobilizando ações que permitem sua recriação no campo, e se colocando como protagonistas.

O segundo território (FERNANDES, 2008) é formado pelas propriedades privadas, capitalistas ou não. Esse território pode ser “contínuo ou descontínuo, pertencer a uma pessoa ou instituição ou a diversas pessoas ou instituições” (FERNANDES, 2008, p.9). Em todos os casos, ele também é predominantemente masculino, sem dúvidas. Para tanto, estudamos como se dá a titularidade da terra em termos de gênero na área total dos municípios do Território Rural do Bolsão, e obtivemos o dado que 95% dos estabelecimentos, em termos de área total, são titulados a homens, como observamos no gráfico 2.

Gráfico 2 – Território Rural do Bolsão: Área e número dos estabelecimentos agropecuários, por sexo do produtor.

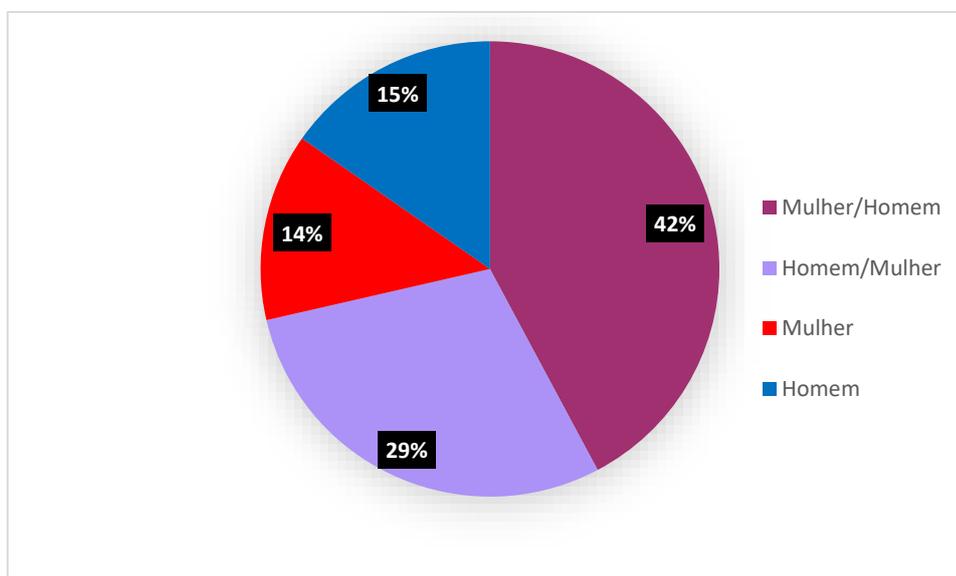


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Organizado pela autora.

Sendo assim, a participação feminina no segundo território de Fernandes (2008) é ainda menor que no primeiro, respondendo por apenas 5% da propriedade da terra. Segundo Senra et al. (2009, p. 22), apenas 1% das terras no mundo são propriedades de mulheres, apesar de elas serem as maiores responsáveis pelo cultivo dos alimentos básicos, que constituem até 90% da alimentação nos países mais pobres.

Considerando a inclusão das mulheres na titularidade dos lotes, com a portaria nº 981/2003, do Incra, observamos hoje que os assentamentos de Reforma Agrária apresentam uma inversão de poder das mulheres quanto a seu domínio, nessa leitura de território. No Gráfico 3, apresentamos a titularidade da terra por gênero nos sete assentamentos do TR do Bolsão. Onde está indicado Mulher/Homem, significa que o primeiro nome que figura nos documentos do INCRA é o da mulher, seguido do homem; onde está indicado Homem/Mulher, a situação é a inversa.

Gráfico 3 – Território Rural do Bolsão: Titularidade dos lotes nos assentamentos de Reforma Agrária, por sexo do produtor



Fonte: INCRA, 2016. Organizado pela autora.

Há uma relação de muito maior compartilhamento do poder entre homens e mulheres nessa configuração, ao menos quanto à titularidade da terra, em comparação ao gráfico anterior. O nome delas consta em 85% do total de lotes, seja como primeira, segunda ou única titular. Dos sete assentamentos, quatro foram criados após 2003 – data da portaria do INCRA que inclui as mulheres no título.

Porém, apesar dessas conquistas, se extrapolamos Fernandes (2008) e pensamos em uma escala ainda menor de território – o indivíduo, concluímos que as mulheres não possuem pleno domínio nem mesmo sobre seus próprios corpos, uma vez que agem sobre eles diferentes poderes externos, em diferentes escalas. Considerando as limitações sobre os direitos reprodutivos das mulheres, como a criminalização do aborto e a violência obstétrica, assim como as altas taxas de violência contra a mulher e os trágicos números de feminicídios que encontramos ainda hoje, é possível constatar que o corpo das mulheres é um território em disputa.

Da mesma maneira, a terra que dá suporte e alimentação à humanidade e às outras formas de vida está em disputa, dominada pelo modo capitalista de produção, que tem se expandido pelo globo, aumentando a fome e a insegurança alimentar mundiais, e causando a destruição de biomas. A agricultura camponesa se contrapõe a esse modelo, prezando por construir sistemas de maior equilíbrio.

2.5 Agroecologia, Soberania Alimentar e Ecofeminismo

A expansão do modelo agrário/agrícola sob o modo capitalista de produção se baseia em dois pilares básicos: a expansão dos latifúndios e o monopólio do conhecimento técnico-científico ocidental, que se apropria dos saberes coletivos ancestrais e os transforma em um modo reducionista de controle da natureza, nas mãos de grandes corporações. As consequências socioambientais são drásticas, levando à exaustão dos sistemas, assim como à acentuação das desigualdades sociais. Com a Revolução Verde, iniciada na década de 1950, instaurou-se o modelo de monocultivo em grandes extensões de terra, associado ao amplo uso de maquinário agrícola e de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), bem como ao monopólio de sementes, patenteadas pelas corporações. Tal modelo tem aumentado a fome e a pauperização no mundo, apesar de haver aumento na produção de grãos (PORTO-GONÇALVES, 2004). Isso se dá, em suma, pelo fato de que a agricultura capitalista não está voltada à produção de alimentos, e sim, de *commodities*. Os produtos agrícolas, transformados em *commodities*, destituídos de seu valor de uso, qual seja, o de fonte de alimento, se transformam em mercadoria, inclusive negociada na bolsa de valores.

No Brasil, o agronegócio se utiliza do *marketing* para afirmar ser o responsável por alimentar a população, o que é uma grande falácia. Analisando os dados do último

Censo Agropecuário de 2006, Mitidiero Júnior, Barbosa e Sá (2017) afirmam categoricamente que quem alimenta o Brasil são os/as camponeses/as. Os autores problematizam as metodologias utilizadas na pesquisa, que tentam mascarar a altíssima concentração fundiária e a presença de mega-estabelecimentos com mais de 100 mil hectares no país, assim como a existência de grandes áreas não regulamentadas, sejam terras públicas devolutas ou terras griladas. Também criticam o reducionismo gerado pela categoria de “agricultura familiar” adotada pelo IBGE para analisar os/as camponeses/as no país. Mesmo assim, os dados demonstram com clareza que o campesinato é o grande produtor de alimentos para o consumo interno brasileiro.

Ou seja, a realidade contraditória na qual a “agricultura familiar” se insere, abrangendo o equivalente a 84,4% dos estabelecimentos do país e detendo somente 24,3% da área total, foi responsável pela produção de: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% dos bovinos e 21% do trigo. Ainda, a agricultura familiar seria responsável por 74,4% (12,3 milhões de pessoas) da ocupação laboral no campo, dominando a geração de trabalho/emprego rural. (MITIDIERO JÚNIOR, BARBOSA, SÁ, 2017, p. 18)

Em 2014, os imóveis no Brasil com mais de 100 mil hectares correspondiam a 0,006% do total dos imóveis, e ocupavam 18% do território, quase um quinto de toda a área ocupada. Os imóveis de mais de 1000 hectares correspondiam a 1% do total dos imóveis e ocupavam 57% da área. Enquanto há expressivo aumento na área de cultivo de *commodities*, há a redução da mesma para plantio de alimentos, como arroz, feijão, trigo e mandioca, as bases alimentares do país. Se somarmos as áreas de cultivo dessas quatro culturas, seu total é inferior à área cultivada com cana-de-açúcar, e menos de um quarto da área plantada com soja. O resultado é que o Brasil importa esses itens para suprir a demanda nacional por alimentos, e a previsão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é que se seguirá importando nos próximos 10 anos. “Esse fato desnuda, portanto, uma lógica que é avessa à da produção de alimentos e da soberania nacional, seja ela alimentar ou energética.” (BOMBARDI, 2017, p. 25).

Associado ao cultivo de *commodities*, o consumo de agrotóxicos atingiu níveis alarmantes. De acordo com a pesquisa de Bombardi (2017), o Brasil consome 20% de todos os agrotóxicos do mundo, sendo o país campeão desse triste *ranking*. Dentre as culturas, 52% dos agrotóxicos são aplicados na soja; em seguida aparecem cana

e milho, com 10% cada. A soja e o milho são majoritariamente transgênicos, sementes conhecidas como Roundup Ready, pois são resistentes ao agrotóxico Roundup, cujo ingrediente ativo é o glifosato, permitindo maior aplicação deste herbicida sem que a planta morra também. Dentre os 504 ingredientes ativos de venenos permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no Brasil, o mais consumido é o glifosato, correspondendo a mais da metade do total dos agrotóxicos utilizados.

O glifosato possui uma ficha de danos extensa. Estudos descreveram que a substância causa alterações no sistema endócrino e em células hepáticas humanas, induz a proliferação de células de câncer de mama, e seu estudo em ratos causou mais de 70 diferenças estatísticas significativas na saúde dos animais, incluindo desvios na composição sanguínea, peso corporal, volume dos órgãos, câncer de mama, de rins, de fígado (BOMBARDI, 2017, p. 36-37); em suma, o glifosato é um veneno, e está sendo aplicado massivamente no campo brasileiro e contaminando a terra e a população²⁴, rural e urbana, sendo encontrado no leite materno e no sangue de doadores/as de sangue em pesquisas da USP e da UFMT.

Destacamos que 30% dos ingredientes ativos permitidos no Brasil são proibidos na União Europeia, por sua alta toxicidade. Os níveis aceitos de glifosato aqui chegam a ser até 200 vezes maior que os níveis permitidos lá. No entanto, curiosamente, a maioria das empresas de agrotóxicos têm sede na União Europeia. Há a proibição de seu uso, porém não há proibição para sua elaboração e venda aos demais países, principalmente os do Sul Global. O lucro advindo desse enorme mercado fica na União Europeia, enquanto suas fábricas vão sendo transferidas para lugares onde a legislação ainda permite o uso de tais substâncias nocivas (BOMBARDI, 2017).

Saliente-se, ainda, que as empresas do setor agroquímico têm suas sedes, na sua quase totalidade, nos países europeus, nos EUA e no Canadá e, assim, essa geografia desigual do uso desses insumos no

²⁴ Em 2015, foi publicado o dossiê “Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde”, elaborado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), documento valioso que reúne graves denúncias acerca da realidade dos agrotóxicos no Brasil: seu uso indiscriminado, suas contaminações e efeitos na população do campo, na população que consome alimentos e água contaminados, o apoio estatal ao comércio dos venenos, entre outros. Movimentos sociais do campo, em parceria com as organizações da Via Campesina, realizaram em 2010 o Seminário Nacional sobre Agrotóxicos, onde determinou-se a criação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. “A intensa mobilização da sociedade tem levado à realização de audiências públicas e debates, à produção e difusão ampliada de informações, à proibição de pulverização aérea em alguns municípios: ações concretas que as políticas públicas de governo estavam se mostrando incapazes de realizar, o que leva a reconhecer o importante papel desempenhado por esses movimentos na proteção da saúde pública.” (CARNEIRO et al., 2015, p. 183)

mundo revela o modo desigual como se valorizam os lugares, as regiões, os países e seus povos e suas culturas. E, insistimos, é preciso ver aqui a mesma lógica moderno-colonial que vem comandando o processo de globalização desde 1492. Há, como se vê, uma injustiça ambiental de fundo comandando a geopolítica mundial. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 26)

A ideia de superioridade do homem branco europeu foi sua justificativa moral para colonizar e invadir os territórios de outros povos, escravizando-os, dizimando-os, expropriando-os de suas riquezas e considerando-os “tribos sem lei” e “selvagens”, implantando em seu lugar as bases de uma “civilização superior”, que resulta no capitalismo da maneira global que conhecemos (SHIVA, 1998). Ainda hoje, são as elites brancas que governam os países colonizados, que regem a economia e a política de acordo com seus ideais.

Na busca por emancipações dessa herança colonial, encontramos notáveis mudanças nas novas constituições do Equador e da Bolívia, que adotaram a plurinacionalidade a partir de 2008 e 2009, respectivamente. Isso significa a construção de uma nova ideia de país, com a aceitação da diversidade cultural e política, dando visibilidade aos povos originários. Boaventura de Souza Santos (2008) ressalta a importância da participação dos povos da América Latina na construção de um novo modelo de Estado, que possua outra concepção de território e natureza, retirando a hegemonia do pensamento científico ocidental moderno como o único verdadeiro, e alterando a noção de propriedade da terra e controle dos “recursos naturais”. As novas constituições plurinacionais delegam direitos à terra, considerada um ser vivente, também chamada Pacha Mama na cosmovisão andina em um caráter de divindade, a Mãe Terra. Incorporam também conceitos como *sumak kawsay*, ou o “bem viver” ou “pleno viver” dos povos quéchua, que implica em uma ética nas relações entre as pessoas e entre a natureza, de modo abrangente (ZAFFARONI, 2010). Aliás, a maioria das culturas não-ocidentais se baseia em uma noção de democracia que abarca todas as formas de vida. Para Shiva (1998, p. 157), “A crise ecológica tem sua origem na equivocada crença de que os seres humanos não formam parte da democracia da vida natural, que se encontram *separados e por cima* da natureza” (grifo da autora).

O conceito de natureza é muito pobre comparado com o de *Pacha Mama*, mais profundo e rico, pois implica harmonia e cosmovisão. Os indígenas colombianos costumam dizer "o petróleo é sangue da terra, é nosso sangue, nossa vitalidade, se nos tiram o sangue, nos matam".

Esta concepção, que para os povos indígenas é muito natural, começa a ter outra aceitação. Não está em jogo só uma crise do capitalismo, mas também a sobrevivência da humanidade, caso se mantenha o atual modelo de desenvolvimento. (SANTOS, 2008, sem p.)

A incorporação do caráter animista da natureza no sistema de leis do atual modelo ocidental de governo adotado na América Latina é, assim, de grande importância. Nesse sentido, se faz urgente uma mudança no modelo econômico e de produção de alimentos, de modo a resgatar a soberania alimentar dos povos. Assim surgem os debates da agroecologia, da permacultura e do ecofeminismo, que possuem pontos em comum, por buscarem maneiras de equilibrar os saberes ancestrais aos saberes da ciência moderna, construindo um caminho que contemple o conhecimento humano na relação com a natureza de modo a permitir a sobrevivência da humanidade.

O ecofeminismo surgiu na década de 1970, com influências dos movimentos pacifistas, antinucleares e antiarmamentistas que brotaram na Europa e Estados Unidos na década de 1960, trazendo discussões ambientalistas à esfera das discussões feministas, associando a dominação da natureza à dominação das mulheres, postulando que ambas são consideradas “recursos naturais”, exploradas sem custos visando à acumulação do capital. São, assim, opressões que derivam do mesmo sistema (SILIPRANDI, 2000). Esse pensamento vai ao encontro do que vimos no tópico 2.1, relacionando a expansão do capitalismo à exploração do trabalho feminino.

O ecofeminismo²⁵ também faz crítica às políticas científicas e tecnológicas que têm orientado o desenvolvimento capitalista moderno (aqui incluindo-se o tecnicismo do agronegócio), observando que as mulheres foram sistematicamente excluídas de tais ciências, e seus saberes tradicionais foram subjugados pela ideia de dominação da natureza advinda da ciência moderna.

Para Bacon, ao que se chama o pai da ciência moderna, a natureza já não era a Mãe Natureza, senão uma natureza feminina à que havia que vencer com a agressiva inteligência masculina. Como assinala Caronyn Merchant, essa transformação da natureza de uma mãe viva e nutridora a uma matéria inerte e manipulável resultou sumamente conveniente para a exploração que exigia o capitalismo em expansão. A eliminação de supostos de caráter animista e orgânico acerca do

²⁵ Há diversas vertentes do pensamento ecofeminista, assim como diversas críticas a suas leituras. Cf. Siliprandi (2009, cap. 2.3).

cosmos constituiu a morte da natureza. É o efeito de maior alcance da revolução científica. (SHIVA, 1998, p. 159, tradução nossa)

Shiva (1998), referência ecofeminista e crítica das empresas agroalimentares mundiais, nos traz um exemplo da relação das mulheres e a dominação das empresas na Índia, onde as mulheres sempre foram guardiãs de muitas variedades de plantas (arroz, algodão e outras). As empresas multinacionais estão monopolizando as sementes, e fazendo alterações genéticas para que estas não possam gerar plantas frutíferas, trocando o papel das mulheres de guardiãs para compradoras obrigatórias de sementes a cada nova colheita, indo contra o princípio da vida e da reprodução.

Desta forma, as sementes se tornam mero produto do mercado. O ato de patentear plantas selecionadas há séculos pelos povos, tira o direito dos mesmos de acessarem sua própria comida, passando-se a cobrar um valor pelo seu uso. Sendo assim, é um duplo-espólio, pois as empresas roubam a biodiversidade e privam a população de comer alimentos sãos que sempre lhes pertenceram. A luta pelas sementes crioulas é uma maneira de resistência camponesa pela soberania alimentar dos povos, e sua bandeira tem sido carregada pelos movimentos de luta pela terra, no Brasil e no mundo.

Os aspectos arquetípicos de feminino e masculino na relação humana com a Terra são abordados por Bombardi (2017) em seu atlas sobre o consumo de agrotóxicos no Brasil. A autora expõe que a geração do alimento se dá através do corpo da mulher, que produz o leite, o primeiro alimento que perpetua a humanidade, assim como do corpo da terra, que produz o alimento para todos os seres. À medida em que os alimentos são convertidos em *commodities*, sua função essencial de alimentar as pessoas se perde, passando a servir unicamente ao capital. A terra é destituída de ser um bem comum da humanidade, e paulatinamente esterilizada com sua exploração massiva e o alto uso de venenos. Esse processo, pela leitura arquetípica da geógrafa, reflete a masculinização da relação com a terra. No trabalho camponês, os princípios arquetípicos masculino e feminino se complementam, fecundando a terra, em oposição à esterilização da agricultura capitalista.

Numa perspectiva de interpretação arquetípica deste processo, temos a esterilização. O princípio masculino, sozinho, não fecunda, ele deixa a terra estéril. Se fecundada, a terra dá à luz. Se apenas masculinizada, ela se esteriliza. No caminho oposto ao da esterilização da (T)erra está o caso da agricultura camponesa, da resistência camponesa, das agriculturas indígena e quilombola no

Brasil, assim como as mais diversas práticas camponesas e indígenas pelo mundo afora. (BOMBARDI, 2017, p. 20).

A agroecologia como ciência multidisciplinar se firmou, no Brasil, nos anos 1970, em resposta aos problemas causados pela Revolução Verde. A agroecologia apresenta propostas para transformar sistemas agrícolas insustentáveis em sustentáveis. Essa sustentabilidade é considerada não apenas nas mudanças de técnicas agrícolas, mas também nas formas de organização social, política e econômica. Sendo assim, ela é construída de baixo para cima, baseada no protagonismo do camponado e a partir dele, recuperando conhecimentos agrícolas que haviam sido destruídos com a agricultura moderna, aliados a descobertas das ciências agrícolas, do ambientalismo e de estudos trazidos pela Antropologia e pela Geografia (SILIPRANDI, 2009). No que diz respeito à relação das mulheres com a agroecologia, Siliprandi (2007, p. 847) observa:

Quando as famílias mudam para modelos de produção mais ecológicos, são frequentemente as mulheres que induzem a essas mudanças, por conta de suas preocupações com a saúde da família, e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diretamente (água potável, lenha, etc.).

Como as mulheres são as responsáveis pela elaboração do alimento diário da família, essa preocupação as afeta muito mais diretamente. Durante a pesquisa, identificamos muitas mulheres com grande consciência da importância de uma alimentação saudável, para si, para a família e para a própria terra.

Eu sou contra o veneno até não parar mais. Eu acho que as doenças da maioria do povo brasileiro hoje vêm da alimentação envenenada e alimentação enlatada, conservada. A comida saudável tem que sair sem veneno pra mesa, né? (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra, PA São Joaquim, Selvíria, jan. 2018).

Seguindo na conversa, a assentada Caliandra evidenciou sua percepção de causa e efeito, criticando o uso indiscriminado de venenos que, cedo ou tarde, voltarão pra nós.

Pesquisadora: Eu ouvi hoje uma expressão que achei engraçada: 'vou passar ali uma enxada de spray'.

Caliandra: É, uma enxada de spray, é rapidinho! Agora essa pessoa não lembra que essa enxadinha de spray vai ficar quantos meses na terra? E ela vai descer. Vai descer e descer, e vai pra onde? Vai parar no lençol freático. Se ele passou esse ano, talvez daqui 10 anos, mas chega no lençol freático. É facinho, 'shh shh', pronto, tá resolvido. Pra ficar igual eu, cortando mato dessa grossura de enxada, é ruim, né?

No veneno eu trabalharia aquilo ali em uma hora. Só que eu estaria fazendo o que? Acabando com a minha terra, trazendo o que não pode pra terra, prejudicando o futuro. (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra, PA São Joaquim. Selvíria, jan. 2018).

O cultivo agroecológico se mostrou mais evidente nos assentamentos de Três Lagoas e Selvíria, que participam dos mercados institucionais e são atendidos pelas empresas terceirizadas do setor de celulose/papel, as quais contraditoriamente têm incentivado a produção agroecológica nos assentamentos. Trataremos com mais atenção dessa relação no item 3.4. Por ora, salientamos a relação das mulheres como grandes reprodutoras dos modos de produção agroecológica, e da manutenção da biodiversidade em seus sítios. Para tanto, fizemos uma contagem da diversidade de alimentos cultivados nos sítios visitados, assim como das plantas de uso medicinal que são utilizadas. Foram catalogadas 29 plantas de uso medicinal, e 50 plantas de uso alimentar, cultivadas pelas assentadas (Apêndice B).

Na fala de Margarida, ela destaca seu próprio valor enquanto agricultora: “Eu tenho muito orgulho de ser uma agricultora. Eu tenho muito orgulho de colocar alimentação na minha mesa e a maioria ser plantada pelas nossas mãos.” (Depoimento da assentada Margarida gravado pela autora na mesa redonda “Mulher é Verbo de Luta”. Três Lagoas, mar. 2017). Notamos que os valores dessas assentadas estão mais alinhados ao bem-estar, à qualidade de vida de sua família, que ao dinheiro. “A riqueza está aqui, na tranquilidade, você planta, você colhe, colhe repolho. O que você plantar você colhe.” (Entrevista concedida à autora pela assentada Alfazema. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018).

Acerca das plantas medicinais, foi possível apreendermos que seu cultivo e uso estão intrinsecamente conectados às mulheres, haja vista que o cuidado com a saúde da família recai sobre elas. Esses saberes tradicionais são passados pelas gerações e resistem ainda hoje no campo. São uma maneira de manter a autonomia da saúde familiar, encontrando curas no próprio quintal, especialmente em áreas rurais que tendem a ser mais carentes de atendimento dos serviços públicos de saúde.

Praticamente o menino ficou gripado, eu pego laranja, folha de manga, folha de erva cidreira, e faço aquela chazada! Planta tem muito lá em casa, pego e junto tudo e faço pra eles. Eu não gosto muito de remédio, eu já tomei muito antibiótico na minha vida, não quero mais. Então tento diminuir. (Entrevista concedida à autora pela assentada Zínia. PA Serra, Paranaíba, mar. 2018)

Vou lá e faço um chazinho e tomo. Dá certo, sei lá se a gente que

pensa que vai dar certo e dá, né, tem dia que meu marido fala "ah, você tem uma tomação de boldo", mas parece que quando estou assim, com o estômago enjoado, eu tomo e melhora. (Entrevista concedida à autora pela assentada Buganvília. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018)

Tenho terramicina, eu faço muito remédio com terramicina e mastruz. Erva de santa maria. É bom pra infecção, quando meu cachorro quer ficar doente, eu amasso os dois juntos e meu cachorrinho levanta e fica bom. Pra gente mesmo tomar, é bom também. Tem hortelã, cidreira, que é calmante, são as que eu tenho. (Entrevista concedida à autora pela assentada Guavira, PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018).

Tem hortelã, tem poejo, tem alfavaca, tem boldo, caferana. Meu poejo tá enorme, eu plantei uma mudinha. Nem sei pra que serve, trouxe porque dava pras crianças, mas deve servir pra gente grande. Quando eu criei meus filhos, nunca foram no médico, só remédio caseiro. Aí eu continuo do mesmo jeito, eu faço chá de hortelã, diz que é bom. Lá na horta tem vezes que colhem 5 quilos de hortelã pra mandar pra Eldorado. Tem dois canteiros. Tem um açafraão também, que é medicinal. Tem urucum. Gripe não existe, a gente espreme uma laranja morna, bebe com comprimido, acabou. Não me lembro quando me deu gripe, acredita? (Entrevista concedida à autora pela assentada Orquídea. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Além das plantas medicinais mais conhecidas, cujas mudas são trocadas entre as assentadas e entre familiares que vivem em outras regiões, também identificamos o conhecimento de plantas de uso medicinal endógenas, ou não convencionais, ervas espontâneas que crescem na região: "A gente usa também muito remédio do mato, né? Bastante. Tem aquele carapiá, a poaia, o algodãozinho, carobinha. A gente deixa já o matinho aqui por causa disso, pra poder pegar." (Entrevista concedida à autora pela assentada Rosa. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018).

Esses saberes são de valor inestimável e nos auxiliam na compreensão do papel estratégico das mulheres camponesas na produção de alimentos, na reprodução de saberes etnobotânicos e na manutenção da biodiversidade.

3 O TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO: breves considerações sobre o processo histórico e a implantação da política pública dos territórios



De cima para baixo: 1. Paisagem de cerrado, vegetação original encontrada no Território Rural do Bolsão (foto de Carolina Motoki); 2. Paisagem de monocultivos de eucalipto, na MS-112 (foto da autora, 2017); 3. Camponesa assentada no PA 20 de Março, em sua horta agroecológica (foto da autora, 2015).

3.1 Ocupação e cercamento de terras no planalto sul do Mato Grosso

Ora e a perspectiva dos cerrados, não desses cerrados de arbustos raquíticos, enfezados e retorcidos de São Paulo e Minas Gerais, mas de garbosas e elevadas árvores que, se bem não tomem, todas, o corpo de que são capazes à beira das águas correntes ou regadas pela linfa dos córregos, contudo ensombram com folhuda rama o terreno que lhes fica em derredor e mostram na casca lisa a força da seiva que as alimenta; ora são campos a perder de vista, cobertos de macega alta e alourada, ou de viridente e mimosa grama, toda salpicada de silvestres flores; ora sucessões de luxuriantes capões, tão regulares e simétricos em sua disposição que surpreendem e embelezam os olhos; ora, enfim, charnecas meio apauladas, meio secas, onde nasce o altivo buriti e o gravata entrança o seu tapume espinhoso (TAUNAY, 1991, p. 2).

Visconde de Taunay publicou, em 1872, o romance *Inocência*, nome da protagonista da história que veio a batizar um dos municípios do Território Rural do Bolsão. Em sua obra, descreve com poesia as paisagens que encontrou quando chegou na região. As paisagens de outrora e de agora refletem o processo de ocupação das terras que hoje compõem este território. A grande concentração fundiária atual tem origem em sua ocupação pelo homem branco, iniciada no início do século XIX. A história agrária local, embora ecoe o padrão observado em todo o Brasil, possui suas peculiaridades que enriquecem nossa pesquisa.

Inicialmente habitado por variadas nações indígenas²⁶, o planalto sul-mato-grossense viu chegar os primeiros colonizadores luso-brasileiros vindos das províncias vizinhas, São Paulo e Minas Gerais, a partir de 1830, orientados por três condicionantes naturais: a busca por boas pastagens com águas abundantes para a criação de rebanhos bovinos e equinos; a facilidade de transporte em decorrência dos rios presentes; e as terras férteis que existiam às margens desses rios. A família Garcia Leal se apropriou de imensas extensões de terras, delimitadas a seguir, consolidando um novo padrão de acumulação, sustentado pela criação de bois para exploração comercial, e pela agricultura de subsistência (LUCÍDIO, 1993).

Geograficamente, em relação ao sul da Província, a família Garcia Leal instalou-se: a leste, na área compreendida pelas águas do rio

²⁶ A historiografia destaca na região do Território Rural do Bolsão a presença das etnias Kayapó e Ofaié; há também registros do uso de mão de obra de Kinikináus nos roçados de fazendas de Sant'Anna do Paranahyba, pois tinham muitos conhecimentos de agricultura. (DUTRA, 2011; LUCÍDIO, 1993).

Aporé ou do Peixe; ao norte, em demanda das cabeceiras do mesmo Aporé e em direção ao Taquari; a sudeste, sul e sudoeste, os rios Paranaíba, Paraná e Sucuriú, respectivamente. Acompanhado pelos irmãos Januário, Pedro e Joaquim e do sogro José C. de Souza fundaram posses, a partir de 1830, na faixa de terras acima delimitada. [...] Tal enorme vastidão de terras ficou sendo conhecida por "Sertões dos Garcia". O afluxo de pessoas para aquelas paragens era tão intenso que já em 1838 o pequeno povoado de Sant'Anna do Parahyba, surgido pouco tempo antes, foi elevado a Distrito de Paz, constituindo-se no principal ponto de referência das populações que lançaram raízes no Planalto sul mato-grossense. (LUCÍDIO, 1993, p. 93).

O povoado de Sant'Anna do Parahyba data da década de 1830, e teve seu primeiro diretor nomeado pelo governo provincial do Mato Grosso em 1836. Esse diretor era José Garcia Leal, considerado o chefe do clã dos Garcia, homem de muitas posses e experiência política anterior à sua vinda ao sul de Mato Grosso. Lucídio (1993) afirma que esses homens, ao ocuparem as terras, traziam consigo vários outros sujeitos de diferentes papéis sociais, como escravos, agregados, camaradas, vaqueiros, e todos estavam de alguma maneira subordinados e dependentes dos senhores (fazendeiros). Destaque para o equilíbrio numérico entre homens e mulheres, uma vez que os homens se mudaram com suas famílias.

[...] os moradores que comandaram a ocupação do planalto sul Mato Grosso possuíam experiências e técnicas de organização material e espiritual anteriores, além de, em muitos casos, uma longa vivência política. Assim, os chefes de família ao empreenderem suas sagas faziam-se acompanhar de seus bens e haveres, parentes, afeiçoados, camaradas e agregados. Uma estrutura social organizada com base no trabalho familiar, aí deve residir uma das explicações por quê apesar de ser uma área de fronteira havia na região um equilíbrio na razão de masculinidade. Segundo Maria Odila Leite, a fronteira gera um desequilíbrio sexual, vão primeiro os homens e depois as mulheres. No caso da região estudada as evidências têm apontado para uma relação de equilíbrio entre os sexos. (LUCÍDIO, 1993, p. 63).

Cabe salientar que o equilíbrio em questão é da quantidade de indivíduos, e não em relação aos direitos ou liberdades entre os sexos. Como uma sociedade patriarcal, as mulheres eram consideradas posses dos pais ou maridos, e seus casamentos, quando filhas de senhores, eram arranjados de modo a manter a estrutura fundiária concentrada na mesma família, ou mesmo ampliar as riquezas. O romance *Inocência* (TAUNAY, 1991) ilustra muito bem tal situação: o pai de Inocência, um fazendeiro de nome Pereira, oriundo de Minas Gerais, arranja o casamento da filha com um comerciante de gado de boa condição financeira e modos violentos. A

filha, no entanto, se apaixona por um médico, e se nega a casar-se contra sua vontade. O pai a agride e, ao saber do amor proibido entre ela e outro homem, encomenda a morte do homem para o noivo arranjado, que está igualmente furioso; o médico é então assassinado, e Inocência morre também. Embora seja um romance fictício de folhetim, é rico em informações sobre os papéis sociais de gênero da época na região, e aponta para um momento de transição de valores desses papéis. O pai representa o conservadorismo dos costumes machistas, como observado a seguir:

- Eu repito, disse ele com calor, isto de mulheres, não há que fiar. Bem faziam os nossos do tempo antigo. As raparigas andavam direitinhas que nem um fuso... Uma piscadela de olho mais duvidosa, era logo pau... Contaram-me que hoje lá nas cidades... arrenego! ... não há menina, por pobrezinha que seja, que não saiba ler livros de letra de forma e garatujar no papel... [...] Cruz!... Assim, também é demais, não acha? Cá no meu modo de pensar, entendo que não se maltratem as coitadinhas, mas também é preciso não dar asas às formigas... Quando elas ficam taludas, atamanca-se uma festança para casá-las com um rapaz decente ou algum primo, e acabou-se a historia... (TAUNAY, 1991, p. 15).

No trecho podemos notar o casamento entre parentes como uma “solução” às mulheres da família, assim como o poder da educação, iniciado principalmente nas cidades, para a emancipação feminina, ponto que retornaremos mais adiante. O personagem do médico, viajado e de ideias progressistas, apresenta seu contraponto em relação ao pai, com uma nova percepção do lugar social das mulheres:

No meu parecer, as mulheres são tão boas como nos, se não melhores: não há, pois, motivo para tanto desconfiar delas e ter os homens em tão boa conta... Enfim, essas suas idéias podem quadrar-lhe à vontade, e é costume meu antigo a ninguém contrariar, para viver bem com todos e deles merecer o tratamento que julgo ter direito a receber. Cuide cada qual de si, olhe Deus para todos nós, e ninguém queira arvorar-se em palmatória do mundo. (TAUNAY, 1991, p. 15)

Na região dos campos de Vacaria, o outro polo inicial de ocupação do sul de Mato Grosso, além de Sant’Anna do Paranahyba, o historiador Nelson Sodré (apud LUCÍDIO, 1993, p. 83) aponta a incidência dos casamentos consanguíneos identificados na genealogia da família Barbosa, que também exerceu grande domínio nas posses de terras para criação de gado, assim como a família Garcia nos “sertões dos Garcia”, reiterando o casamento como estratégia territorialista, apropriando-se do espaço.

A região de Três Lagoas começou a ser ocupada pelo não-indígena a fins do século XIX, com a fundação de grandes fazendas para pecuária extensiva. As de maior destaque nesse período eram a fazenda Piaba, de Protázio Garcia Leal; a fazenda Brioso, de Francisco José Nogueira; e a fazenda Alagoas, de Antônio Trajano dos Santos, na área onde hoje se encontra a Lagoa Maior da cidade de Três Lagoas (MARTIN, 2010). Em 1909, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) passando por Três Lagoas, ocorreram mudanças populacionais. Primeiramente, com a chegada de trabalhadores para construir a ferrovia, que uma vez concluída, se tornou entreposto comercial do centro do país para São Paulo e Rio de Janeiro, criando grande fluxo de migrantes que pernoitavam nos arredores da estação.

Em 1912, o Estado cedeu uma área para a construção do complexo urbano; em 1914 foi criado o distrito de Três Lagoas que, no ano seguinte, foi elevado a município. Martin (2010) denuncia o grande poderio do coronelismo na região, que fazia uso de meios violentos para evitar que homens pobres livres se apossassem de pequenas propriedades de terra, mantendo-se assim mão de obra disponível para trabalhar nos latifúndios como peões, camaradas e outros. Também era possível servir como capataz ou jagunço aos grandes fazendeiros. O banditismo como estratégia para manter as oligarquias locais marcou a história da região, e até hoje figuras como o “Sete Orelhas” e o “Camisa de Couro” permeiam o imaginário popular. Havia um mercado de pistoleiros, chamado pela mídia local de “Sindicato da Morte”, e cuja presença “estava intimamente ligada aos grandes latifúndios, à manutenção e expansão de posses e aos coronéis, que faziam uso desses pistoleiros para resolver seus desacertos” (MARTIN, 2010, p. 90). Sendo assim, a disputa pela posse da terra era bastante desigual e apresentou facetas muito violentas. As tentativas na época de democratizar o acesso à terra não tiveram êxito.

Nos anos 1920, a cidade até expressou a tentativa de distribuição de pequenas propriedades à leva de migrantes italianos que se dirigiam à região, depois do acordo firmado entre Brasil e Itália. Porém, fato engano, tais migrantes não alcançaram a conquista da terra, fechando as portas para a lavoura e a pequena propriedade, dando continuidade ao crescimento dos grandes latifúndios e principalmente a produção bovina. (MARTIN, 2010, p. 83).

No extremo sul do antigo Mato Grosso, houve diferenças no acesso à terra por famílias camponesas, em decorrência de seu processo histórico. Nessa região, a

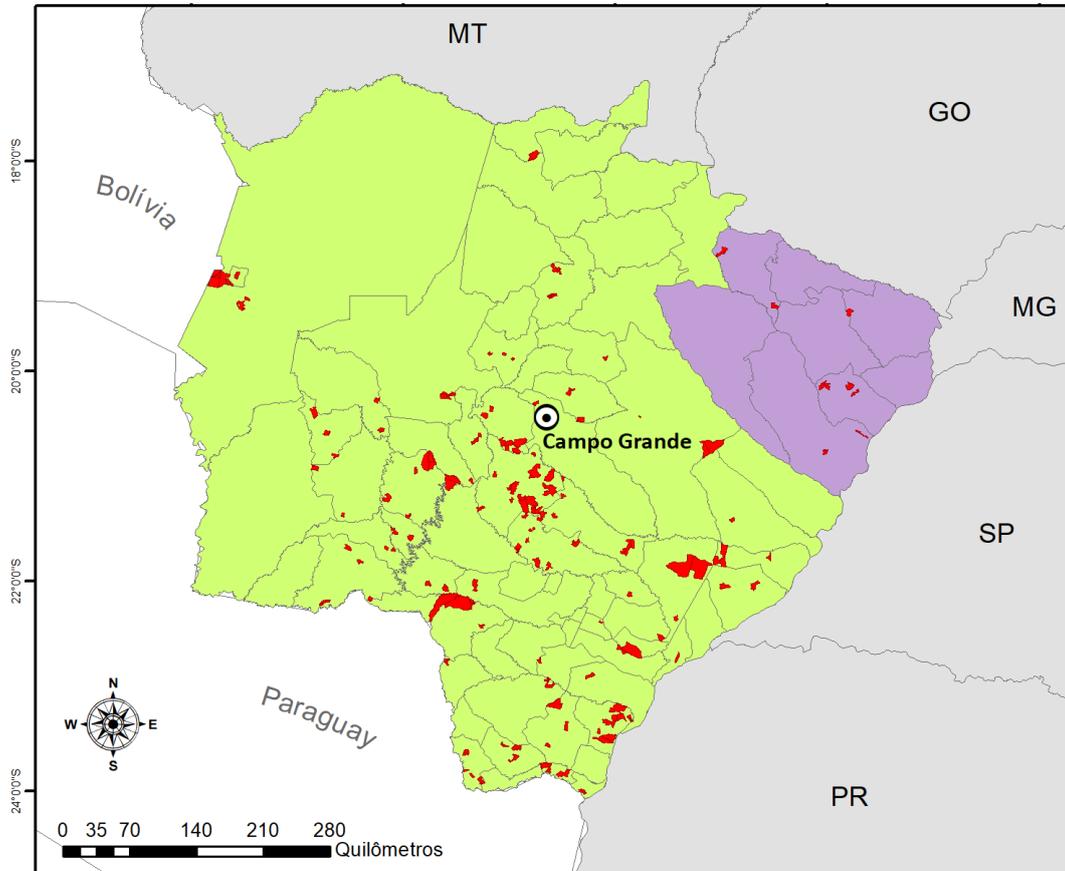
companhia Matte Larangeira teve papel fundamental na “inauguração do latifúndio como opção política e econômica da região sul de Mato Grosso” (ALMEIDA, 2003, p.111), monopolizando até 1916 vastas áreas com a exploração dos ervais naturais da região²⁷. Para romper com esse monopólio, que dificultava o povoamento em uma zona estratégica de fronteira com o Paraguai, o Governo Federal criou, na década de 1930, o Território Federal de Ponta Porã, parte da política de Getúlio Vargas conhecida como “Marcha para Oeste”. Houve, com isso, a implantação de colônias agrícolas²⁸, promovendo a instalação de pequenas propriedades camponesas, ocupadas por famílias oriundas de todo o país. Embora o apoio do Estado tenha sido insuficiente para muitas famílias permanecerem em seus lotes, gerando uma posterior reconcentração das terras, o objetivo de povoamento da região foi alcançado (OLIVEIRA, 2013).

As gerações seguintes dessas famílias colonas protagonizaram os primeiros movimentos de luta pela terra no Mato Grosso do Sul (emancipado do estado de Mato Grosso em 1977). A primeira ocupação de uma fazenda aconteceu em 1984, com apoio da CPT e, posteriormente, com o MST, seguido de outros movimentos do campo (NASCIMENTO, 2013). O sul do Mato Grosso do Sul apresenta hoje um número expressivamente maior de assentamentos de Reforma Agrária em comparação com o Território Rural do Bolsão, como podemos observar na figura 3. Essa diferença certamente se dá por uma complexa relação de fatores, e o processo histórico apresentado é um dos elementos identificados em nosso estudo.

²⁷ Cf. Almeida (2003), cap. 4; Silva, Mariele de Oliveira (2015), cap. 2.

²⁸ A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) criou 8.800 lotes de 30 hectares para distribuir a famílias pobres que quisessem trabalhar com a terra (OLIVEIRA, 2013).

Figura 3 – Mato Grosso do Sul: Mapa dos assentamentos de Reforma Agrária



Legenda:

- Municípios do Território Rural do Bolsão
- Demais municípios do MS
- Assentamentos de Reforma Agrária
- Campo Grande - capital

Autoria: Clariana Vilela Borzone
 Elab. Cartográfica: Clariana Vilela Borzone
 Sist. de Coord. Geográficas: SIRGAS 2000
 Fonte: IBGE/INCRA
 Data: 30 mar. 2018



LABET Laboratório de Estudos Territoriais

UFMS UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
 PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - CAMPUS TRÊS LAGOAS

Fonte: IBGE/INCRA. Elaborado pela autora.

No total, existem no Mato Grosso do Sul 204 assentamentos da Reforma Agrária, com uma área de 716.212,19 hectares, que corresponde a 2,01% da área total do estado. No Território Rural do Bolsão, que representa 12% da área do MS, há 7 assentamentos, ocupando 0,44% da área total do Território. Sendo assim, a

presença dos assentamentos é quase cinco vezes menor que a média do estado do MS, como é possível conferir na tabela 1 a seguir.

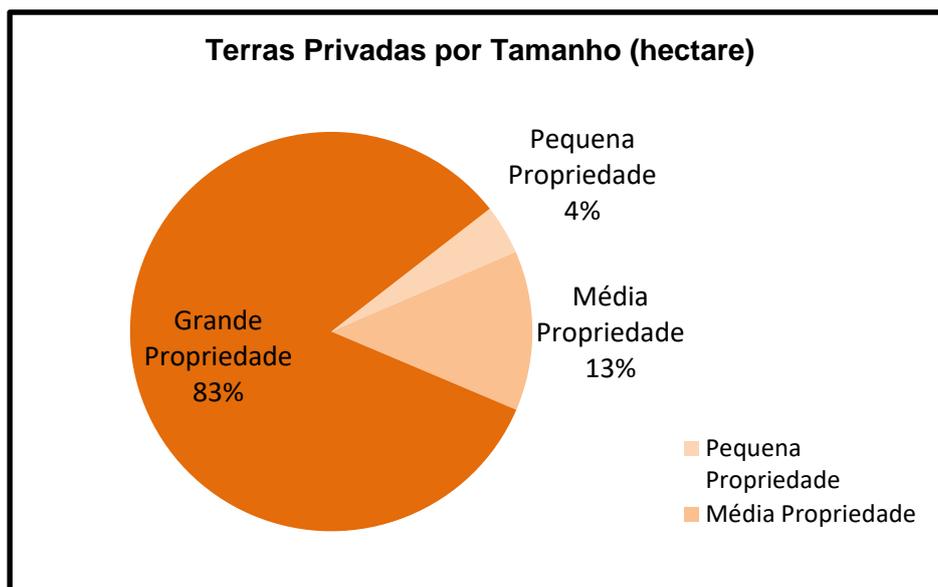
Tabela 1 – Comparativo de assentamentos (número e área) no Mato Grosso do Sul e no Território Rural do Bolsão

	Mato Grosso do Sul	Território Rural do Bolsão
Nº de Municípios	79	8
Área (ha)	35.714.553,00	4.210.116,00
Nº de Assentamentos	204	7
Área Assent. (ha)	716.212,19	18.418,00
Área Assent./Área Total	2,01%	0,44%

Fonte: INCRA, 2017.

A história do cercamento das terras em Mato Grosso do Sul explica de que maneira se delineou sua classe dominante latifundiária, também a classe dominante do poder político. Atualmente, o estado figura como o de maior concentração fundiária no Brasil, com 83% de suas terras privadas compostas por latifúndios, de acordo com o Atlas Agropecuário elaborado em colaboração entre o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), o GeoLab da ESALQ/USP e o *Royal Institute of Technology* (FREITAS; GUIDOTTI; SPAROVEK; 2017). Esse atlas utiliza as categorias apresentadas pelo IBGE no Censo de 2006, ou seja: a Pequena Propriedade tem menos de 1 hectare a menos de 200 hectares; a Média Propriedade tem de 200 hectares a menos de 1000 hectares; e a Grande Propriedade possui mais de 1000 hectares. O resultado do levantamento pode ser conferido no gráfico 4 e na tabela 2.

Gráfico 4 – Estado do Mato Grosso do Sul: Terras privadas por tamanho (hectare)



Fonte: Atlas Agropecuário, 2017 (FREITAS; GUIDOTTI; SPAROVEK, 2017).

Tabela 2 – Estado do Mato Grosso do Sul: Terras Privadas por tamanho, área em hectares e número de imóveis

Terras Privadas	Área (ha)	Área (%)	Nº de imóveis	Nº de Imóveis (%)
Pequena Propriedade	1.343.820	4%	58.993	73,3%
Média Propriedade	4.324.740	13%	10.581	13,1%
Grande Propriedade	27.741.600	83%	10.949	13,6%
Total	33.410.160	100%	80.523	100%

Fonte: Atlas Agropecuário, 2017 (FREITAS; GUIDOTTI; SPAROVEK, 2017).

Os dados denunciam que o modelo de latifúndio segue dominante nas terras do Mato Grosso do Sul. As pequenas propriedades, que respondem por 73,3% dos imóveis, contam com apenas 4% da área total.

Ressaltamos que embora as áreas conquistadas pelos movimentos de luta pela terra no Território Rural do Bolsão (assim como no MS) sejam numericamente pequenas, elas são frutos vitoriosos de muitas lutas do campesinato local, que sempre buscou e segue buscando maneiras de (re)produzir seu modo de vida. São, assim, parcelas grandiosas da luta para permanecer na terra, que trataremos com maior atenção no tópico 3.3.

3.2 Implantação e Consolidação do Território Rural do Bolsão

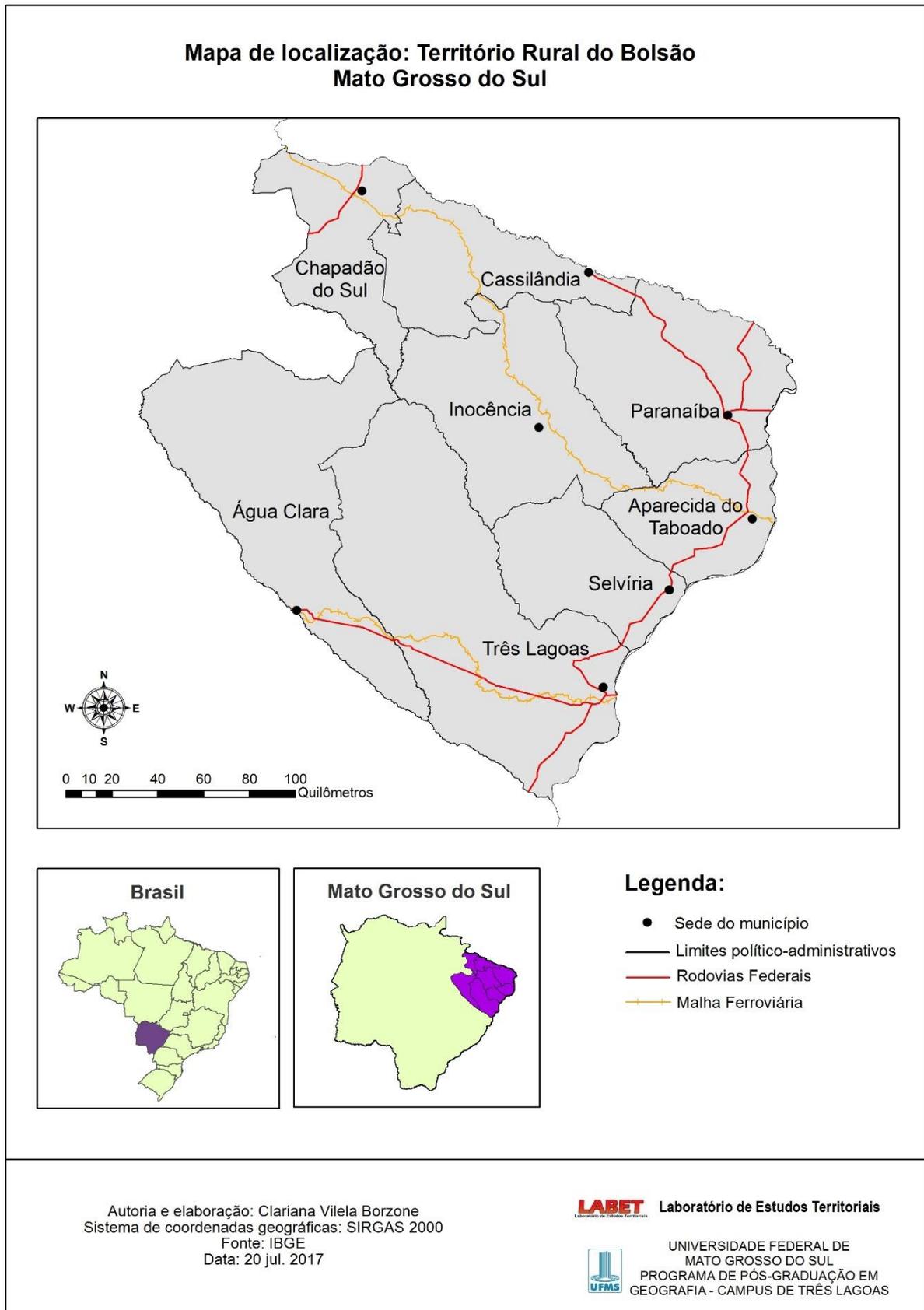
As políticas territoriais estatais, que consideram o Brasil a partir dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania, se iniciaram em 2003 e 2008, respectivamente. O programa dos Territórios Rurais foi desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), integrante do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e tinha por objetivo:

promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos nos territórios rurais incorporados ao programa, visando o desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2009, p. 7)

Para efetivação dos Territórios Rurais, foram abertos editais para financiar projetos de pesquisa e extensão que implantassem o Sistema de Gestão Estratégica (SGE) nos territórios, a fim de assessorar a composição dos Colegiados Territoriais, órgãos compostos pela sociedade civil e pelo poder público, responsáveis por essa gestão. Assim, surgiram os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), compostos de pesquisadores/as, colaboradores/as e estudantes, para contribuir na aplicação da política pública apresentada.

O Território Rural do Bolsão advém da política de Territórios Rurais. Sua divisão geográfica leva em consideração um conceito anterior, de Território do Bolsão, termo que designava determinado grupo de municípios localizados na região leste do Mato Grosso do Sul. Esse território era compreendido pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Três Lagoas e Paranaíba. Na divisão do MDA, no entanto, os municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo foram incorporados ao Território Rural Vale do Ivinhema. Assim, o Território Rural do Bolsão é composto de oito municípios: Água Clara, Aparecida do Taboado, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Selvíria, Três Lagoas e Paranaíba, como exposto na figura 4.

Figura 4 – Território Rural do Bolsão: Mapa de localização dos municípios



Fonte: IBGE. Elaborado pela autora.

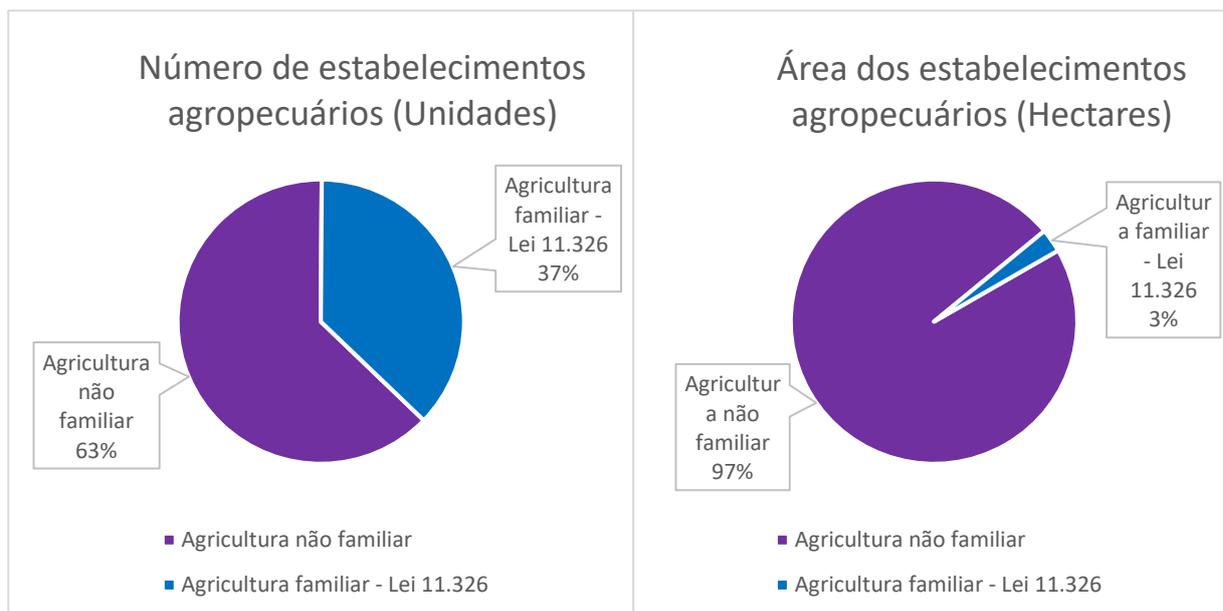
Esse Território Rural localiza-se na bacia do Rio Paraná, possui alta concentração fundiária, ocupada por áreas de pecuária e monocultivos, além de apresentar altos níveis de absenteísmo dos proprietários rurais, como denuncia Nardoque (2016). Sua área total é de 42.101,161 Km², equivalente à área do estado do Rio de Janeiro, abrigando uma população total de 233.297 habitantes (IBGE, 2010). O perfil econômico dos municípios do Bolsão é caracterizado por Nardoque (2016, p. 4) a seguir:

Estes municípios têm economia baseada, principalmente, na atividade pecuária de bovinocultura de corte, com forte concentração fundiária. Nos últimos anos houve diversificação das atividades econômicas, principalmente com marcante presença de atividades industriais, como as agroindústrias. Em Três Lagoas destacam-se as de celulose, metal-mecânica e de alimentos; em Aparecida do Taboado e Paranaíba as do setor de metal-mecânico e sucroalcooleira – especialmente pelas vantagens comparativas de proximidade com o Estado de São Paulo, disponibilidade de terras, fonte hidro energética, rede fluvial, rodoviária e ferroviária, incentivos creditícios (via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES) e fiscais (renúncia fiscal por parte do Governo de Mato Grosso do Sul e dos municípios). Devido a influência da indústria de celulose, houve expansão de monocultivos de eucaliptos por vários municípios, sobretudo em Três Lagoas, Selvíria e Água Clara, modificando o perfil agrário (reconcentração de terras) e agropecuário, diminuindo, conseqüentemente, as áreas tradicionais de pastagens e de produção de alimentos de origem vegetal.

Na figura 4, podemos observar a área e disposição dos municípios, assim como a estrutura de transporte terrestre. A linha férrea da NOB, que motivou o surgimento de Três Lagoas e Água Clara, além de distritos rurais, segue instalada, porém hoje se vê totalmente apropriada pelo capital, transportando apenas carga – *commodities* do agronegócio – deixando o transporte de passageiros na memória.

É possível apreender a alta concentração fundiária no Gráfico 5, que demonstra que as terras definidas como de Agricultura Familiar, ou seja, estabelecimentos considerados pequenos, formados por até quatro módulos fiscais e manejados com trabalho familiar, representam 3% da área total, embora sejam responsáveis por 37% dos estabelecimentos.

Gráfico 5 – Território Rural do Bolsão: Comparativo de número de estabelecimentos e área entre Agricultura Familiar e Não Familiar



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Organizado pela autora.

Na tabela 3 a seguir, observamos a distribuição da população pelos municípios deste território, além da proporção entre a população urbana e rural, apresentando um perfil predominantemente urbano, com 10,9% de população rural. Salienta-se que o índice de população rural inclui tanto as pessoas que estão envolvidas com a agricultura familiar, trabalhando em suas próprias terras, quanto as que trabalham assalariadas em fazendas de outrem, sem a posse da terra.

Tabela 3 – Território Rural do Bolsão: Composição Municipal

Município	Área (Km ²)	População	População urbana	%	População rural	%
Água Clara	7.809,211	14.424	9.598	66,5%	4.826	33,5%
Aparecida do Taboado	2.750,15	22.320	20.096	90,0%	2.224	10,0%
Cassilândia	3.649,725	20.966	19.008	90,7%	1.958	9,3%
Chapadão do Sul	3.248,12	19.648	16.777	85,4%	2.871	14,6%
Inocência	5.776,028	7.669	4871	63,5%	2.798	36,5%
Paranaíba	5.402,652	40.192	35.754	89,0%	4.438	11,0%
Selvíria	3.258,326	6.287	4.772	75,9%	1.515	24,1%
Três Lagoas	10.206,949	101.791	97.069	95,4%	4.722	4,6%
TOTAL	42.101,161	233.297	207.945	89,1%	25.352	10,9%

Fonte: IBGE, Censo 2010. Organizado pela autora

Os municípios de Água Clara, Inocência e Selvíria são os que possuem maior proporção de população rural, com 33,5%, 36,5% e 24,1%, respectivamente. No entanto, Água Clara é também o município de maior concentração de terra, com 0,1% das propriedades definidas como de Agricultura Familiar, ou seja, uma grande população rural não significa necessariamente grande população camponesa, representando significativo assalariamento de pessoas no campo.

Por outro lado, o maior município é também o mais urbanizado: Três Lagoas conta hoje com apenas 4,6% de sua população vivendo no campo, sendo a capital econômica do TR do Bolsão. Paranaíba, o segundo maior município em termos de população, também tem baixos índices de população rural: 11%. De acordo com Nardoque (2016), a expansão dos monocultivos de eucalipto, caracterizando a territorialização do capital do setor de celulose/papel, aprofundou a migração para os centros urbanos, expulsando os/as camponeses/as que viviam nas fazendas (pois os monocultivos são altamente mecanizados e empregam ainda menos mão de obra que a pecuária) e elevando o preço da terra, o que dificulta o acesso a ela por parte da população rural, seja por meio de compra individual, seja pela reforma agrária.

Para Nardoque (2016), as políticas territoriais não tiveram grande avanço, em parte pelos poucos recursos destinados, em parte pela complexidade dos territórios em suas diferentes dimensões, dificilmente abarcada pelas ações insuficientes. No Capítulo 4, abordamos com mais atenção como as políticas territoriais movimentaram as mulheres do campo, principalmente as que residem nos assentamentos de Reforma Agrária do Território Rural do Bolsão.

3.3 Os Assentamentos Rurais do Território Rural do Bolsão

O Território Rural do Bolsão conta com sete assentamentos de Reforma Agrária, implantados entre 1997 e 2008, ocupando 18.418 hectares, e abrigando um total de 643 famílias, de acordo com o INCRA (2016). Na tabela 3 a seguir, demonstramos algumas informações sobre esses assentamentos, ordenados por sua data de criação.

Tabela 4 – Território Rural do Bolsão: Dados dos assentamentos

Nome	Município	Data de criação	Área total (ha)	Nº de lotes	Nº de famílias assentadas
PA SERRA	Paranaíba	11/12/1997	2986	116	111
PA PONTAL DO FAIA	Três Lagoas	29/12/2000	1485	45	45
PA AROEIRA	Chapadão do Sul	29/12/2000	2649	59	55
PA ALECRIM	Selvíria	07/12/2006	1530	87	65
PA CANOAS	Selvíria	28/12/2007	4774	184	122
PA SÃO JOAQUIM	Selvíria	15/10/2008	3514	181	177
PA 20 DE MARÇO	Três Lagoas	26/12/2008	1480	69	69
TOTAL	-	-	18.418	749	643

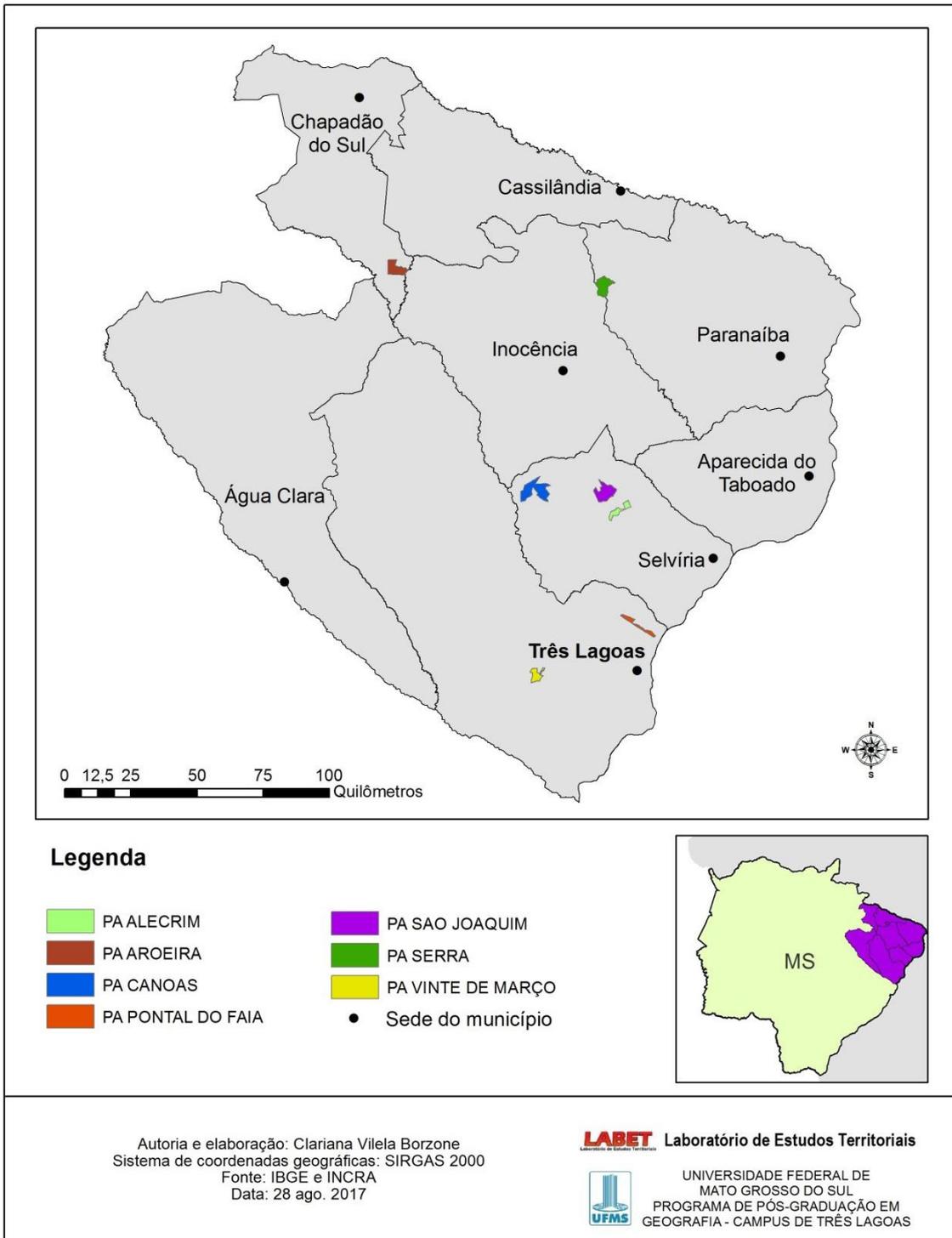
Fonte: INCRA, 2016. Organizado pela autora.

Na tabela 4, notamos a diferença entre o número de lotes e o número de famílias assentadas. Esses dados foram coletados da lista mais recente de beneficiários/as da Reforma Agrária, disponibilizada pelo INCRA, e foram excluídas da contagem as famílias cuja situação se encontrava como desistente, eliminada ou transferida. O caso mais notório é o do PA Canoas, com 62 lotes não ocupados. Muitas das 184 famílias inicialmente assentadas não puderam permanecer na terra, tendo em vista as condições em que o assentamento se encontra até hoje, 11 anos após sua homologação, sem instalação de água e luz nos lotes e com difícil acesso por terra, dificultando muito a permanência dessas famílias. Além disso, os solos dos assentamentos de Selvíria, oriundos de fazendas de pecuária com pastagens malconservadas e solos ácidos com baixa fertilidade, dificultam a permanência camponesa (NARDOQUE, 2016). A negligência do Estado para com a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) é evidente, denunciada por camponesas/es em todos os assentamentos visitados²⁹.

Os municípios de Água Clara, Inocência, Aparecida do Taboado e Cassilândia não possuem assentamentos de Reforma Agrária. Por sua vez, o município de Selvíria possui três assentamentos, sendo que dois deles são os maiores do Território (PA Canoas e PA São Joaquim, respectivamente), abrigando, apenas em Selvíria, 56,6% das famílias assentadas nos sete assentamentos. Na figura 5, demonstramos as localizações desses assentamentos.

²⁹ Há anos, denúncias vêm sendo feitas, como no artigo de Rosemeire Almeida publicado em 2011 no jornal Correio do Estado (ALMEIDA, 2011), quando a situação do PA Canoas era bastante grave. Sete anos depois, pouco mudou, escancarando a contrarreforma agrária praticada.

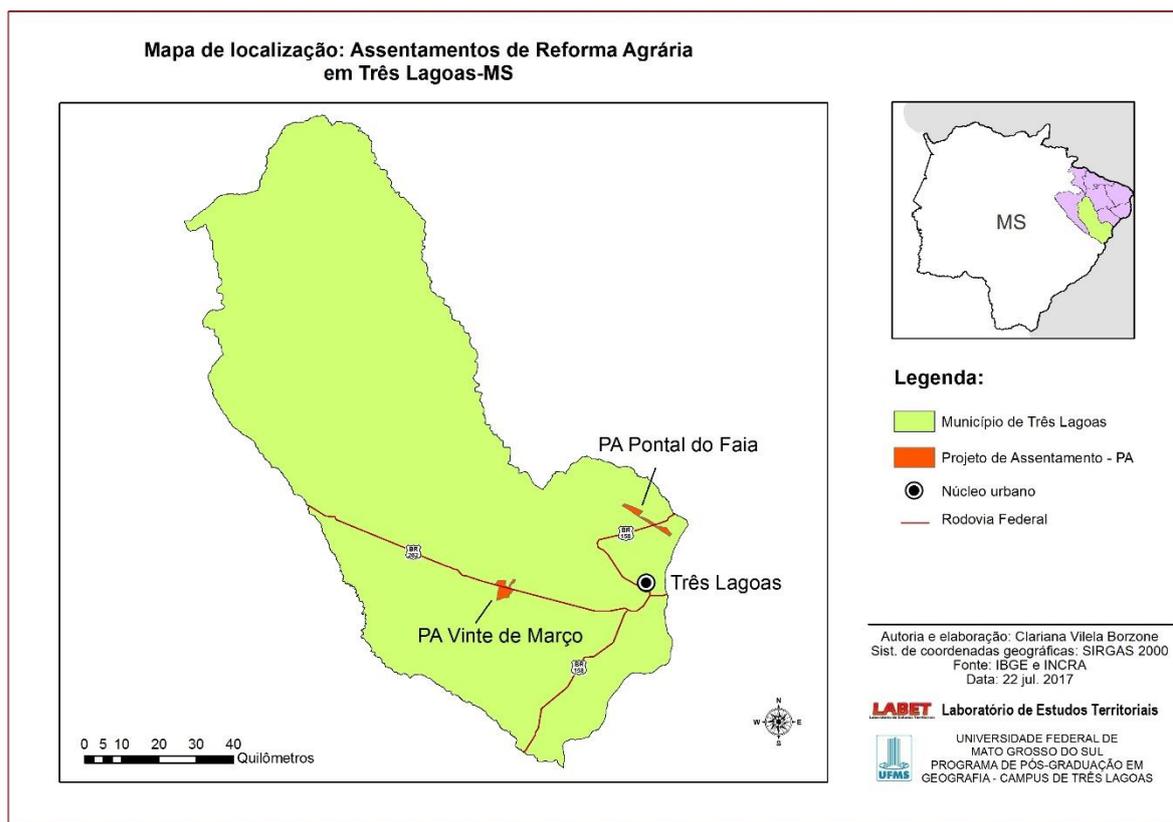
Figura 5 - Território Rural do Bolsão: Mapa de assentamentos de Reforma Agrária



Fonte: IBGE e INCRA, 2016. Elaborado pela autora.

O município de Três Lagoas possui a maior cidade e a maior economia do Território Rural do Bolsão, abrigando 44% de sua população, é a terceira maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul. Esse município abriga dois assentamentos de Reforma Agrária: PA Pontal do Faia, fundado em 2000, e PA 20 de Março, de 2008, localizados na figura 6.

Figura 6 – Três Lagoas: Assentamentos de Reforma Agrária



Fonte: IBGE/INCRA. Elaborado pela autora.

O PA Pontal do Faia, em Três Lagoas, foi conquistado após um ano e quatro meses de acampamento à beira da BR-158, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas e da CPT. Sua principal produção atual é de hortifrúti e de gado leiteiro, com destaque para experiências de transição agroecológica através do Projeto Agroecológico Integrado Sustentável (PAIS) (QUEIROZ, 2017). Recentemente, as mulheres do assentamento se reuniram para criar uma cooperativa de ovos caipiras, pela associação e com apoio da prefeitura; este projeto está sob avaliação (TRÊS LAGOAS, 2018).

O assentamento contava com uma escola rural, que foi fechada. A assentada Buganvília lamenta a perda, salientando a falta de acesso da população idosa à educação, assim como a falta que o movimento escolar traz ao assentamento.

Uma coisa que precisava aqui também era isso, as pessoas idosas precisavam estudar. Quando eu vim pra cá, eram só as crianças que estudavam. De repente o prefeito não quis mais, porque disse que era difícil, achou melhor pôr um ônibus pra levar pra cidade. Mas se a escola funcionasse aqui, seria bom, né? Porque aí as atividades, as festinhas seriam todas aqui, movimentava, né? (Entrevista concedida à autora pela assentada Buganvília, PA Pontal do Faia, Três Lagoas, fev. 2018).

Apesar disso, a escola é agora utilizada como centro comunitário no Pontal do Faia, onde acontecem atividades coletivas, como as reuniões das associações e encontros festivos, marcando as celebrações que reforçam o modo de vida camponês.

Aqui dentro do assentamento, nós gostamos muito de nos reunir pra fazer confraternização. É assim em toda reunião, sempre levamos um bolo, alguma coisa, a gente gosta de confraternização, "Felizes daqueles que se unem pra se confraternizar". Cada um traz um pouquinho da sua casa. É sempre assim, quando vai fazer algum serviço de limpeza, fazemos almoço, nos juntamos e sempre nos alimentamos juntos, ali na escola. E temos as nossas "mãos de fada" que sempre estão com a gente cozinhando, ajudando a gente. E sempre nos unimos, pra limpar tudo, são as mesmas mas estamos aí lutando. A união faz a força, né? (Entrevista concedida à autora pela assentada Açucena, PA Pontal do Faia, Três Lagoas, fev. 2018).

A união que foi necessária para a conquista da terra segue se reinventando, e permitindo a recriação camponesa. Da mesma maneira, o PA 20 de Março, em Três Lagoas, foi fruto da união de, inicialmente, cerca de 300 famílias, que reivindicaram seu direito à terra durante 6 anos; o primeiro acampamento se deu em 2003, como relata Margarida:

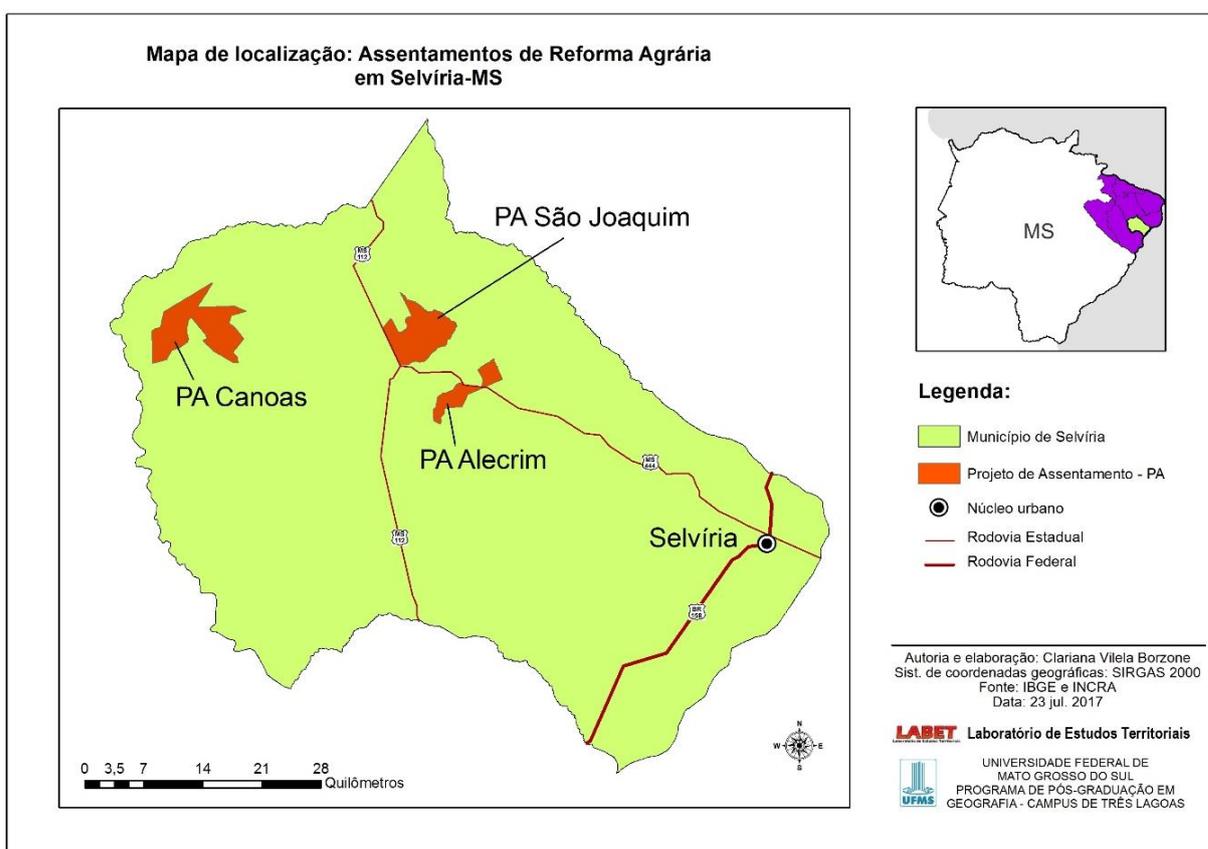
O primeiro acampamento nosso foi em maio de 2003, no córrego do Moeda. Segundo acampamento nosso foi em novembro de 2003, lá no córrego do Pinto. E o terceiro acampamento nosso já foi em 2007, em frente à fazenda do Arapuá que é onde estamos hoje. (Depoimento da assentada Margarida gravado pela autora na mesa redonda "Mulher é Verbo de Luta". Três Lagoas, mar. 2017).

O assentamento, que a princípio se chamava Arapuá, foi renomeado para "20 de Março", em alusão à data da conquista da terra pelas/os camponesas/es. Sua principal atividade é a produção de hortifrúti, com ênfase na produção agroecológica, participando dos mercados institucionais (PAA e PNAE) e de várias feiras na cidade de Três Lagoas. Também destaca-se a criação de aves, a indústria caseira artesanal e a produção e comercialização de mudas nativas, por meio de um viveiro construído

em parceria com a Fibria³⁰ (QUEIROZ, 2017). Tanto o Pontal do Faia como o 20 de Março estão às margens de rodovias pavimentadas, a BR 153 e a BR 262, respectivamente, e distam cerca de 35 quilômetros de Três Lagoas, o que facilita o escoamento de suas mercadorias. Ambos estão também cercados por plantios de eucalipto.

O município de Selvíria é o que tem o maior número de assentamentos, totalizando três: Alecrim, São Joaquim e Canoas (figura 7), que abrigam ao total 364 famílias, e ocupam uma área de 9.818 hectares, correspondente a 3% da área total do município.

Figura 7 – Selvíria: Assentamentos de Reforma Agrária



Fonte: IBGE/INCRA. Elaborado pela autora.

A assentada Caliandra, do PA São Joaquim, participou da luta pela terra e nos narra o que viveu:

O sindicato (em Aparecida do Taboado) abriu um acampamento, e depois o sindicato fez uma invasão. E a invasão deles não deu certo. A polícia foi lá, atirou pólvora, jogou o povo pra um lado e pro outro, e

³⁰ Fibria é uma empresa do ramo de papel/celulose cuja presença é contraditória e marcante na realidade agrária do Bolsão, especialmente em Três Lagoas e Selvíria; mais informações no tópico 3.4.

foi aí que a J.³¹ teve a ideia de a gente fazer uma associação e começar a lutar para acolher aquele povo que estava sofrendo pra lá e pra cá. Aí formamos o grupo e começamos a lutar, fizemos um acampamento lá na beira da BR e ficamos na luta. Depois o B. mandou nos chamar pra vir pra beira do Queixada, porque estava na previsão de sair a fazenda Canoa e a São Joaquim, né? E foi aí que nós transferimos nosso movimento pra beira do Queixada. Até que saiu a São Joaquim primeiro, e nós fomos privilegiados na São Joaquim. (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra, PA São Joaquim. Selvíria, jan. 2018).

O PA São Joaquim é o único dos três com acesso à rodovia asfaltada, a MS-112, e o único com uma escola rural, instalada após reivindicações das famílias assentadas. A Escola Municipal Rural São Joaquim atende crianças e jovens dos assentamentos e das fazendas da região, e a princípio seu projeto trouxe aproximações com o debate da Educação no/do Campo, buscando-se uma prática pedagógica que valorizasse a cultura do campo. Porém, com a atuação do capital das empresas de celulose/papel, isso tem mudado, inserindo-se debates de caráter empresarial no currículo escolar (PONTIN, NARDOQUE, 2016).

A comunidade do PA São Joaquim organiza muitas festas e encontros, atraindo a população dos arredores. Esses eventos acontecem, em geral, na sede da associação.

Temos o barracão ali, sempre está acontecendo alguma festinha aqui. Teve o encontro das mulheres, das camponesas, que foi muito bom, foi maravilhoso, teve Festa Junina, teve Dia das Mães. Tem a feirinha nossa, que também é um lazer. Agora vai passar ali pra via, em frente do asfalto, porque lá é melhor. O lazer nosso aqui é o pessoal mesmo, um bom dia, boa tarde, as igrejas, temos igrejas aqui, eu tenho a minha que vou, que é uma delícia. (Entrevista concedida à autora pela assentada Guavira, PA São Joaquim. Selvíria, jan. 2018)

³¹ Os nomes de pessoas de fora do assentamento (como funcionárias/os dos órgãos e empresas que trabalham junto aos assentamentos), citados nas falas, estão apresentados pela sua primeira letra.

Em 2017, a associação começou a mobilizar uma feira dentro do assentamento, de caráter semanal, para comercializar a própria produção para as/os moradoras/es e vizinhança. Em março de 2018, a feira foi transferida para as margens da rodovia MS-112, dando maior visibilidade à produção do assentamento (figura 8). Destaca-se que a feira semanal foi organizada pela associação, sem apoio das empresas privadas que atuam no assentamento, indicando o protagonismo e a potencialidade de emancipação do campesinato.

Figura 8 – PA São Joaquim, Selvíria (MS): Imagens da Feira do Produtor



RUSSO, Rosana Cláudia. Abr. 2018.

O assentamento conta também com um bar/mercado, gerenciado por uma das famílias assentadas. De acordo com a assentada Rosa, coproprietária desse estabelecimento, ele surgiu pelo sentido de cooperação entre as famílias, suprimindo as necessidades de produtos que eram de difícil acesso à maioria, por estarem distantes das cidades.

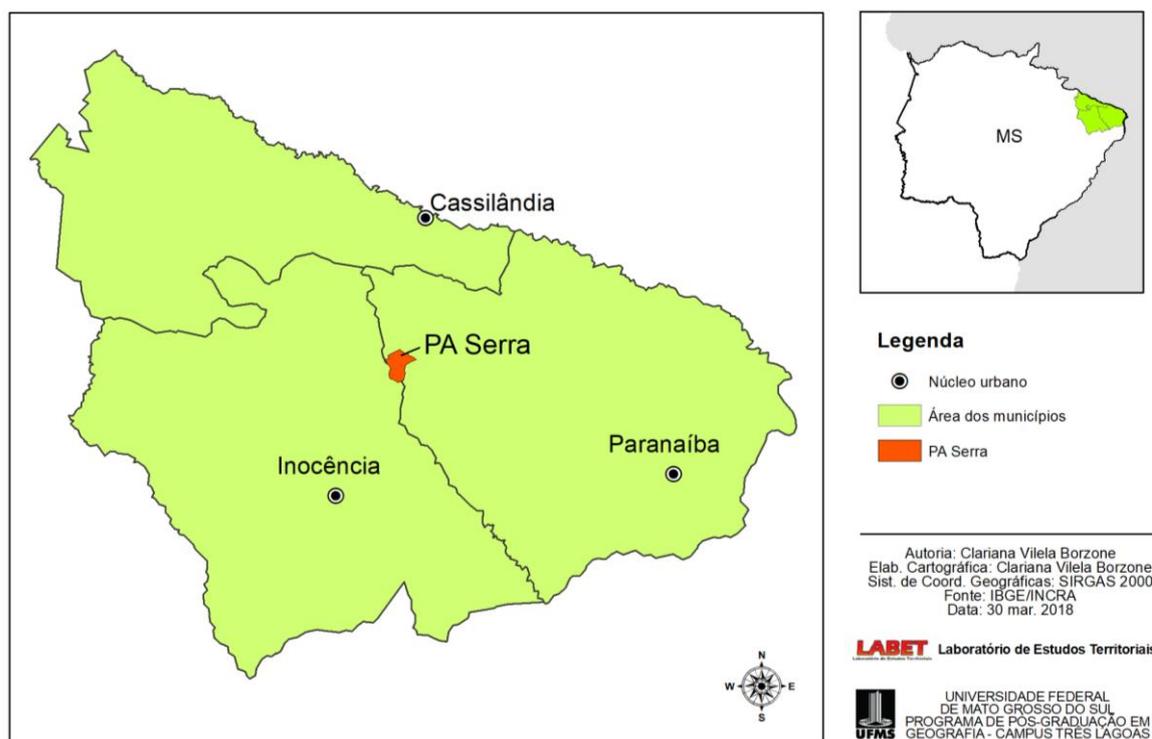
Aqui a gente montou o comércio pela dificuldade do pessoal também, né? Tanto gás, gasolina, comida, tudo era difícil aqui, a gente não tinha condições, agora melhorou muito. Apesar que muita gente daqui foi embora por causa dessas dificuldades. Aí não deu tempo, tem gente

que começou com a gente desde o acampamento, não aguentou as consequências. Logo que ficamos assim sofrendo muita dificuldade, a gente tinha um carrinho, uma caminhonete, e a gente começou a trazer as coisas, pra servir o pessoal todo, e o pessoal falou 'Ah, por que vocês não montam assim pra vender pra gente direto?'. Aí a gente foi fazendo. Se tornou um comércio mesmo. (Entrevista concedida à autora pela assentada Rosa, PA São Joaquim, Selvíria, jan. 2018)

O PA Serra, no município de Paranaíba, é o assentamento mais antigo do Território Rural do Bolsão, criado em 1997. Localiza-se entre as cidades de Cassilândia, Inocência e Paranaíba, como demonstramos na figura 9.

Mas de todos os assentamentos, vou falar a verdade, igual esse daqui não é. Porque esse aqui é joia! Fora de brincadeira. Você sai aqui, já pega o asfalto ali. Vai por ali, já vai chegar em Inocência, cidade. Vai pra aqui, já topa com Cassilândia, cidade também! Pertinho! Vai pra ali, Paranaíba. É bom demais. (Entrevista concedida à autora pela assentada Dália, PA Serra. Paranaíba, fev. 2018)

Figura 9 – Paranaíba: Assentamento de Reforma Agrária



Fonte: IBGE/INCRA, elaborado pela autora.

Há, inclusive, uma pequena parte do assentamento que pertence ao município de Inocência, o que tem causado dificuldades às famílias assentadas, principalmente para a educação das crianças: o ônibus escolar de Paranaíba não leva as/os estudantes que vivem nos lotes que estão em Inocência, gerando uma situação de desgaste. O descaso da prefeitura é evidente nas duas falas.

Dália: Nosso assentamento ficou em um lugar muito bem centralizado. Deixa eu falar, vou falar, não sei se posso falar. A única coisa que falta é a prefeitura. Se a prefeitura participasse desse assentamento, a gente estaria no céu.

Alamanda: Pior, você falou a verdade, porque aqui de prefeito a gente tá mal. Se pelo menos eles enxergassem as nossas necessidades aqui, de alguma coisa, né? Era outro assentamento. Mas eles não enxergam, ficam naquela política, aquela briga por causa que um pouco é Inocência, outro pouco é Paranaíba, e Inocência não quer dar pra Paranaíba, Paranaíba não quer dar pra Inocência... e a gente fica sofrendo. (Entrevista concedida à autora pelas assentadas Dália e Alamanda, PA Serra. Paranaíba, fev. 2018)

Imagina, uma criança sai daqui, os meus saem dez horas da manhã, nove horas que agora aumentou mais duas fazendas, pra chegar meio dia na escola. Eles vão pra Inocência. As crianças daqui saem 7 horas, chega 14h30 em Tamandaré. Aí eu optei por Inocência. O estudo pra mim é melhor pros meus meninos. Aí eles estão em Inocência. É cansativo. E não precisava, né, porque já pensou com a escola aqui dentro? (...) Nós vamos ver se conseguimos essa parceria com a Eldorado. Aí tem que entrar a parceria com a prefeitura, mas o prefeito tá... de uma maneira que ele não quer ajudar. Porque até o ônibus escolar não passa daqui pra lá. É até aqui só. E aí só pra você ver, o de Inocência não, ele passa aqui e pega os alunos. (Entrevista concedida à autora pela assentada Zínia, PA Serra. Paranaíba, mar. 2018)

Nos primeiros anos da conquista da terra, havia uma escola no próprio assentamento que atendia às crianças e jovens, e foi fechada, a exemplo da realidade que se repete em todo o Brasil. De acordo com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC), desde 2002 foram fechadas 30 mil escolas rurais no país (OLIVEIRA, 2017). São 5 escolas rurais fechadas por dia.

Pensa numa escola que era boa. Aqui perto. [...] Da minha casa até a escola dava 400 metros, 500 metros. Eu mandava a netinha de 5 anos na escola sozinha, e ficava olhando até ela entrar na escola. Agora quando mandei pro Tamandaré, tinha vez que era sete horas da noite e eles não tinham chegado ainda. E eu não tinha um carro pra ir atrás. Pensa num desespero. Em casa desesperada, como é que faz, aí corria atrás de alguém que tinha um carro e tinha filho, "vamos atrás, fulano". Outro dia ela chegava numa moto, ou numa caminhonete. Outro dia a pé. (Entrevista concedida à autora pela assentada Dália, PA Serra. Paranaíba, fev. 2018)

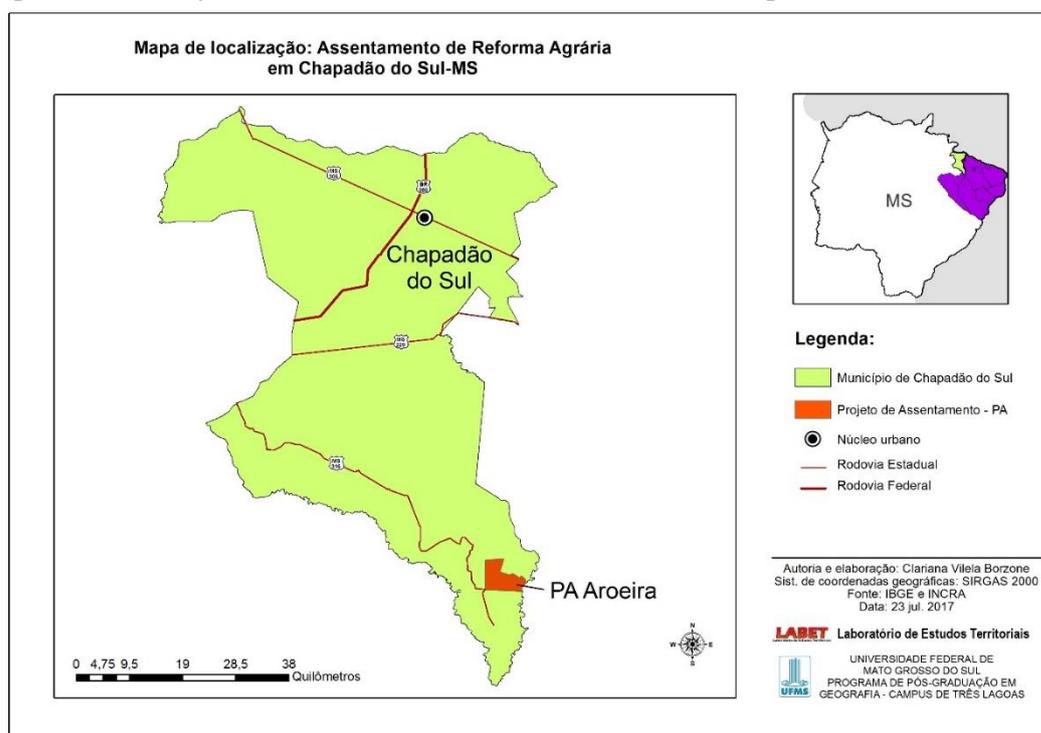
O perfil produtivo do assentamento se destaca pelo gado leiteiro (há laticínios em Cassilândia e Inocência) e, mais recentemente, pelo cultivo de maracujá. Por meio do programa Hortifruti Legal, oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural /MS (Senar), e com apoio do Sindicato Rural de Paranaíba, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Serra (APPAS) começou a produzir e

comercializar polpa de maracujá, chegando-se a ter 15 mil pés plantados do fruto em 2017, entre as 30 famílias que participavam do programa (ASSESSORIA DE IMPRENSA, 2017). Porém, um ano depois, as dificuldades para a venda e os baixos preços pagos pelos compradores desestimularam as famílias, que foram gradativamente abandonando os cultivos; hoje resta cerca de metade delas, com plantios reduzidos. O PA Serra não acessa o PAA e o PNAE.

A APPAS é uma associação cuja diretoria é formada inteiramente por mulheres. De acordo com a vice-presidenta, a associação foi criada por motivos econômicos, para permitir a comercialização da produção de maracujá, iniciada a partir do curso de cultivo de maracujá realizado no assentamento e que chamou a atenção particularmente das mulheres. Elas se uniram e criaram a associação, que existe há três anos.

Por fim, o PA Aroeira está situado no município de Chapadão do Sul (figura 10). Este assentamento dista cerca de 80 quilômetros da cidade por estrada de terra, o que dificulta sua participação nos programas PAA e PNAE e em outras trocas comerciais com a cidade; a prefeitura de Chapadão do Sul tem ido até o assentamento buscar os alimentos para que essas famílias participem dos programas mencionados de incentivo à agricultura familiar. O assentamento conta com uma escola, que atende a população local e está integrada no debate da Educação no/do Campo. Durante a pesquisa, não foi possível retornar ao assentamento para realizar entrevistas, sobretudo pelas distâncias em relação a Três Lagoas.

Figura 10 – Chapadão do Sul: Assentamento de Reforma Agrária



Fonte: IBGE/INCRA, elaborado pela autora.

Nesses assentamentos se centraram as atividades do NEDET, política pública voltada ao desenvolvimento das comunidades rurais a partir da visão de territórios, buscando fortalecer o contraponto à agricultura capitalista que ocupa a maior parte da terra da região.

3.4 O cerco aos assentamentos: a territorialização do monopólio

Os assentamentos do Território Rural do Bolsão são frações do território capitalista conquistadas com muita luta do campesinato; eles estão cercados pela agricultura capitalista, e inseridos na lógica capitalista de produção, mesmo que dentro deles existam relações não capitalistas. Isso é apontado por Oliveira (2004) no que ele define por desenvolvimento contraditório e combinado do capital no campo. Esse autor afirma também que, com o avanço do neoliberalismo, há dois processos através dos quais os grupos mundiais econômicos comandam a produção agropecuária e florestal no mundo: a monopolização do território, e a territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2016).

Nos últimos 11 anos, a Microrregião Geográfica de Três Lagoas tem sofrido grandes mudanças em decorrência da expansão do complexo eucalipto/celulose/papel, com a instalação inicial de duas fábricas de processamento de celulose, e o aumento exponencial da área plantada com monocultivo de eucalipto, que se expande por vários municípios do Território Rural do Bolsão (ALMEIDA, 2012). O complexo atua tanto no controle da terra (propriedade ou arrendamento), quanto no processo produtivo no campo e na indústria, o que caracteriza a territorialização do monopólio, quando essas três áreas são dominadas pela mesma empresa. Esse setor também apresenta muitas fusões entre as empresas, com estreita relação entre capital nacional e estrangeiro.

Em 2009, começou o funcionamento da fábrica Horizonte 1, pela parceria entre as empresas Fibria e International Paper, com capacidade de produção de 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano. A Fibria, por sua vez, advém da fusão entre a Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose. O setor de celulose/papel é um dos mais monopolizados do agronegócio. Em 2012, foi inaugurada a fábrica da Eldorado Brasil, a maior do mundo, com capacidade inicial de produção de 1,5 milhão de toneladas, com meta para chegar a 5 milhões até 2020 com sua expansão (CONCEIÇÃO, 2012). A Horizonte 2, expansão da Horizonte 1, começou a funcionar em 2017, com capacidade de produção de 1,95 milhão de toneladas anuais, somando à produção da Fibria um total de 3,25 milhões de toneladas. A Fibria anunciou, em 2018, sua fusão com a Suzano, outra grande corporação da celulose; esta última, por sua vez, pegou um empréstimo de US\$ 9,2 bilhões do BNDES para firmar a fusão (RAVAGNANI, 2018). Destaca-se que não existe, em nenhum outro lugar do mundo, duas fábricas de celulose instaladas na mesma bacia hidrográfica, como é o caso dessas empresas na bacia do Paraná, e não se sabe exatamente a dimensão dos impactos ambientais que advêm disso³². O processamento da celulose libera produtos clorados e dioxinas no ambiente, as quais se bioacumulam e estão ligadas ao aumento de câncer, danos nos sistemas imunológico, endócrino, reprodutivo e nervoso (VAN DER MARK, HAGGITH, 2017).

O Brasil é o país com a maior taxa de expansão da produção de celulose no mundo. O eucalipto plantado no país apresenta crescimento rápido (de 5 a 7 anos

³² Muitos dos impactos causados pela expansão dos monocultivos de eucalipto na região podem ser conferidos em Kudlavicz, 2010, cap. 6.

para o corte), e o complexo celulose/papel conta com amplo apoio dos governos federal e estaduais para sua expansão, sendo este o principal setor de investimentos do BNDES³³ (VAN DER MARK, HAGGITH, 2017).

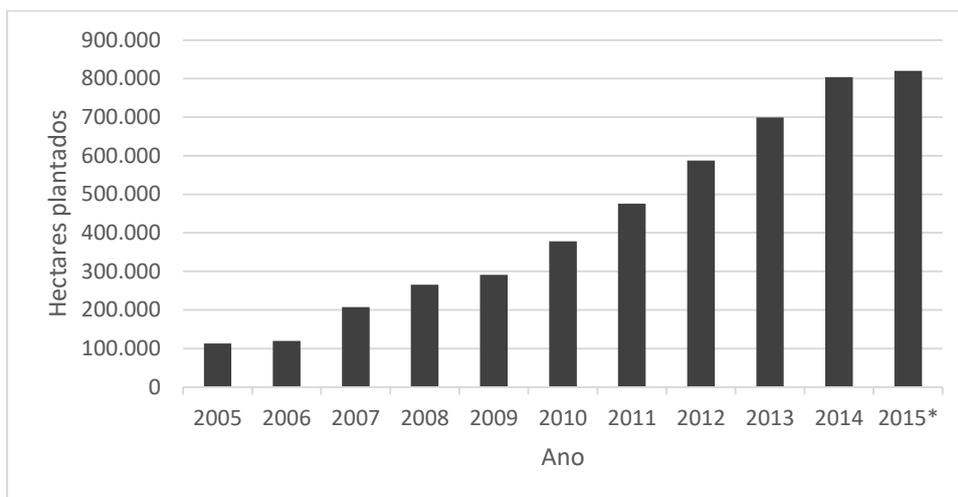
O governo do Mato Grosso do Sul alterou sua lei ambiental, pela Resolução SEMAC/MS n. 17 de 20 de setembro de 2009, isentando as empresas de apresentarem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para as plantações de eucalipto, colocando o meio ambiente – “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, como consta na Constituição Federal – a serviço do capital (KUDLAVICZ, 2010). Soma-se a isso o relevo suavemente ondulado, que facilita a mecanização dos plantios, e a abundância de recursos hídricos da região, e entende-se por que Três Lagoas se tornou, como anuncia a mídia local, “a capital mundial da celulose”.

Essa madeira (para o fabrico do papel) vem das plantações de monoculturas de árvores de rápido crescimento em vastas áreas de terra cobertas com essa única espécie de árvore exótica, uniformemente planejada de forma intensiva objetivando aumentar/maximizar a produção de biomassa de madeira. Essas plantações vêm acompanhadas do pacote tecnológico de mecanização, de adubos químicos e de agrotóxicos que geram sérios problemas ambientais, como a perda da biodiversidade, a degradação dos solos, a poluição e o esgotamento dos recursos hídricos, além da diminuição de empregos, menor produção de alimentos e o empobrecimento das populações locais. (KUDLAVICZ, 2010, p. 109).

A área dos monocultivos de eucalipto cresceu exponencialmente. No gráfico 6, apontamos seu aumento entre 2005 e 2015.

³³ Entre 2002 e 2015, o BNDES forneceu R\$ 28 bilhões em crédito ao complexo eucalipto/celulose/papel.

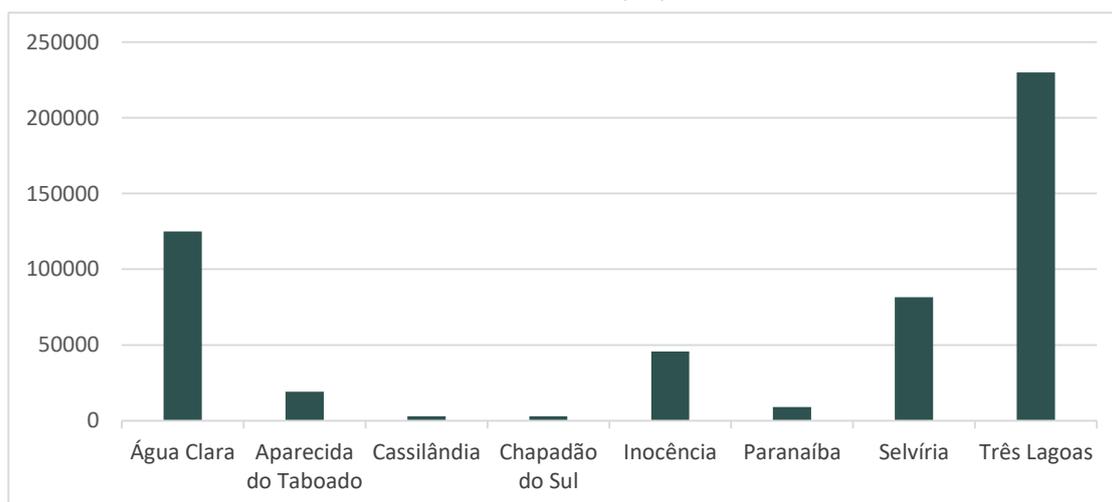
Gráfico 6 – MS, 2005 a 2015: Área (ha) de Monocultivos de eucalipto



Fonte: Reflore 2015. Elaborado pela autora.

Em 2017, o MS alcançou a marca de um milhão de hectares de eucalipto plantado. Vários assentamentos estão muito próximos aos monocultivos, principalmente os de Três Lagoas e de Selvíria. No gráfico 7, demonstramos a área plantada entre os municípios do TR do Bolsão em 2016. No total, constam 516.400 hectares plantados entre os oito municípios. Esse valor equivale a 28 vezes a área ocupada pelos assentamentos.

Gráfico 7 – Municípios do Bolsão, 2016: Área (ha) plantada com eucalipto



Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2016. Organizado pela autora.

Três Lagoas lidera os plantios, seguida de Água Clara (onde não há assentamentos) e Selvíria. A proximidade dos plantios em relação aos assentamentos traz várias consequências às famílias que ali vivem, pois são diretamente afetadas

pelo uso de agrotóxicos por pulverização aérea, assim como pela ocorrência de invasão de insetos em desequilíbrio nas hortas e lavouras, nas épocas em que são aplicados os venenos nos plantios, e invasão de aves e outros animais nativos em busca de morada e alimento. A assentada Margarida relata suas dificuldades com os monocultivos:

Nosso produto é agroecológico. Nós não podemos falar que é orgânico. Por quê? Nós estamos cercados desses eucaliptos. Nesses eucaliptos eles passam veneno de avião. Então como nós vamos falar que é orgânico? Não podemos. Ali dentro nós somos corredor. Daqui um tempo vamos perder nosso espaço ali também, porque os bichos, eu vejo ali no meu sítio, que papagaio, tucano, eles não têm mais o que comer. Eles vêm comer ali no nosso sítio. Eu mesma estou plantando bastante abóbora para dar de alimento para eles. Por quê? O eucalipto, eu fiquei sabendo que quando fizeram o florestamento, eles deixaram 100 pés de pequi. Quando eles voltaram lá depois de um ano, 67 já tinham morrido. Então tá acabando, nós não temos mais, os animais estão com fome, nós temos que lutar. (Depoimento da assentada Margarida gravado pela autora na mesa redonda “Mulher é Verbo de Luta”. Três Lagoas, mar. 2017)

A mesma denúncia fez, no PA Pontal do Faia, a assentada Violeta, que deixou de cultivar árvores frutíferas em decorrência dos ataques das aves nativas. Este assentamento dista 6 quilômetros da fábrica de celulose da Eldorado Brasil, sendo notável a quantidade de plantações que rodeiam o assentamento (figura 11), haja vista que terras mais próximas das fábricas são as mais visadas aos plantios, pois o custo de transporte é menor.

Figura 11 – PA Pontal do Faia: Plantio de eucalipto próximo



Borzzone, C. V., jan. 2018.

Pesquisadora: Os bichos não atacavam antes aqui?

Violeta: Não. Era cerrado, né? Depois que a gente desmatou, sei lá, eles iam procurar comida em outro lugar. Só sei que o primeiro ano, segundo ano, terceiro ano que plantamos aqui, deu muito mesmo. Deu pra caramba. Depois os bichos tomaram conta. Você via os pés de mamão morrerem, porque os tucanos são pesados, quebravam as folhas. O pé ali carregava e você via tudo caído no chão, comido pela metade. Os pequis aqui, nossa, as araras tomavam conta, filha do céu. Aí desisti, cansei. (Entrevista concedida à autora pela assentada Violeta. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Os PAs de Selvíria também têm plantios fronteiros, como ilustram as figuras 12 e 13, e os relatos sobre os impactos são semelhantes.

Figura 12 – PA Alecrim: Plantio próximo



Figura 13 – PA Canoas: Plantio próximo



Borzzone, C. V., fev. 2018.

Pesquisadora: E tem plantação de eucalipto perto daqui, né?
 Begônia: Tem, tem. Eu não sei te informar assim os lugares, as distâncias. Sei que aqui desse lado tem uma, do lado da estrada seguindo pra sede, tem uma plantação de eucalipto da Eldorado. E aqui por essas estradas todas tem plantação de eucalipto. Tem muita plantação de eucalipto. E isso ocasionou alguns problemas aqui pra nós. Porque o tucano, os bichos que vivem mais na natureza, eles vieram pra nossa área, onde tem mais fruta, onde tem outras coisas para eles comerem. A própria arapuá (abelha), ela ataca muito, se você planta vagem, quiabo, não sei por que são as mais perseguidas por elas. E a florzinha da banana. Então elas conseguem estragar bastante o cacho de banana quando ele vem. Porque quando a banana está na flor, aquele amarelinho da flor da banana, elas vêm ali e sugam, aí a banana não desenvolve. Tem muita gente que diz "é o eucalipto", mas pode não ser só o pessoal do eucalipto, mas nós também, se começamos a derrubar demais, os animais vão ficando sem comida na natureza direto. Eles vão ter que procurar mais próximo de nós. Então acontecem alguns estragos sim. Como ele falou, acontecem esses impactos, por isso eles vêm como uma troca, eles causam impacto mas estão ajudando de alguma maneira, né? (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Nesse depoimento, a assentada Begônia fala sobre a “ajuda” que as empresas prestam em “troca” dos impactos. Uma das grandes contradições encontradas na

presente pesquisa reside na relação das empresas do complexo celulose/papel com as comunidades rurais. Por um lado, compreende-se a territorialização do monopólio e a intensificação da concentração de terras, dificultando o acesso à terra aos povos do campo para a reprodução de seu modo de vida. Por outro lado, as ações sociais das empresas nos assentamentos, embora motivadas por interesses econômicos, têm auxiliado o campesinato em sua permanência, como relatam as assentadas Begônia e Açucena.

Eu posso garantir que se eles não estivessem aqui, dando essa força para nós, tinha muito lote abandonado. Já tem, mas teria muito mais. Porque eles nos ajudaram muito, e continuam ajudando. O que você precisa de uma conversa, como eu sendo presidente e não entendo muito bem, converso com eles; se eles não podem resolver o problema pra mim, eles encontram quem pode; então é o braço direito e metade do esquerdo. (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia, PA Alecrim, Três Lagoas, fev. 2018).

Quando entrou a parceria com o PDRT que é a Simbiose, ensinou e ensina até hoje como é e como não é pra trabalhar, aí que conseguimos evoluir. Depois disso, que estamos conseguindo trazer os projetos, não só eu mas com a comunidade e a diretoria, que não é só um que faz, são todos os membros, né? Eu vou atrás mas eu não coloco só eu, são todas. Se eu consigo, não é só pra mim, é pra todos que vivem no assentamento. E é o que nós estamos conseguindo, esses benefícios que vocês estão vendo aí, os piqueteamentos, foram 17 piquetes, só não veio aparelho de choque, mas vieram 17 piquetes completos, foram 8 hectares de pastagem, semente, calcário, no primeiro ano foi completo! Até trator veio pra nós. No segundo ano já foi diferente, porque não teve trator. Então tivemos que alugar, né, que pagar. Mas semente, adubo, calcário, tudo veio pros 4 hectares de pastagem. Temos inseminação, temos atendimento veterinário pra ver a qualidade do leite, do nosso gado, tudo pela parceria com o PDRT. (Entrevista concedida à autora pela assentada Açucena, PA Pontal do Faia, Três Lagoas, fev. 2018).

O Plano de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) é um projeto criado pela Simbiose, empresa terceirizada pela Fibria, que presta serviços sociais e produtivos aos assentamentos próximos aos plantios. O PDRT é feito em parceria com as associações dos assentamentos, e são exigidos determinados critérios para que as famílias sejam beneficiadas, que incluem a participação obrigatória nas reuniões do PDRT, o pagamento em dia das mensalidades das associações, e o cumprimento de determinadas tarefas ligadas à assistência do plano. A obrigatoriedade da participação nas reuniões da Simbiose causa alguns conflitos com as reuniões das associações, como menciona a assentada Rosa, presidenta da associação:

(A reunião) da Fibria não perdem. Porque tem que ter presença, senão não participa dos projetos. E eles ainda estão assim entrando em acordo com associação por causa dessas coisas. Porque se não tiver com a prestação da água e da associação em dia, eles também não participam. Então tem que ter essas três coisas: presença na reunião, estar em dia com água e associação. É o ponto base pra trabalhar com a Fibria. Então eles participam bem dessa reunião, da minha não. (Entrevista concedida à autora pela assentada Rosa. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018)

No PA Pontal do Faia, as reuniões da associação entraram em simbiose com as da Simbiose, tornando-se a mesma reunião, eliminando-se um espaço exclusivo para as/os assentadas/os se reunirem, o que pode reduzir sua autonomia e os espaços coletivos para problematizar a atuação das empresas de celulose, uma vez que há sempre a presença de representantes das mesmas nas reuniões.

Se, por um lado, a Simbiose pauta o modo como as/os assentadas/os receberão os benefícios, por meio dos critérios, por outro, existe certa autonomia camponesa em se escolher quais benefícios serão feitos, uma vez que são as associações que apresentam suas propostas à empresa. Assim, o campesinato pauta os caminhos que quer trilhar, recebendo o auxílio necessário para atingir seu objetivo, melhorando as ferramentas que permitem sua resistência e resiliência em meio ao cerco da agricultura capitalista.

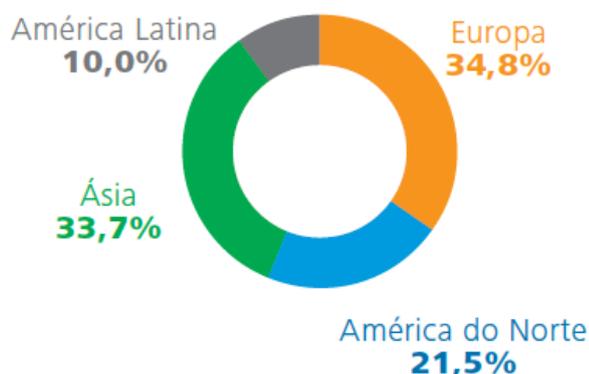
Longe de ingenuidades, faz-se importante destacar que os programas sociais são feitos por serem essenciais à comercialização da celulose no mercado internacional, seu principal comprador, assim como para preservar a imagem das empresas, criando a ilusão de haver um “desenvolvimento sustentável” (KUDLAVICZ, ALMEIDA, 2014).

Possivelmente, a principal explicação para este condicionamento resida na necessidade da empresa, perante aos órgãos financiadores, de rebater leituras críticas de que a expansão dos plantios de eucalipto produz, concomitantemente, redução na produção de alimentos articulado com a busca de minimizar futuras conflitualidades que venham ocorrer na região próxima de expansão dos cultivos – aqui nos referimos aos impactos anunciados por uma ampla bibliografia que, em resumo, se referem à contaminação de comunidades pelo uso de agroquímicos nas monoculturas, bem como a diminuição das águas subterrâneas (KUDLAVICZ, ALMEIDA, 2014, p. 3-4).

Há diversas certificações, feitas por outras empresas, que regulam o comércio da celulose, buscando verificar se não há exploração de trabalho ou do meio ambiente nos plantios e fábricas. Sem os selos das certificadoras, o mercado fica mais limitado.

Em 2016, 90% da produção da Fibria era destinada ao mercado externo, como apontamos no gráfico 8 a seguir. Quanto à Eldorado, 85% de sua produção tem o mesmo fim, sendo 11% vendida aos Estados Unidos, 35% à Áustria, e 39% à China.

Gráfico 8 – Venda da celulose da Fibria por continente



Fonte: FIBRIA, 2016.

Como afirma Tedeschi (2009, p. 146), “O exercício do poder não é, em si mesmo, violência ou consentimento; pode ser sedutor, facilitador, indutor, de modo a guiar a possibilidade de conduta.”. Nesse caso, compreendemos que existe uma relação de poder das empresas do complexo eucalipto/celulose/papel sobre o campesinato local, que se dá de maneira cordial, evitando possíveis conflitos que poderiam surgir por parte da população; pelo contrário, as empresas se utilizam dessas populações para exercerem sua cota necessária de responsabilidade social, assim como para manter trabalhadores temporários próximos, que executam trabalhos nos monocultivos quando preciso.

O campesinato, por sua vez, recebe o apoio das empresas de muito bom grado, pois os órgãos estatais que deveriam se fazer presentes para efetivar a Reforma Agrária não o fazem, e muitos assentamentos se veem completamente desassistidos. O próprio trabalho assalariado para as empresas se torna uma ferramenta para permitir sua permanência na terra. A estratégia camponesa se desenha nos limites de suas possibilidades.

Pesquisadora: E antes da Fibria, tinha algum outro grupo que ajudava aqui? Do Estado? O INCRA, a AGRAER?

Begônia: Não, de jeito nenhum. A única coisa que tinha era a AGRAER, né? Mas a AGRAER é financeiramente nada, né. Porque a AGRAER não ajuda financeiramente. Dá muitos cursos, mas se você faz o curso e não tem como trabalhar, você não sai do lugar. Porque se você tem o curso, mas não tem o dinheiro, um financeiro para

começar, não tem como sair do lugar. A Fibria começou com adubo com a gente. Ela começou dando adubo, esse adubo já ajudou muito, porque quem tinha um pastinho ruim, já conseguiu melhorar; depois eles vieram com semente também, depois vieram agora com piqueteamento, com material todinho, só não deu o aparelhinho de choque, mas o resto eles deram tudo. Depois vieram 21 salas de ordenha, vieram esses filtros (de água para consumo), pode não parecer uma coisa boa, mas pra gente é muito bom. Quer dizer, eles estão com a gente, eles nos incentivam a nos manter aqui dentro. (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

O pouco apoio do Estado e a crise da Reforma Agrária, bem como dos órgãos responsáveis por sua implementação e manutenção, como o INCRA e a AGRAER, são os principais fatores que permitem a entrada tão abrupta da Fibria nos assentamentos. Kudlavicz e Almeida (2014) chamam essa situação de privatização da Reforma Agrária, alertando para suas razões e consequências, sociais e ambientais.

Pesquisadora: Como era antes dessa participação da Fibria?

Buganvília: Não tinha ninguém, ninguém que ajudava. Só teve assim... o resfriador e o centro comunitário foi a Eldorado, né, que construiu. E a Fibria já estava também ajudando. Então é muito bom, muito maravilhoso, eles têm ajudado a gente muito, a gente agradece. (Entrevista concedida à autora pela assentada Buganvília. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018)

A Fibria está nos ajudando muito aqui, nossa. Já temos cinco pastos formados, que ela forma, dá esse milho pra nós plantar, adubo, calcário, traz de caminhão. Tem gente que pega e não faz nada. Nosso pasto aqui tá todo formado, eles vêm, olham tudo, a Fibria nos ajuda. **Nós não falamos mal dela de jeito nenhum, porque ela ajuda.** (Entrevista concedida à autora pela assentada Orquídea. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Eu, pelo menos, **vou torcer pela Fibria 24 horas**, não adianta eu bater contra. **Eu vou contra a prefeitura, vou contra qualquer um.** Porque é uma pessoa que deu a mão para o assentamento, deu a mão, o pé e os dois braços pro pessoal trabalhar. Tem pessoas aqui que mal tinham um dinheirinho para pagar a hora do trator. Aí se ele precisar comprar uma semente, um adubo, vai comprar de que jeito? Se mal está tendo para pagar a hora do trator? Então até isso fez com que rodasse o movimento do trator, fez tudo isso. É melhoria pro assentamento! O dinheiro que você tira de comprar um saco de semente, de comprar um saco de adubo, você faz uma coisinha na sua casa. Eu vivia aqui, faz 2 anos que coloquei o piso na minha casa. Eu estou com 10 aqui! Então eu vivi oito anos sem colocar um piso na minha casa. A partir do momento que eles chegaram e deram uma força para nós, sobrou um dinheirinho para colocar o piso na casa. (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim,

Selvíria, fev. 2018)

Aqui, há dois elementos em destaque. O aumento do bem estar proporcionado pelo trabalho social da Simbiose/Fibria, que deve ser considerado; há, de fato, cuidado e envolvimento afetivo desses profissionais com as famílias, e sua presença e apoio trazem benefícios e melhora financeira. E o elemento que consideramos mais grave, o descrédito no Estado, o “ir contra a prefeitura”, e “torcer pela Fibria 24 horas por dia”. A atitude da assentada é perfeitamente compreensível, e nos permite notar os efeitos sobre a população de uma política pública falha, de descaso, que auxilia para que o capital privado se aproprie desses espaços e tenha apoio popular.

Outra contradição é notada no fomento à agroecologia nos assentamentos, que tem sido feito pela assessoria técnica da Simbiose, uma vez que “A agroecologia tem princípios e, certamente, o principal deles é sua incompatibilidade com sistemas que produzem concentração de terra, monocultura e centralização da riqueza.” (KUDLAVICZ, ALMEIDA, 2014, p. 5).

Inicialmente, o PA 20 de Março demonstrou interesse na agroecologia, e começou a fazer a transição agroecológica nos lotes disponíveis para tal, com apoio da Simbiose. Em seguida, os outros assentamentos passaram pelo mesmo processo. Hoje, essa empresa tem um Plano de Transição Agroecológica (PTA), que está sendo apresentado às/aos assentadas/os como uma alternativa para seus cultivos.

E agora participo do PTA, o Plano de Transição Agroecológica. Nós vamos trabalhar só com coisa agroecológica agora. No lugar do adubo químico é cama de frango, no lugar do veneno, que eles nunca deram, mas as pessoas sempre usavam, a gente vai usar as caldas, calda bordalesa, eles estão dando explicações, ensinando a gente. Vamos trabalhar assim. (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra, PA São Joaquim. Selvíria, jan. 2018)

A assistência (da Fibria) é tudo no agroecológico agora, não tem mais adubo químico, nada, os venenos que usa é tudo a gente que faz mesmo, né, eu geralmente nem aquele que eles passam eu faço, porque não precisa, né? Às vezes nem tem necessidade. (Entrevista concedida à autora pela assentada Rosa. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018)

Notamos que os assentamentos onde não há a atuação das empresas do complexo eucalipto/celulose/papel, por estarem longe dos plantios, a situação é de maior precariedade, em geral. No PA Serra, os órgãos que dão maior apoio são o Senar e o Sindicato Rural de Paranaíba. No entanto, o apoio do Senar é voltado ao cultivo com uso de insumos químicos, tanto adubos quanto agrotóxicos.

É muito raro, às vezes você joga, mas é um mais fraco, na abóbora por exemplo quando dá lagartinha. Mas nas outras coisas não. Eu joga mas é assim, uma coisa que o menino indica pra passar, né. O F. indicava (Senar). Agora é a C. Então é só mesmo pra não dar lagartinha. O tomate precisa bastante, né. Tem uns produtos que joga no tomate. Que ele dá muita muita lagartinha, dá uma borboletinha, e ela perfura a flor, aí faz o tomate já brocado por dentro. Pela flor. Então quando você começa a ver a borboleta, tem que passar, mas é tudo os meninos que passam os remédios, e a gente passa. Só que o tomate, igual o professor falou, é uma coisa que desde a flor até a colheita, você tem que passar um agrotóxico mesmo. Não é coisa que faz mal pra gente. Fazer, faz, de qualquer jeito faz, né? Só que o tomate não tem como. (Entrevista concedida à autora pela assentada Alfazema. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018)

Em 2018, a Simbiose/Fibria lançou um projeto para a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) nos assentamentos. Os SAF's são sistemas que integram a agricultura com o plantio de florestas³⁴ no mesmo espaço, tornando-se um modelo agroecológico de sistema integrado.

O que nos perguntamos é: que propriedade empresas que cultivam mais de um milhão de hectares de eucalipto têm para incentivar a implantação de SAF's e hortas agroecológicas em assentamentos rurais? Como é possível que seu discurso em defesa aos SAF's não seja de maneira alguma aplicado às áreas de cultivo da própria empresa? Implantar SAF's em uma área que não chega a representar 2% da área dos monocultivos é capaz de mitigar os efeitos devastadores de um monocultivo dessa monta, que se utiliza de grandes quantidades de veneno e adubo químico para que seja viável?

Sem esperar por uma resposta plausível além da cegueira capitalista, a esperança por outros valores pode ser reforçada na afirmação da assentada Margarida, que destaca a importância do campesinato para a soberania alimentar: “Se não fosse a reforma agrária, hoje, no município de Três Lagoas, nós não teria mais quase alimento na mesa daqui de dentro da região. Porque esses eucaliptos estão tomando conta, né?” (Depoimento da assentada Margarida gravado pela autora na

³⁴ Uma floresta se caracteriza por ter grande diversidade de espécies vegetais, de espécies animais que ali vivem, se alimentam e se reproduzem, e também as comunidades humanas que habitam determinada floresta; sendo assim, os monocultivos de árvores não são florestas, ao contrário do que as empresas do dito “setor florestal” alegam. Para tanto, são chamadas por ONGs e movimentos sociais de “desertos verdes”, pois apesar de serem verdes, não há qualquer variedade de espécies animais ou vegetais (KUDLAVICZ, 2010). No caso dos SAF's, podem ser utilizadas árvores nativas e/ou exóticas, dando-se preferência às nativas, considerando a alimentação da avifauna local.

mesa redonda “Mulher é Verbo de Luta”. Três Lagoas, mar. 2017). E como outra assentada lembrou, nós não comemos eucalipto.

4 MULHERES QUE VIVEM NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO



De cima para baixo, da esquerda para a direita: 1 a 6. Fotografias: Mulheres assentadas em seus sítios. Fotos da autora, tiradas entre 2015 e 2018. Última foto abaixo (7): 5º Encontro das Mulheres Camponesas no Bolsão, 10 de março de 2018, acervo LABET.

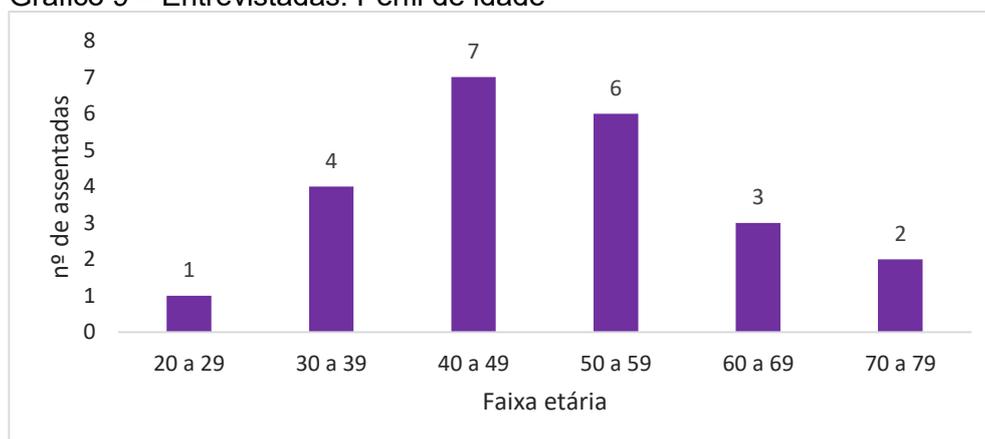
4.1 Mulheres em Movimento: protagonismo e resistência

Para identificarmos o protagonismo das mulheres camponesas no Território Rural do Bolsão, uma parte muito importante da pesquisa foi o trabalho com as fontes orais, tanto para a rememoração das histórias dos sujeitos de pesquisa, quanto para a percepção de seu lugar social como mulheres assentadas, e das nuances de suas relações tanto no ambiente privado como no público. A história oral tem se desenvolvido, principalmente a partir dos anos 1960, como importante método de pesquisa participativa, tornando os sujeitos protagonistas de determinada realidade. Seu uso em estudos feministas tem grande validade na (re)construção de histórias muitas vezes silenciadas.

A história oral na ótica de gênero nasce como um conteúdo simbólico presente no imaginário coletivo que nos revela um atuar histórico que muitas vezes não foi percebido pela comunidade, ou mesmo pela história. Assim, podemos conhecer o sujeito da história, no caso das mulheres, conhecer a vida de trabalho e seu fazer cotidiano, não desde a interpretação de uma visão patriarcal de história, mas pela consciência própria dessas mulheres. (TEDESCHI, 2014, p. 29).

Para tanto, foram feitas entrevistas semiestruturadas, e o recorte das entrevistadas foi construído tendo em vista as mulheres que se destacam ou destacaram por suas ações na esfera pública dos assentamentos, especialmente com as que compõem as associações, o Comitê de Mulheres do Bolsão, e também com lideranças do período do acampamento. Muitas vezes, esses três atributos foram identificados na mesma pessoa. Foram entrevistadas 23 mulheres, de 5 assentamentos. A faixa etária predominante foi entre 40 e 59 anos, apresentada no gráfico 9.

Gráfico 9 – Entrevistadas: Perfil de idade



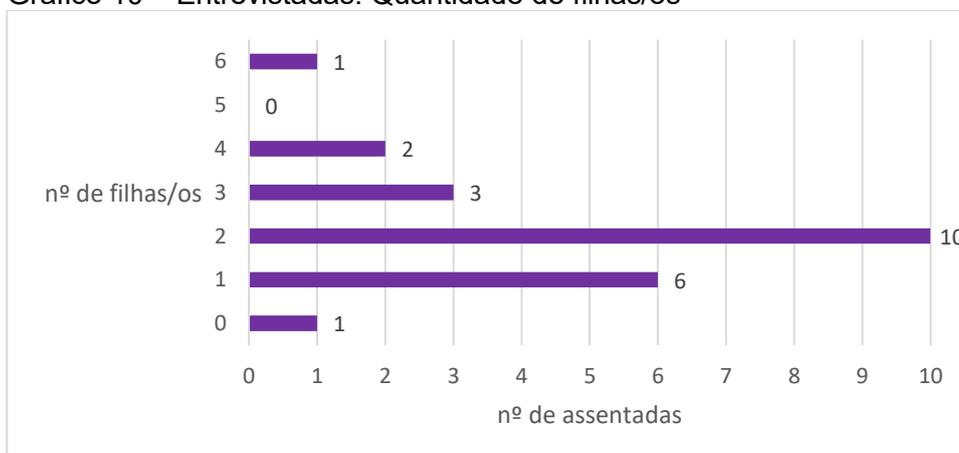
Fonte: a própria autora.

Encontramos poucas mulheres jovens (apenas uma com até 29 anos, idade legal máxima que caracteriza a juventude rural), dado representativo quanto ao envelhecimento da população rural e as dificuldades encontradas pela juventude para permanecer no campo. A falta de oportunidades de trabalho, decorrente da falta da efetivação das políticas públicas de reforma agrária, ficou evidente.

Meus filhos adoram aqui. A minha menina que mora em Paranaíba e o menino, eles não ficam aqui porque não tem onde ganhar dinheiro. Eles tentaram o maracujá, mas o maracujá, o dinheiro era pouquinho e não dava pra manter os dois aqui. Só foram embora por isso. Mas eles amam o assentamento. E a neta também, ela só não fica aqui por causa da escola. (Entrevista concedida à autora pela assentada Dália. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018).

Outro dado relevante é a presença quase unânime da maternidade, compondo a realidade de 95% das entrevistadas, como observado no gráfico 10. A maioria das assentadas possui dois/duas filhos/as, seguida das mulheres com apenas um/a filho/a. Se, no passado, havia um discurso que reduzia a identidade das mulheres à identidade de mães como seu único destino biológico, a partir do século XX, houve uma ampliação desses discursos, permitindo às mulheres ter mais liberdade enquanto às decisões relacionadas a seu corpo e, conseqüentemente, à maternidade. Este é um tema muito importante e constantemente renovado no feminismo, principalmente em seus significados políticos, ainda com muitas questões a se resolver, como as relativas ao aborto (MEYER, SCHWENGBER, 2015).

Gráfico 10 – Entrevistadas: Quantidade de filhas/os



Fonte: a própria autora.

A assentada Guavira aborda essa dualidade em sua definição do que é ser mulher - pergunta para a qual muitas mulheres mesclaram com a maternidade em

suas respostas. Ela também o fez, e logo em seguida se reelaborou, afirmando, assim, que ser mulher vai além de ser mãe.

Ser mulher é ser mãe, as que não são mães também vale, é mulher. Mas ser mulher pra mim é lutar, poder, e se sentir feliz. Arregaçar as mangas e poder trabalhar. É ser mulher. (Entrevista concedida à autora pela assentada Guavira, PA São Joaquim. Selvíria, fev. 2018. Grifo nosso).

Com as entrevistas, foi possível identificar que grande parte das assentadas entrevistadas possui histórico de origem rural, que as levou a lutar para ter sua própria terra. Essas histórias compõem uma trama complexa, e revela as diversas origens de lugares e situações socioeconômicas, exemplificando o que Oliveira (2007) afirma sobre o campesinato enquanto classe social dentro do capitalismo. O camponês, na leitura do autor, é um trabalhador que permanece na terra ou, se afastado dela, busca seu retorno, mesmo que para isso tenha que (e)migrar. Sendo assim, encontramos muitas histórias de migrações durante a pesquisa, contadas por elas, marcadas também pelas dificuldades sociais, como esse duro relato da assentada Orquídea:

Vim da Bahia. Eu vim num pau de arara, sem registro, mais de 30 pessoas. Aí a gente não tinha, porque deu uma seca muito grande lá, não tinha o que comer, não tinha nem água pra beber. Aí juntou várias famílias e jogaram tudo em cima de um caminhão, igual de jogar porco, nós viemos e descemos ali em Guaraçai (SP). E lá a gente desceu, era umas 30 ou 40 famílias, pra catar algodão. Então à noite a gente não tinha cobertor pra embrulhar, dormia dentro do algodão, no paiol de algodão, a gente pegava estopa, embrulhava e se enfiava lá dentro. Eu tinha uns seis anos. (Entrevista concedida à autora pela assentada Orquídea. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

O relato de Açucena também mostra uma vida de bastante trânsito, trabalhando como assalariada em fazendas, e se mudando com muita frequência, inclusive a mando dos patrões, quando estes têm mais de uma fazenda e manejam os/as funcionários/as entre as terras. Note-se que o trabalho assalariado feminino no campo também permeia as tarefas domésticas, a esfera do cuidado com a casa da sede e da alimentação dos peões.

Quando casei, com 15 anos, sempre morei em fazenda, eu tive o meu primeiro filho e morava aqui na Jaó, que era aqui perto. No Crautotó, fiquei três anos. Aí do Crautotó nós fomos embora pra Ribas do Rio Pardo, uma fazenda muito bonita, eu trabalhava na sede. Lá, entretanto, eu entrei em depressão, foi a primeira vez que me deu depressão, fiquei ruim, meu caçula era pequenininho. De lá viemos pro Prata que era muito longe, eu trabalhava na sede, cozinhava pra

peão, 12 peões, que foram reformar a sede, e era tudo eu. Eu tinha que dar conta da minha casa, conta da sede, e ainda cozinhar pra eles almoço, café e janta. Fiquei uns anos lá, aí viemos pra cidade. [...] Depois fui morar na fazenda Vera Cruz, indo pra Água Clara. [...] De Água Clara mudamos mais pro fundo, ali perto do Pombo, numa fazenda também. Na Vera Cruz eu trabalhava na sede também. Saí de lá e fui pra outra fazenda. Nessa fazenda não tinha sede. Morei mais uns dois anos, aí o patrão nos tirou de lá e nos levou pra Mirandópolis. Fiquei mais dois anos nessa fazenda. De lá, viemos pra cidade, voltei pra Três Lagoas. (Entrevista concedida à autora pela assentada Açucena, PA Pontal do Faia, Três Lagoas, fev. 2018).

Ela também relata sobre seus antepassados familiares ligados à terra, o que construiu sua ligação afetiva com o modo de vida camponês.

Meu pai fazia os canteiros de uma horta comunitária, quando a gente era menor, mas com o passar da idade ele começou a chamar a gente pra regar, e eu amava fazer isso. Por isso que sempre gostei de sítio. Aí eu ia, plantava, ali a gente tinha fartura pra nós. Molhava, capinava, ele trabalhava pra roça, então eu era responsável pela horta. Tudo o que você imaginar a gente tinha. Abobrinha, pepino, couve, alface, tudo que você imaginar tinha ali dentro. A gente tinha um quintal também, ele sempre gostou de ter frutas, como abacateiro, ponkan, tudo a gente tinha também. Se for ver aqui dentro do nosso lote, a gente tem um pouquinho de tudo também. Então acho que vem disso daí, porque a família dele é da Bahia, gente que gostava de fartura, né. (Entrevista concedida à autora pela assentada Açucena, PA Pontal do Faia, Três Lagoas, fev. 2018).

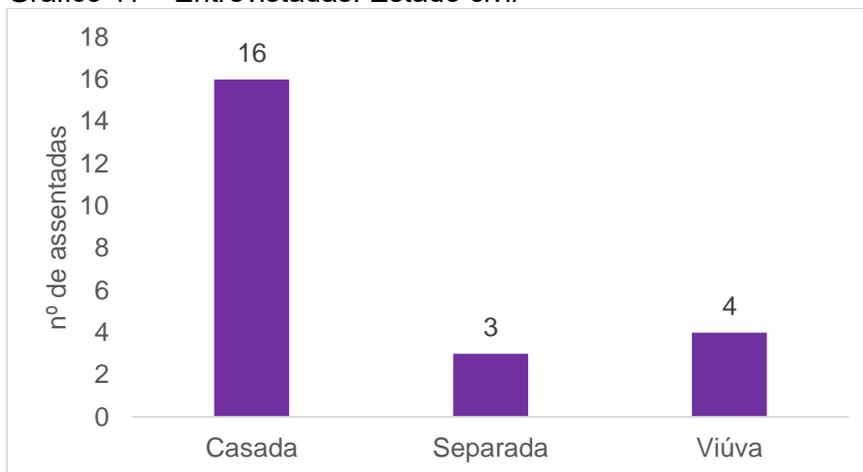
Outras entrevistadas afirmaram ter crescido na cidade, mas de maneira tal que os costumes do campo pudessem ser parcialmente mantidos e transmitidos à sua geração, criando uma nostalgia identitária, como podemos observar no trecho a seguir:

Só lembro assim, do que minha mãe me contava dela, do cafezal, do meu pai e tal, essas coisas. Então minha mãe criou a gente assim: toda a vida a gente teve um quintal bastante grande, né? Então toda vida minha mãe plantou roça, mandioca, milho, a gente ajudava, sabe? Então a gente foi crescendo assim com aquele gosto, né? Meu marido foi a vida inteira criado dentro de fazenda. Aí a gente sempre gostou, então começou a participar, até conseguirmos o nosso. (Entrevista concedida à autora pela assentada Rosa. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018)

Os casamentos aparecem nos relatos, em geral, como uma etapa obrigatória da vida que acontece antes dos 18 anos, e pautam o movimento seguinte. O casamento pode vir a romper com o desenvolvimento pessoal da mulher, levando-a a trabalhar para o recém formado núcleo familiar, muitas vezes sendo o momento de

abandono dos estudos. A maioria das entrevistadas (73%) é casada, como apresentado no gráfico 11; 13% são separadas, e 13% são viúvas.

Gráfico 11 – Entrevistadas: Estado civil



Fonte: a própria autora.

A ideia de acompanhar o marido é recorrente, motivada pela imposição social do papel naturalizado de submissão da mulher em um casamento, e aparece nos relatos a seguir:

Pesquisadora: Você disse que seu marido que queria vir pra cá, né? Que o sonho dele era morar no sítio. E o seu sonho, não era esse?

Buganvília: Assim, eu... eu estava pronta pra, se fosse pra ele ficar na cidade, eu ficaria. Se fosse pra vir, né, eu estava pronta pra acompanhar ele. Onde ele achasse melhor. Eu sempre morei em fazenda, sabe? Eu gosto de fazenda. (Entrevista concedida à autora pela assentada Buganvília. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Toda vida nunca falei não pro meu marido. Enfrentei muita coisa, e eu sempre fui criada em cidade grande. Fui pobre, mas em cidade grande. Mas eu sempre enfrentei as dificuldades, as coisas, pelos sonhos dele. Tudo que ele fez foi o sonho dele, né? Eu agora estou tentando fazer o meu. (Entrevista concedida à autora pela assentada Hortênsia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Era o sonho do meu esposo, ele vem de filhos e neto também de fazendeiros. E com o passar dos anos, eles perderam tudo, mas foi tudo lá no estado de São Paulo. Aí meu esposo quis se aventurar a morar aqui no Mato Grosso. Aí surgiu esse negócio do acampamento, ele falou "é o único jeito de a gente conseguir um pedaço de terra e tentar realizar meu sonho". (Entrevista concedida à autora pela assentada Hortênsia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Assim, os sonhos dos maridos podem ser determinantes para o movimento do núcleo familiar. Todavia, há também resistências quanto a seguir esses sonhos,

mudando o jogo das relações de poder. A assentada Dália é um exemplo, que se negou a fazer o caminho do marido e, posteriormente, encontrou uma maneira que estivesse de acordo com ela e com ele.

Toda vida o sonho do meu marido era ter uma terra. Lá em Três Lagoas ele ficou 8 meses acampado esperando terra. Não foi porque eu falei pra ele que eu não ia. Aí ele desistiu. No dia que eu fiz a entrevista com o pessoal do INCRA, ele não estava em Paranaíba, eu fui lá por isso, porque pensei assim, ele queria tanto a terra no outro assentamento que eu não quis ir, agora se vai sair aqui perto de Paranaíba, e ele vai perder pela razão de eu não ir lá fazer a entrevista. Porque se eu não fosse, ele ia perder. Aí eu fui por isso, pra ele não perder de pegar a terra que ele tanto sonhava. (Entrevista concedida à autora pela assentada Dália. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018).

Em outros casos, a decisão de lutar pela terra é feita de maneira conjunta, por um desejo mútuo do casal de ter a própria terra, como é o caso da assentada Caliandra:

A gente tinha uma chacarazinha de 1 hectare. Pequeninha. A gente produzia verdura, produzia as coisas ali dentro. Mas o marido tinha que sair fora pra trabalhar, e toda a vida tivemos vontade de ter uma terrinha maior, né. Foi aí que tivemos essa ideia de entrar pra conseguir uma terra maior. (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018).

No caso da assentada Guavira, sua motivação para a luta pela terra se deu pela possibilidade de libertação de uma relação abusiva, pois era constantemente ameaçada pelo ex-marido, após sua separação. Assim, a conquista da terra pode ser também a conquista da autonomia feminina.

E a vida foi assim. Eu trabalhei, cresci, estudei, **não terminei os estudos porque casei cedo, com 15 anos.** [...] Eu tive uma separação muito difícil. **Meu ex-marido vivia me ameaçando. Eu trabalhava na cidade, aí tive que ir embora.** Pedi as contas na cidade e fui embora. Fiquei sabendo do acampamento que tinha lá na Primavera, e fui pra lá. Arrumei meu barraquinho lá, tudo certo, vendi minha casa em Nova Andradina, e fui pra Batayporã. Comprei uma casa em Batayporã e fiquei morando lá. Aí fui trabalhar no sindicato, fazia diária, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Eles me ajudavam, eu ajudava eles. Aí que fiquei sabendo que eles iam vir pra cá, que tinha uma oportunidade aqui. Aí eu vim. E a oportunidade está aqui até hoje, graças a Deus. (Entrevista concedida à autora pela assentada Guavira, PA São Joaquim. Selvíria, fev. 2018. Grifos nossos).

As memórias relatadas dos tempos de acampamento se destacaram por dois aspectos principais: de um lado, as dificuldades passadas, considerando que muitas famílias ficam acampadas em condições bastante precárias, por muitos anos, como descrito a seguir:

Da época que estamos atrás de terra, ele ficou, entre ir e voltar, não só aqui mas no estado de São Paulo também, foram dez anos. **Até sair a terra foram dez anos lutando pra ter uma terra.** Começou em 1998. (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018. Grifo nosso).

No início é ruim, né? **Aqui não tinha casa, não tinha cerca, não tinha nada. Isso aqui era um deserto, não tinha uma árvore, não tinha uma sombra.** Aí nós viemos, com duas crianças, debaixo do barraco. A gente chegou a ficar no barraco, 30 dias mas ficou. Aí um dia fez duas partes da casa, aí os meninos já foram pra escola, com esse negócio de ele ficar aqui e eu na cidade não resolve, né. Acho que um casal tem que viver junto. Né? Que seja pra onde for, mas é junto. (Entrevista concedida à autora pela assentada Alfazema. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018. Grifo nosso).

(o acampamento) Não foi muito bom não, **a gente não gosta nem de lembrar, né?** Pra mim foi um pouquinho mais difícil porque eu tinha gado, e não tinha onde deixar. Então ficou lá comigo. Aí você não tinha dia, não tinha noite... de dia estava pastoreando, à noite tinha que ficar dormindo acordada, com medo de alguma vazar e ir pra pista. Aí a gente ficou só dois anos e meio no acampamento. Aí eu saí, fui arrumar um sítio pra alugar, e fiquei esperando nesses lugares. (Entrevista concedida à autora pela assentada Amarílis. PA 20 de Março, Três Lagoas, maio 2017. Grifo nosso).

No acampamento a gente passou dificuldade, chuva, sol, calor, poeira, porque beira de rodovia sem asfalto, né? Então eu valorizo muito o que eu tenho. Porque pela minha persistência eu sou uma heroína, sou uma mulher, como dizem os paraibanos, mulher macho sim senhor! (Entrevista concedida à autora pela assentada Íris. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018).

Por outro lado, relatou-se haver maior solidariedade entre as famílias, tanto no período de acampamento, quanto no começo da instalação do assentamento, épocas em que havia um espírito coletivo maior, centrado pelo objetivo comum da conquista da terra, uma identificação que fortalecia o sentimento de classe das/os sem-terra.

Ô vida! Era bem mais saudável, bem mais sadio, sabe? Você conversava com as pessoas, a gente jogava truco, tinha tempo. Hoje você não tem tempo, e é essa brigaiada toda, esse tititi. Mas era gostoso, hein! A gente ia ali pra baixo, até o Luís Akira³⁵ participava com a gente. Trazia troféu, medalha, a gente fazia corrida do saco, com colher com ovo na boca, pulava amarelinha... A gente fazia

³⁵ Político de Três Lagoas, já foi vereador, vice-prefeito, e hoje é vereador novamente.

galinhada, aqueles panelões de macarrão, jogava truço, a mulherada conversava... hoje a mulherada não conversa, só manda fofoca uma pra outra. (Entrevista concedida à autora pela assentada Lavanda. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Olha, quando a gente estava acampado, tinha mais amor. Um ajudando o outro, um cuidando das coisas dos outros, porque muitos só podiam vir quando tinha reunião. Então tinha mais colaboração, hoje não, hoje cada um tem o individualismo, cada um quer cuidar do que é seu, sem se preocupar com o próximo. E eu acho isso muito desumano. Porque nós dependemos de um vizinho, dependemos uns dos outros. (Entrevista concedida à autora pela assentada Íris. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018. Grifo nosso).

O acampamento é, em geral, um lugar de organização e gestão coletivas, de militância e resistência, onde todas as pessoas envolvidas participam de atividades em comum e compartilham o mesmo espaço cotidianamente. García (2004) aponta, em seu estudo no Pontal do Paranapanema, as diferenças entre o lugar da mulher no acampamento e no assentamento, destacando que a precariedade do barraco simplifica as tarefas domésticas. “Esta limitação repercute ampliando o tempo e espaço de convívio coletivo, propiciando as relações comunitárias por cima das familiares.” (GARCÍA, 2004, p. 72). Assim, as mulheres participam muito mais da vida coletiva do acampamento. Uma vez conquistado o lote, a autora observa que há um retorno à estrutura familiar nucleada, e as mulheres voltam a ser as responsáveis pelo espaço privado, a casa, reduzindo sua participação política.

A luta pela terra, dadas as condições de desigualdade social extrema que existe no Brasil, se mostra como única via possível de acesso à terra, negado à população geral. A Reforma Agrária é, assim, o principal caminho para a diminuição da miséria no Brasil, posto que as pessoas privadas de permanecerem na terra se veem forçadas a migrar aos centros urbanos, vivendo em situação precária. Também observamos a relação direta da questão agrária com os problemas ambientais, indígenas e sociais que afetam o país como um todo. Como aponta Silva (1981, p. 40), “a questão agrária permeia hoje uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira. No fundo, todos eles têm a ver com o caráter parasitário que atingiu a forma específica como se desenvolveu o capitalismo neste país.”

Para a assentada Íris, participar do movimento de luta pela terra fez com que ela mudasse sua percepção das ideias pré-concebidas que tinha acerca da questão agrária, e perceber que o caminho de luta é justo e o único viável.

Engraçado que quando eu viajava, porque gosto muito de viajar, e passava e via aqueles barracos, eu pensava "ô turma de gente vagabunda! Por que não vai trabalhar? O que está fazendo aí debaixo de um barraco de lona? Uma turma de preguiçoso". E eu fui parar justamente nessa turma. Que não é preguiçosa, são batalhadores, que lutam por seus ideais. Então eu mesma caí em contradição. Sou feliz aqui, porque se eu fosse trabalhar minha vida inteira eu não teria condições de comprar nem um alqueire. E eu ganhei 5 alqueires e meio. (Entrevista concedida à autora pela assentada Íris. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018)

Por fim, os depoimentos que transparecem o amor das assentadas pelo modo de vida camponês, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas para realizar essa reprodução, nos revelam também o valor afetivo envolvido na Reforma Agrária, para além das questões citadas anteriormente, tornando-se um reforço de sua importância no direito à vida dessas mulheres e famílias.

Se for pra eu ir pra uma cidade grande, eu vou deixar de viver. Porque aqui eu tenho toda a liberdade de estar indo e vindo sem me preocupar com assalto, com acidente. Cidade mesmo é só pra fazer as obrigações necessárias. E passear um pouco, dar uma arejada, mas aqui a gente areja muito mais a mente do que na cidade. (Entrevista concedida à autora pela assentada Íris. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018)

Tem momentos que a gente pensa "ah, estou estressada, vou sumir daqui, vou embora", mas na hora que cai a ficha, eu penso que não viveria em outro lugar que não fosse aqui. Pelo menos até o momento, eu penso assim. Eu gosto demais daqui, demais, muito mesmo. Eu sempre gostei do mato, da roça, tudo, mas jamais pensei que gostaria tanto desse lugar como eu gosto agora. (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

4.2 Mulheres e Políticas Públicas no Território Rural do Bolsão

As políticas públicas para a efetivação da reforma agrária são essenciais para a permanência das famílias assentadas em seus lotes; infelizmente, muitas delas têm sido falhas e escassas; mas há outras que têm tido muito sucesso e colaborado consideravelmente para reduzir as desigualdades sociais e de gênero. A seguir, veremos como algumas dessas políticas têm afetado as mulheres na área de estudo, tanto as voltadas especificamente para mulheres e para a superação das desigualdades de gênero, quanto as que abrangem o campesinato em geral.

4.2.1 PAA e PNAE

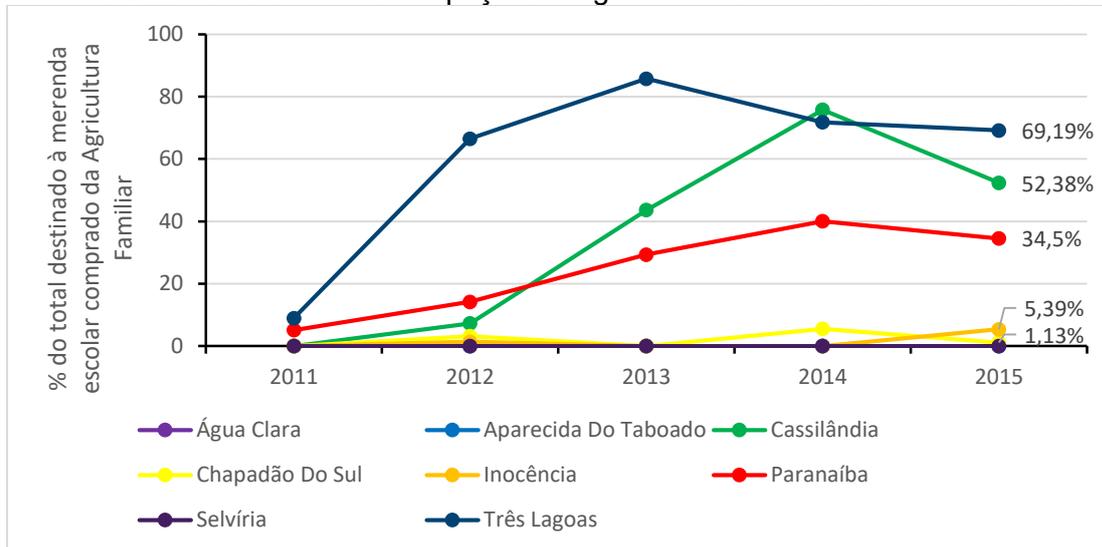
O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, faz parte do programa do Governo Federal intitulado Fome Zero, que atende pessoas em situação de insegurança alimentar, por meio da compra institucional de alimentos oriundos da Agricultura Familiar. O programa, além de atender a população carente, e fomentar o campesinato local, estimula a produção de alimentos sem venenos, pois pode pagar até 30% acima do valor de mercado caso os produtos sejam orgânicos ou agroecológicos. O PAA atende diretamente as mulheres do campo, pois muitas delas têm vendido seus produtos a esse programa, incrementando sua renda e estimulando a produção de alimentos nos lotes/sítios. No Território Rural do Bolsão, em 2015, das 643 famílias, apenas 20 acessaram o PAA - todas eram do PA 20 de Março, em Três Lagoas (INCRA, 2015). O PAA se tornou exemplo para outros países que têm implantado programas semelhantes, buscando fortalecer a agricultura familiar e reduzir a exclusão social.

Outro importante canal de venda de produtos agrícolas tem se dado por meio do Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE), que desde 2009 prevê que ao menos 30% da compra de alimentos para abastecer as escolas públicas seja proveniente da agricultura familiar, sendo essa aquisição de caráter obrigatório, conforme o artigo 14 da Lei nº 11.947. Dessa maneira, o PNAE fortalece as economias locais e valoriza os produtos regionais. Para tanto, é importante que os municípios criem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), e que agricultores/as participem do mesmo, assim como nutricionistas responsáveis pelo cardápio das escolas públicas, permitindo que haja entendimento entre quem produz e quem elabora os pedidos de compra. Assim como o PAA, o PNAE tem estimulado a produção agroecológica, e melhorado a renda das assentadas e dos assentados.

No TR do Bolsão, em 2015, foram destinados R\$ 1.528.514,40 à Agricultura Familiar local através do PNAE, equivalentes a 43% da verba total destinada à merenda escolar, de acordo com dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE). No gráfico 12, vemos que os municípios de Três Lagoas, Cassilândia e Paranaíba se destacam na compra de alimentos da agricultura familiar via PNAE. Três Lagoas e Paranaíba possuem assentamentos de reforma agrária, o

que reforça a importância destes na produção de comida de qualidade para abastecer os mercados locais.

Gráfico 12 - TR do Bolsão: Participação da Agricultura Familiar nos recursos do PNAE



Fonte: FNDE, 2015. Organizado pela autora.

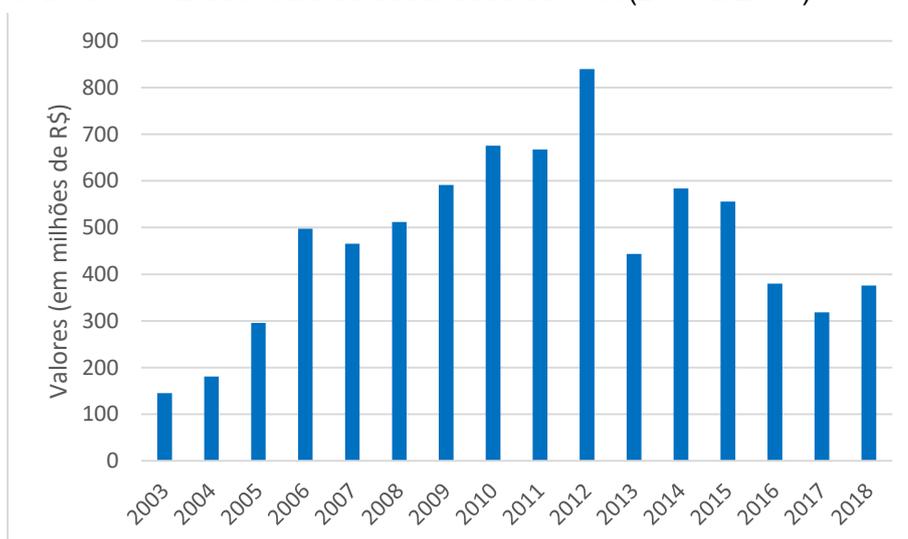
No entanto, é possível verificar que os demais municípios não estão cumprindo a obrigatoriedade mínima prevista em lei. Isso se dá, em parte, pela falta de apoio à agricultura familiar pelo Estado, deixando o campesinato local desassistido e com dificuldades estruturais, técnicas e burocráticas que impedem o acesso aos editais, assim como a morosidade dos órgãos responsáveis por articular possíveis soluções. Também há questões políticas envolvidas, com editais mal elaborados, e preferências por cooperativas de São Paulo.

De qualquer forma, os mercados institucionais, além de beneficiarem as famílias por meio da renda direta proporcionada, têm permitido que as/os assentadas/os estabilizem sua produção, não mais vendendo apenas os excedentes que são cultivados para a própria família e, a partir disso, passem a participar de feiras e outros canais de comercialização, abrindo-se mais portas de vendas.

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (apud COSTA, 2017), os valores de repasse do PAA têm apresentado quedas a partir de 2012, o ano de maior repasse para o programa desde sua criação, chegando a R\$839,2 milhões, como demonstra o gráfico 13. A partir daí, os valores foram reduzidos, o que tem levado a um aumento considerável da insegurança alimentar no país. Se, em 2014, o Brasil saiu do mapa mundial da fome elaborado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), após colocar

a questão da fome no centro da agenda política desde 2003, principalmente por meio da implementação do programa Fome Zero, a partir de 2016 vemos esse quadro se revertendo progressivamente.

Gráfico 13 – Brasil: Valores destinados ao PAA (2003 a 2018)



Fonte: MDE, apud COSTA, 2017.

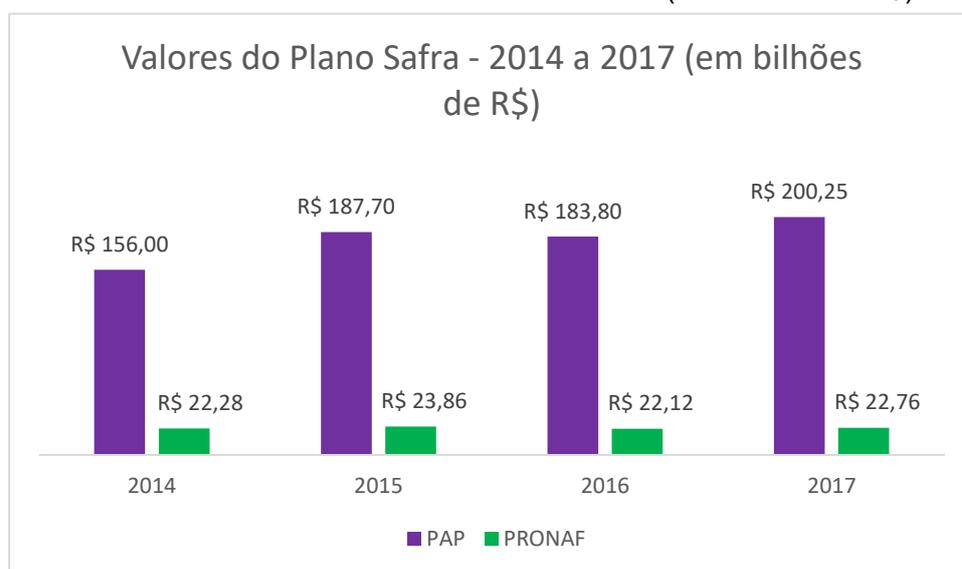
Em 2017, o governo Temer anunciou a redução de 98,7% da verba destinada ao PAA, o que seria a morte definitiva do programa e afetaria milhares de famílias, tanto as agricultoras quanto as que recebem as doações do PAA e estão em situação de insegurança alimentar. Devido à grande mobilização dos setores envolvidos, com destaque para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), foi possível revogar a decisão, e o programa foi mantido em 2018 (PROGRAMA, 2017). Porém, as ameaças ao PAA seguem, tendo em vista a política de cortes de programas sociais e o alinhamento a uma agenda neoliberal adotado no país a partir de 2016.

4.2.2 PRONAF-Mulher

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado na década de 1990, constituído por várias modalidades, que visam oferecer crédito para fomentar a Agricultura Familiar. A modalidade PRONAF-Mulher está em vigor desde o Plano Safra 2004/2005, oferecendo uma linha de crédito específica para as mulheres rurais.

O chamado Plano Safra é o sistema de crédito do Estado para financiar as atividades rurais do Brasil. Ele se divide em dois programas: o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O primeiro é voltado aos grandes e médios produtores (agronegócio), e o segundo, à agricultura familiar. No gráfico 14, podemos ver os valores destinados aos dois programas nos últimos quatro anos.

Gráfico 14 - Valores do Plano Safra - 2014 a 2017 (em bilhões de R\$)



Fonte: MDA e MAPA. Organizado pela autora.

Analisando o Gráfico 14, fica visível a predileção do Estado em fomentar o agronegócio em comparação à agricultura familiar, cedendo entre 9 e 10 vezes mais recursos ao PAP que ao PRONAF. Como aponta Oliveira (2016), a ordem econômica do Estado é pautada pelo capital mundial, e apoiada pelas elites nacionais, prezando-se o lucro máximo sobre a soberania alimentar do país e o bem estar social da população. Não é de se espantar que a fome no Brasil tenha aumentado nos últimos anos. Quanto ao campesinato, embora os recursos do PRONAF sejam brutalmente menores, segue resistindo e sendo o maior responsável pelo abastecimento de alimentos em nossas mesas.

O PRONAF-Mulher é uma linha ainda pouco utilizada pelas assentadas. Menegat (2016) fez uma pesquisa para verificar se as mulheres dos assentamentos do Mato Grosso do Sul estavam acessando o PRONAF-Mulher, e levantou dados de 73 assentamentos do estado junto à AGRAER. A autora revela o pequeno acesso à linha de crédito, seja pela falta de divulgação, seja pelas dificuldades impostas pelos

bancos para fornecer o empréstimo às mulheres ou, até mesmo, pelos próprios critérios estabelecidos pelo programa, que inviabilizam seu acesso. No TR do Bolsão, identificamos os mesmos problemas. De acordo com a AGRAER de Três Lagoas, apenas uma mulher acessou essa linha de crédito, e ela não era assentada da reforma agrária, mas sim, pequena agricultora, com condições socioeconômicas melhores que as assentadas.

Sendo assim, em nosso entender, se faz necessário rever como essa política pública está estabelecida, buscando adequá-la às realidades do campo e permitir real acesso das mulheres a uma ferramenta que poderia estimular seu crescimento e autonomia. Outro problema identificado é o atendimento deficitário da AGRAER em todos os assentamentos visitados, dada a própria precarização do órgão, como denunciado nos relatos do item 3.4.

4.2.3 PROINF Mulher

O Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) foi criado juntamente com a política de Territórios Rurais, repassando recursos para obras de infraestrutura e que viabilizem serviços de apoio à agricultura familiar.

O PROINF Mulher é a modalidade que pode ser acessada por meio da criação, nos Territórios Rurais, do Comitê de Mulheres, e seus recursos variam anualmente, conforme editais lançados pelo MDA. Essa modalidade foi acessada no TR do Bolsão pela primeira vez em 2016, após a criação do Comitê de Mulheres pelo Colegiado Territorial do Bolsão, oferecendo apoio para propostas de até R\$ 100.000,00 por Território. Em uma reunião do Comitê, foram apresentados os projetos dos diferentes municípios, e as mulheres elegeram consensualmente qual município seria beneficiado, por meio de franco diálogo. O município de Três Lagoas foi contemplado, aprovando o projeto de um barracão para entreposto de produtos hortifrutigranjeiros, com intuito de atender os PAs 20 de Março e Pontal do Faia, além do Cinturão Verde do município.

No entanto, apesar de o representante do poder público do município garantir que o mesmo estava adimplente perante o Governo Federal, ou seja, sem dívidas que pudessem impedir o acesso aos recursos do PROINF Mulher, recebemos a

informação, meses depois, que o projeto havia sido barrado por problemas de inadimplência da Prefeitura Municipal. Sendo assim, o recurso não foi acessado, e os demais municípios que apresentaram propostas também não tiveram o direito de fazê-lo, tornando os esforços e deslocamentos de todas/os para discutir e elaborar planos em vão.

Novamente, questionamos a efetividade das políticas públicas, o que nos leva a refletir que os direitos das mulheres são feitos pelos homens, ainda hoje. O Estado é patriarcal, e os direitos das mulheres as colocam não como sujeitos de suas próprias vidas, e sim como objetos dos direitos dos homens. Sendo assim, nos perguntamos: como é possível uma emancipação real das mulheres em um mundo que é regido por homens?

Para tanto, compreendemos as limitações agudas das políticas de gênero, pois elas são elaboradas dentro de uma política patriarcalista, por mais que tenham sido conquistadas com muitas lutas feministas. Compreendendo a relação do capitalismo com a exploração feminina, não vemos possibilidade de uma verdadeira emancipação das mulheres dentro desse sistema econômico/político/social.

O fato mais recente e marcante, que ilustra a dominação política masculina é, para nós, o golpe legislativo aplicado contra a então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, resultando em seu *impeachment*, sendo substituída pelo vice-presidente Michel Temer.

No primeiro dia de seu mandato, Temer retirou todas as ministras mulheres, construindo um ministério exclusivamente masculino, o que não se via há quase 40 anos no Brasil, além de extinguir, por meio da Medida Provisória nº 726, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), criado pela Presidenta Dilma, em 2015; em seu lugar, Temer criou o Ministério da Justiça e Cidadania. Podemos ver, na figura 14, a diferença simbólica de representatividade feminina nas fotos registradas durante o pronunciamento de Dilma Rousseff após seu afastamento, em 2016, e na posse de Michel Temer.

Figura 14 - Comparativo de representatividade feminina entre as ministras e ministros de Dilma Rousseff e de Michel Temer



Fonte: Redação Marie Claire, Reprodução Instagram, 2016.

A imagem com Dilma rodeada de ministras nos ilustra o fato de que seu governo foi o que teve maior participação feminina na Esplanada, somando 18 ministras ao longo dos 5 anos e meio de mandato (MELITO, PASSOS, 2016). A imagem de Temer também é bem ilustrativa quanto à composição de seu ministério.

Além dos inúmeros ataques misóginos sofridos por Rousseff ao longo de seu mandato, Zdebskyi, Maranhão e Pedro (2015) destacam a concepção conservadora quanto ao papel da mulher na política e sociedade brasileiras que se reafirmaram com a posse de Temer, tanto pelo próprio governo quanto pela grande mídia. Em substituição a uma mulher presidenta, exercendo protagonismo político, foi apresentada uma primeira-dama com os valores que deveriam pautar o lugar da mulher na sociedade: “bela, recatada e do lar”. A ex-presidenta Dilma, em seu

discurso de despedida do cargo, destacou o caráter machista do golpe judiciário, acrescentando uma mensagem de sororidade³⁶ e esperança para as mulheres:

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que **acreditem que vocês podem**. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. **Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.** (ROUSSEFF, 2016, n.p., grifo nosso).

4.2.4 UFMS

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, enquanto instituição pública que tem como princípio atuar com ensino, pesquisa e extensão, participa ativamente na sociedade em que está inserida, promovendo transformações sociais por meio da Extensão Universitária. Neste sentido, a interação entre o Campus de Três Lagoas da UFMS e o campesinato do município tem sido bastante frutífera. A partir de 2015, sob coordenação da Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida, têm sido elaborados diversos projetos de extensão em parceria com associações camponesas locais, buscando criar vias para fomentar e apoiar sua permanência na terra, principalmente por meio da criação de mercados sociais e projetos voltados à comercialização dos produtos da agricultura familiar, pautados nos princípios da transição agroecológica.

O primeiro projeto criado nesse contexto, intitulado “Dinamizando a agricultura familiar e o consumo agroecológico em Três Lagoas-MS (2015)”, consistiu na criação de um Grupo de Consumo dentro da UFMS de Três Lagoas para a venda de sacolas semanais (figura 15), compostas de 7 produtos de hortifrúti que variam de acordo com a época do ano e a produção dos/as assentados/as que as fornecem, do PA 20 de Março.

³⁶ O conceito da sororidade está relacionado ao sentimento de solidariedade entre as mulheres, através de uma rede de apoio mútuo que busca eliminar formas de opressão patriarcal. Dessa maneira, exige-se a consciência da misoginia e um esforço contínuo para superá-la, primordialmente como a superação das formas de opressão exercidas entre as próprias mulheres, incentivadas pela cultura patriarcal (BECKER, BARBOSA, 2016).

Figura 15 – UFMS Três Lagoas: Entrega de sacolas agroecológicas do Grupo de Consumo



Acervo LABET, 2016.

Com a consolidação do Grupo de Consumo, que chegou a ter um grupo fixo de mais de 60 consumidores/as, se percebeu que era possível dar um passo além e iniciar uma feira livre dentro da Universidade. Assim, por meio do projeto “Feira de produtos em Transição Agroecológica da agricultura camponesa em Três Lagoas-MS”, iniciou-se uma feira de frequência semanal, no Campus II, em parceria com a Associação dos Agricultores(as) Familiares do PA 20 de Março. Em 2017, o projeto se estendeu ao Campus I, que passou a contar também com uma feira semanal, em parceria com a Associação de Produtores do Campo (ASPROCAMPO), de Arapuá³⁷.

A relação das mulheres camponesas com as feiras é direta, haja vista que são elas, majoritariamente, que vêm à cidade vender os produtos, como podemos observar na figura 16, com as duas assentadas do PA 20 de Março que fazem a feira no Campus II, e na figura 17, com o grupo de mulheres de Arapuá que participou da feira no Campus I (esta última foi interrompida no final de 2017).

³⁷ A ASPROCAMPO, criada em 2016, é composta majoritariamente por mulheres (19 mulheres e três homens), sendo também expressão do protagonismo feminino no campo na área de pesquisa (BORZONE, 2017). No entanto, ela é formada pelo campesinato tradicional de Arapuá, distrito de Três Lagoas, e optou-se por não ser incluída na presente pesquisa, que se focou no campesinato dos assentamentos de reforma agrária.

Figura 16 - UFMS/CPTL - Campus II - Feira Agroecológica



Acervo LABET, 2016.

Figura 17 - UFMS/CPTL - Campus I: Inauguração da Feira Agroecológica



Acervo LABET, 2016.

Além da troca financeira, aumentando a renda semanal das/os camponesas/es, destaca-se a troca afetiva que têm acontecido ao longo desse período, entre as feirantes e a comunidade acadêmica, fortalecendo os vínculos entre quem produz e

quem consome, um dos princípios da economia solidária, assim como fortalecendo a autoestima das mulheres, que passam a ser valorizadas como agricultoras, como assentadas, como mulheres que trazem alimentos de qualidade à cidade. Por sua vez, os/as consumidores/as podem trazer mais consciência política à sua alimentação e romper preconceitos, conhecendo mais sobre as pessoas que compõem o campesinato local³⁸. No depoimento a seguir, Margarida relata as mudanças ocorridas em seu núcleo familiar decorrentes da feira.

O primeiro espaço da nossa feira foi dentro da faculdade, juntamente com o apoio das meninas, da professora Rose, do professor Miê, abriu esse espaço pra nós lá na faculdade, a gente traz nossos produtos e traz também da comunidade. E está sendo um sucesso! Através disso abriu mais um espaço no condomínio. A minha filha não sabia vender, não gostava de vender, eu falei “Eu vou, mas eu vou passar pra você, você vai aprender”. Ela tinha vergonha de vender, eu falei “Não, nunca vi uma agricultora que não quer vender seus produtos”. E hoje ela ama o que está fazendo, hoje ela faz três feiras, e falou que nunca mais ela para de trabalhar em feira. Meu genro também, hoje ele trabalha muito bem, hoje ele tá sendo o coordenador do grupo das hortas, então ele não sabia mexer com a terra e hoje ele tá dando aula pro povo lá dentro, ensinando a comunidade. (Depoimento da assentada Margarida gravado pela autora na mesa redonda “Mulher é Verbo de Luta”. Três Lagoas, mar. 2017)

Na figura 18, podemos observar a grande movimentação da feira no Campus II, que atrai semanalmente estudantes, docentes, servidores e técnicos/as, além de público externo à UFMS.

³⁸ Mais informações sobre esses projetos de extensão da UFMS em: www.facebook.com/agroecologiacptl

Figura 18 – Público na Feira Agroecológica na UFMS/CPTL



Acervo LABET, 2017.

Em 2017, deu-se início a um novo projeto, agora de pesquisa com financiamento do CNPq, envolvendo o PA 20 de Março, intitulado “Implantação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão-MS”, contando com muitas parcerias, a exemplo da AGRAER, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Este projeto prevê a criação de bancos de sementes crioulas e a produção de caldas defensivas e biofertilizantes, fortalecendo a transição agroecológica e a soberania alimentar das famílias envolvidas, assim como da região, dialogando com as pautas de outros movimentos camponeses do mundo.

Por fim, o projeto do NEDET, coordenado pelo Prof. Dr. Sedeval Nardoque, abordado no item 3.2, também contou com ampla participação da UFMS de Três Lagoas. Sendo assim, consideramos que há várias interações visando o fortalecimento do protagonismo das mulheres do campo na área de estudo junto à UFMS, por meio dos projetos de extensão e pesquisa.

4.3 O Comitê de Mulheres e os Encontros das Mulheres Camponesas do Bolsão

A história de implantação do Comitê de Mulheres é uma das vertentes do que chamamos de protagonismo das mulheres no Território Rural do Bolsão. Como mencionado anteriormente, a criação do Comitê ocorreu em junho de 2015, durante uma plenária do Colegiado do Bolsão, vinculada às ações do NEDET/Bolsão, fomentada principalmente pelas vantagens econômicas que advinham da existência desse e dos demais comitês temáticos (a saber: Comitê de Jovens e Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais), pois os recursos disponibilizados pelo PROINF é maior conforme os comitês são formados, além de haver um PROINF específico para mulheres, de maneira a estimular a criação desses espaços. Nessa plenária, havia poucas mulheres presentes, e o comitê foi formalizado com apenas duas membras, com o objetivo de se expandir por meio do trabalho de base nos assentamentos.

Apesar de seu início mais burocrático, a continuação do Comitê de Mulheres superou as formalidades e permitiu que mulheres de vários lugares do Território se agrupassem, constituindo importante espaço para diálogo e união desses sujeitos.

A partir da criação do Comitê, pensamos que o próximo passo para se fortalecer o mesmo seria por meio da realização de um encontro das mulheres do TR do Bolsão. Com isso, foi organizado o encontro, intitulado “1º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão”, em parceria do NEDET e da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário de Mato Grosso do Sul (DFDA-MS) com a Secretaria de Educação de Paranaíba (BORZONE, ALMEIDA, NARDOQUE, 2017). Essa aproximação se deu principalmente pelo curso de Especialização em Educação do Campo, oferecido pela UFMS, em caráter “à distância”, permitindo que haja um grupo integrado de profissionais da educação na região do Bolsão que trocam informações acerca da importância da Educação no/do Campo, no processo de (re)criação camponesa.

Assim, professoras e professores da Educação de Paranaíba que trabalham nas escolas rurais foram os grandes sujeitos sociais da organização desse encontro, que aconteceu em 18 de março de 2016, no município de Paranaíba, no Sindicato Rural, contando com mais de 300 participantes. Havia grande presença de crianças e jovens das escolas rurais, que participaram com apresentações culturais organizadas pelas/os professoras/es, além de colaborarem na decoração do evento, montando um cenário rural, e exibindo trabalhos manuais que as crianças fizeram, evidenciando o valor que o campo representa para elas (figura 19)³⁹.

Figura 19 – 1º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, em Paranaíba: Ilustrações feitas por estudantes de escolas do campo



Acervo LABET, 18 mar. 2016.

Pensando nas relações de poder da questão agrária, é uma grande contradição que a festa que fomenta o campesinato tenha sido realizada na sede dos representantes da agricultura capitalista, qual seja, o Sindicato Rural. Tal sobreposição temporária de espaços é emblemática e permite que vejamos as camadas de poder envolvidas, assim como o domínio do território e ocultamento da conflitualidade das organizações que atuam sobre ele, uma vez que os sindicatos de trabalhadores rurais (mais próximos ao campesinato) raramente dispõem da mesma infraestrutura em uma sede urbana, em comparação aos sindicatos rurais.

Também nesse encontro, outra situação igualmente emblemática: foi formada uma mesa de abertura, com representantes dos grupos envolvidos na realização do

³⁹ As fotos de todos os encontros estão disponíveis em: www.facebook.com/terraterritorio

evento: a delegada da DFDA-MS; o professor vinculado à UFMS, coordenador do Projeto de Extensão do NEDET; representante da AGRAER, das escolas do campo, e da Secretaria de Educação de Paranaíba.

O prefeito de Paranaíba havia confirmado presença na mesa, porém não compareceu. Em meio às falas de abertura, o prefeito chegou, com trajes típicos de fazendeiro, e o microfone foi retirado pelo cerimonial de forma abrupta do professor, que estava falando ao público, para priorizar a fala (e o poder) do prefeito. Este defendeu a agricultura, referindo-se ao agronegócio, como modelo homogeneizador; em seguida o microfone voltou ao professor.

O evento seguiu seu curso, mas pequenos atos como esse são bastante representativos para observarmos as relações de poder em um campo simbólico: a fala que é mais importante, ou que tem o poder de interromper a outra; o coronelismo naturalizado nos poderes locais; a defesa política do agronegócio apresentada de maneira a ignorar as conflitualidades e tratar o campesinato como iguais, como “pequenos produtores”, em perigoso discurso empreendedorista, negador do problema agrário.

Para além desse episódio, foi organizada uma feira de produtos das camponesas, onde se apresentou a rica variedade da indústria doméstica e da agricultura familiar do TR do Bolsão, por meio da comercialização de artesanatos de vários tipos, hortaliças, legumes, derivados como pães, bolos, doces e queijos, pimentas, frutas, entre outros. A população de Paranaíba pôde visitar a feira e adquirir esses bens de produção local, gerando grande movimentação no evento.

Houve uma fala que ficou marcada na memória de várias mulheres, na qual a palestrante Lauriene Seraguza, professora da UFGD, foi traçando uma linha da vida imaginária de uma mulher do campo, e montando a linha a partir dos depoimentos das presentes (figura 20).

Figura 20 - 1º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, em Paranaíba: Professora e as mulheres compartilhando histórias de vida



Fonte: Acervo LABET. 18 mar. 2016.

Desde o nascimento na roça, a idade em que frequentaram a escola (ou não), a idade em que começaram a trabalhar, e como; a idade em que se casaram ou tiveram filhos/as. As falas foram envolvendo a todas, e revelando, entre muitas histórias, uma história de vida comum de muito trabalho e pouco tempo para estudo e lazer. Conforme uma mulher contava sua história, as outras iam se sentindo à vontade para compartilhar também, e o microfone rodou várias vezes pelo salão. Foram problematizadas questões relativas ao trabalho (“Quem aqui trabalha? E quem ajuda o marido?”), à liberdade pessoal (“Quantas não puderam vir hoje porque o marido não deixou? Quantas podem sair quando querem? Quantas cuidam do dinheiro? Quem pode usar batom vermelho?”), à divisão desigual de tarefas. O clima era provocativo e instigante, e passaram alguns meses até que pudéssemos ter a confirmação do acerto da fala: ao perguntar, em outra reunião para organizar o próximo encontro, sobre quem elas gostariam que viesse palestrar, muitas se animaram, dizendo enfaticamente “A psicóloga! Traz a psicóloga do batom vermelho!”.

Para o 2º Encontro, as mulheres disseram que este deveria ser realizado em um assentamento, para trazer o público da cidade à realidade delas. Assim, ainda durante o 1º Encontro, algumas mulheres do PA Pontal do Faia se dispuseram a ser as anfitriãs do próximo, e foi decidida uma data possível. Importante salientar que

essas decisões foram tomadas coletivamente, no salão central na finalização do 1º Encontro, onde muitas mulheres que não se conheciam opinaram e chegaram a uma decisão de maneira bastante orgânica e horizontal, ouvindo e sendo ouvidas. Por fim, também surgiram novas membras que se interessaram em compor o comitê, apresentando-se ao longo do evento e demonstrando o grande interesse das mulheres na participação política.

No dia 29 de outubro de 2016, foi realizado o 2º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, reunindo cerca de 200 pessoas no PA Pontal do Faia. Sua organização envolveu o trabalho comunitário de muitas famílias do assentamento, homens e mulheres, jovens e adultos/as. Ao redor da sede da associação, foram levantados barracões e tendas para abrigar o público, a feira expositiva e o espaço de falas (figura 21). Este evento contou com o apoio da Fibria, a pedido das assentadas, que montou duas grandes tendas, aumentando a área coberta.

Figura 21 – PA Pontal do Faia, Três Lagoas: 2º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão; feira ao fundo.



ARAÚJO, Janaína. 29 out. 2016.

Apontamos, mais uma vez, as contradições presentes na realização dos encontros: a empresa responsável pela concentração da terra e do poder se faz presente nos eventos camponeses, e em grande parte dos projetos que hoje fomentam o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos. Embora se

saiba que os projetos realizados são contrapartidas sociais obrigatórias, exigidas para a venda da celulose no mercado internacional, a propaganda é feita de tal maneira que as empresas passam a imagem de grandes benfeitoras da região, como destaca Kudlavicz (2010). Devido ao descaso da PNRA pelo Estado, os projetos realmente têm trazido melhorias diretas para a população assentada; porém, mascaram a contradição e a desigualdade das duas lógicas distintas que atuam sobre o território.

Outro fato notório do 2º encontro foi a presença das mulheres Ofaié. O território original da etnia Ofaié compreendia as margens a oeste do Rio Paraná, e outros rios próximos, com áreas coincidentes do que definimos hoje como a região Leste de MS. Esse povo se organizava em diversos grupos, e estima-se que contava com cerca de dois mil indivíduos no início do século XX; hoje, existem menos de 60 pessoas, agrupadas em uma única aldeia indígena sem acesso ao rio, demarcada no município de Brasilândia, após sua quase dizimação motivada pelas disputas de terra com a oligarquia rural dos séculos XIX e XX (DUTRA, 2011). Sendo assim, a presença dessas mulheres no encontro trouxe a história à tona, e de maneira tristemente significativa: elas foram, por meio de projeto organizado pela Fibria, para venda de seus produtos, feitos com esse projeto (figura 22).

Figura 22 – PA Pontal do Faia, Três Lagoas: Mulher da etnia Ofaié presente no 2º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão.



ARAÚJO, Janáina. 29 out. 2016.

A presença dessas mulheres indígenas ficou restrita ao espaço do comércio do artesanato – reducionismo que representa um deslize da organização do evento, da qual participamos. Se, por um lado, puderam expor seus artesanatos, ouvindo falas enriquecedoras sobre direitos das mulheres, violência doméstica e políticas públicas para mulheres do campo. Por outro, não foram ouvidas como sujeitos. Justo elas, que são as primeiras mulheres que ocuparam esse território. As injustiças raciais gritam.

No 3º Encontro, realizado dia 11 de março de 2017, a cerimônia de abertura mostrou a riqueza do que estava acontecendo. Havia uma representante de cada um dos assentamentos do Bolsão (com exceção do PA Aroeira), além de outras comunidades rurais, e outros/as representantes do poder público. Eram muitas pessoas, como vemos na figura 23, simbolizando o crescimento do encontro, contando com cada vez mais participantes, apesar das adversidades para sua realização.

Figura 23 – PA São Joaquim, Selvíria: Cerimônia de abertura do 3º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão



Acervo LABET. 11 mar. 2017.

Em pé, da esquerda à direita: Coracy Lima (PA São Joaquim), Laíza de Souza (Prefeitura de Selvíria), Adriana Mansano (DFDA/MS), Rosemeire A. de Almeida (UFMS Três Lagoas), Sedeval Nardoque (UFMS Três Lagoas), Neli Cordeiro (PA 20 de Março), Dona Rosalina (PA Pontal do Faia), Eliane (diretora da Escola Municipal Rural São Joaquim), Seu Canudo (Cinturão Verde de Três Lagoas), Irany da Silva (PA Serra), Josina de Souza (PA Alecrim) e Licimar Alves (PA Canoas).

Esse encontro foi realizado também em um assentamento, o PA São Joaquim. A partir do primeiro encontro realizado em um assentamento, foi marcante a vontade das mulheres de receberem um dos encontros, de serem as anfitriãs em seus próprios

assentamentos. Por meio dos encontros, as mulheres relatam o resgate de identidades e valores, fortalecendo seu protagonismo, como no depoimento de Margarida:

Amamos muito esses encontros porque eles nos valorizam, e cada um vai conhecendo as nossas dificuldades, e passando para os outros. [...] Eu agradeço muito esses movimentos da mulher camponesa, isso está nos resgatando. Eu amei! Eu fui na primeira vez no Pontal do Faia, e agora lá no São Joaquim, e não vejo a hora de ter outro, porque aí nós ficamos sabendo dos nossos direitos, principalmente nós da Reforma Agrária. (Depoimento da assentada Margarida gravado pela autora na mesa redonda “Mulher é Verbo de Luta”. Três Lagoas, mar. 2017)

O encontro do PA São Joaquim contou com ótimas contribuições sobre lutas e direitos das mulheres, trocas de informação sobre dificuldades e vantagens de participar dos mercados institucionais, informações sobre saúde sexual com a presença do curso de Enfermagem da UFMS, além de espaços de expressão criativa para as mulheres assentadas: duas poetisas locais se revelaram, e espalharam sua voz e ideias entre o público. Houve também a participação da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Selvíria, com a encenação de uma esquete teatral cômica que questionava os papéis de gênero no campo. O prefeito de Selvíria esteve presente, disposto a dialogar e buscar soluções a alguns dos problemas levantados pelas camponesas.

Ao final do encontro, foi feita outra reunião com o Comitê de Mulheres, cada vez mais volumoso, como vemos na figura 24, para definir as diretrizes do encontro seguinte.

Figura 24 – PA São Joaquim, Selvíria: Reunião do Comitê de Mulheres no 3º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão



Acervo LABET, 11 mar. 2017.

Assim, ao final de cada encontro, o Comitê de Mulheres define, conjuntamente, o local, a data e os principais temas a serem abordados no encontro seguinte. Também é feita a divisão de atribuições entre os assentamentos, assim todas elas participam da elaboração dos encontros, conforme o que for designado pelo grupo. Não há hierarquias ou cargos específicos.

O 4º Encontro aconteceu no PA Canoas que, como já dito, está em condições bastante precárias. No entanto, com muito trabalho da associação, foi montada uma grande estrutura para receber o evento, como vemos na figura 25. A chuva não desanimou a comemoração, que contou inclusive com uma sanfoneira do assentamento, acompanhada de amigos violeiros. Os protagonismos vão se expandindo a cada encontro.

Figura 25 – PA Canoas, Selvíria: 4º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão



Acervo LABET, 22 out. 2017.

Dentre os temas, o Comitê, a princípio, havia apontado o interesse em uma fala sobre violência contra a mulher; após poucos dias, elas optaram por trocar por alguém que pudesse esclarecê-las sobre as mudanças que estavam sendo feitas nas leis com a Reforma Trabalhista e a Reforma Tributária, realizadas pelo Governo Federal em 2017; essas reformas foram tão violentas para as mulheres do campo a ponto do tema se sobrepor ao necessário diálogo sobre a violência doméstica.

O encontro do PA Canoas também contou com a participação de uma militante do MST, assentada no interior de São Paulo, que trouxe vários debates feitos dentro do Coletivo de Gênero do MST para o encontro do Bolsão, muito bem recebidos pelas presentes; fruto da riqueza das trocas entre camponesas, em experiências diferentes, porém com enfrentamentos diários muito semelhantes.

O 5º e último encontro até a finalização dessa dissertação foi realizado dia 10 de março de 2018, próximo ao Dia Internacional da Mulher, trazendo a reflexão sobre as condições das mulheres no mundo atual. O encontro aconteceu no PA Serra, e foi organizado majoritariamente pelas próprias assentadas, com parcerias da UFMS de Três Lagoas, da Prefeitura de Paranaíba e do Sindicato Rural de Paranaíba, repetindo o diálogo de apoio entre o órgão patronal e as/os assentadas/os que ocorreu no primeiro encontro, também em Paranaíba. Todavia, com marcada diferença: desta vez, o encontro aconteceu no assentamento – território dos sujeitos.

Esse foi o primeiro encontro em que a cerimonialista era uma assentada (figura 26), denotando a participação cada vez maior das assentadas para organizarem e pautarem o que desejam desses encontros.

Figura 26 – PA Serra, Paranaíba: Cerimônia de abertura do 5º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão



Acervo LABET, 10 mar. 2018.

Houve também muita participação de todo o assentamento: jovens, crianças, idosos, homens e mulheres se reuniram para celebrar o evento e participar das atividades, tornando-se um grande dia de festa. A fartura das refeições em todos os encontros é sinal da abundância da vida no campo, e da fertilidade encontrada no trabalho coletivo (figura 27).

Figura 27 - PA Serra, Paranaíba: Café da manhã do 5º Encontro das Mulheres



Acervo LABET, 10 mar. 2018.

A respeito das opiniões delas sobre os encontros, encontramos depoimentos muito positivos:

Dália: Cada palestra que a gente ouve, eu lembro em Paranaíba, tanta coisa que a gente tem direito e não sabia! Muito, mas muito mesmo! Coisa que eu nunca tinha ouvido falar, as palestras são muito interessantes, a gente aprende muita coisa. Eu adoro ir nos encontros.
Lis: A gente adquire muito conhecimento, né? Só de conhecer as pessoas também, eu gosto. (Entrevista concedida à autora pelas assentadas Dália e Lis. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018)

Minha amiga amou o dia que foi no Pontal do Faia, ela amou as conversas, as palestras, amou o lugar, amou o dia, sabe quando a pessoa se liberou aquele dia para se distrair? Ela gostou demais. Mas é uma das cabeças que eu mais vi ficar feliz, parece que mudou o modo de pensar. "Ah, é o encontro de mulher, é só conversa fiada, eu não vou perder meu dia para assistir isso, pra ir em um lugar desses". Ou então acha que é uma coisa meio vulgar, leva pelo lado errado. Então a pessoa precisa ir e ver como é, assistir, porque aí a pessoa vai mudar o modo de pensar também. E é muito bom isso aí, vish! É muito gostoso. (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Hoje, o Comitê é constituído de 30 mulheres, representando seis dos sete assentamentos de Reforma Agrária, além de órgãos parceiros da população assentada e/ou camponesa (Gráfico 15). O NEDET encerrou sua atuação como projeto de extensão em 2017, e sua última prorrogação (de dezembro de 2016 a abril de 2017) foi aprovada sem recursos financeiros - consequentemente, com graves limitações de deslocamento, atuação e autonomia. Porém, o Comitê de Mulheres seguiu e segue atuando, certamente com muito mais dificuldades, buscando apoios financeiros e soluções próprias para a realização de seus encontros e reuniões, mas ainda assim, resiste, como um dos grandes legados das ações do NEDET/Bolsão. Sua resistência é sinal da força gerada por esse coletivo, e da importância dada pelas mulheres que o compõem à construção de espaços para sua união e fortalecimento.

Gráfico 15 – Comitê de Mulheres do Bolsão: nº de membras por assentamento/órgão



Fonte: a própria autora.

O próximo encontro já tem data e lugar para acontecer, e as mulheres estão se mobilizando.

4.4 Violência contra a mulher e depressão

Como mencionado, o Brasil é o 5º país do mundo com mais casos de feminicídios⁴⁰, tornando-se urgente a aplicação de medidas para o enfrentamento à violência contra a mulher. Com a aprovação da Lei Maria da Penha, o diálogo foi legalmente iniciado e consideráveis avanços foram feitos; porém, os números da violência seguem aumentando ano a ano, exigindo que outras estratégias sejam adotadas concomitantemente, não apenas em termos de penalização da violência contra a mulher, mas também na conscientização do machismo naturalizado em nossa sociedade, que nos permita profundas mudanças estruturais das relações de gênero. Embora não fosse o foco da pesquisa, certamente o tema surgiu em muitas das entrevistas, pois a violência é uma realidade para todas as mulheres, das mais diversas maneiras.

Teve uma mudança bem boa (da situação da mulher ao longo do tempo), mas eu acho que ainda está longe de falar que está 100%. Porque tem muita violência doméstica, demais da conta. E muita morte, mulheres estão morrendo muito assassinadas. Por ciúme, por namorado, por não sei o quê, então ainda está tendo aquele problema sério e a mulher tem que enfrentar. E tem que enfrentar de frente, porque se elas calarem, não denunciarem, vai viver o resto do século

⁴⁰ A Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) foi sancionada em 2015, e considera que os homicídios sejam enquadrados nessa lei “quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino.” (WAISELFSZ, 2015, p. 7).

debaixo de agressão. Eu penso assim, que a gente tem que passar para as pessoas. Não querer ser mais que o outro, mas mostrar pro outro que todo mundo é igual. Não levar com brutalidade, violência, mas mostrar pro outro que todo mundo tem direitos iguais, embora no Brasil só esteja escrito, mas não tem igualdade. Nós que temos que fazer valer. (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra, PA São Joaquim. Selvíria, jan. 2018).

A assentada Caliandra reforça a importância do enfrentamento e da denúncia das violências, para que elas possam ser combatidas. Das 23 mulheres entrevistadas, duas relataram sofrer ou ter sofrido violência. Uma delas sofre abusos morais, verbais e psicológicos do marido, e diz que tais atitudes começaram assim que o casal conquistou a terra no assentamento.

Quando eu mudei pra cá, virou tudo de cabeça pra baixo as coisas. Mas o problema é que lá (na fazenda) ele (marido) era bom pra mim. Mudou pra cá, virou um trem brabo. Não quer que eu vou no vizinho, não quer que vou no amigo... Então lá minha vida era bem outra. Tem as meninas do CRAS que vêm aqui em casa, estou tratando com psiquiatra, porque se eu não tratar eu fico doente. Ele quer controlar até a hora de eu dormir. [...] Um dia ele chegou aqui, tinha umas pessoas ali na mesa. Mas ele brigou, me xingou de vagabunda, preguiçosa, na vista das pessoas. "Isso é hora de comida? Eu saio cedo pra ir trabalhar, uma hora dessa essa vagabunda ainda não fez comida, preguiçosa!". Tem duas coisas que eu não gosto que me chama, vagabunda e preguiçosa. Nunca fui, quando eu tinha 7 anos de idade eu carpia cedinho, molhado de orvalho, até meio dia. [...] Ele me manda embora, eu falo "Não vou", pra onde eu vou mais com essa idade, com 72 anos? Aí falei, não vou brigar mais, vou ficar calada. Mas se você fica calada, você fica machucada. (Entrevista concedida à autora pela assentada Orquídea. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

Apesar do apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Três Lagoas, a situação em sua casa não apresenta sinais de encontrar uma resolução.

A outra denúncia foi da assentada Petúnia, que relatou uma infância de muita violência física e moral feita por seu pai, revelando os absurdos da sociedade machista que naturaliza o domínio do pai sobre os corpos das filhas mulheres, como vemos em seu doloroso relato:

Tinha uma aula vaga, do professor de Educação Física, e fomos lá na pracinha perto da escola pra conversar. Aí a diretora ligou. Porque o horário de buscar era tudo dez horas. Aí meu pai chegou e nós não tava lá. Tava na pracinha bonitinha. Eu vim da praça até minha casa apanhando com arreio trançado nas duas pernas. E os alunos, meus colegas, "Seu A., não faz isso, o senhor vai preso". No outro dia, ele fazia questão de nós não irmos de calça. "Pode tirar essa calça, vai de saia, vai de short, pra mostrar que você tem pai, que você tem

família, é pra vocês irem desse jeito." No outro dia nós ia com os vergão dessa grossura de sangue. Chegava lá, tinha vez que eu xingava a diretora, "A senhora está vendo aqui? Ele fez questão de nós vir de short, de saia, pra mostrar. Que nós tem família." (Entrevista concedida à autora pela assentada Petúnia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Meu pai colocava a nossa cabeça debaixo das pernas dele e só cinto. Minha mãe dava um tapa, e meu pai não. Às vezes a gente embrulhava com dois, três cobertores, pra ver se o rei não pegava em nós. Enrolava os cobertores, com duas calças, duas blusas, pra não cortar. A hora que ele chegava, puxava aquela coberta e mandava o rei. Não tinha como, não tinha acordo. Isso quando ele não chegava e a gente ainda estava no banheiro tomando banho. Quantas vezes ele não quebrava a porta do banheiro e batia em nós peladas dentro do banheiro. "Isso aqui é pra quando eu falar uma coisa pra vocês, vocês fazerem do jeito que é." Tinha vez que você ia pro serviço com o corpo todo quebrado, a hora que ia abaixar pra catar tomate, filha, podia ver que arrepiava até os cabelos. (Entrevista concedida à autora pela assentada Petúnia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Para Petúnia, a solução encontrada para sair do domínio de violência de seu pai se deu por meio do casamento, muitas vezes a única saída viável para escapar de uma situação de violência ou de cerceamento das liberdades pessoais. Infelizmente, em muitos casos, o casamento acaba se tornando uma segunda opressão, pois o marido pode repetir os padrões violentos do pai.

Eu já não tive essa liberdade, meu pai era muito rigoroso. Eu não tinha, senão não tinha nem falado em casamento. Não existia casamento na minha palavra. Porque antigamente... hoje vocês tem a liberdade de sair, de ir num baile. A primeira vez que eu fui numa discoteca, eu fui com ele (marido), já tinha assumido o compromisso. (Entrevista concedida à autora pela assentada Petúnia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018).

Igual nós aquele tempo, a gente não tinha formatura nenhuma, tinha que fazer o gosto do marido pra poder sobreviver. O pai não queria a gente mais em casa, depois que tinha um filho ou dois. A gente tinha vergonha também, **a gente casava pra viver**. Então por causa desse negócio você tinha que fazer o que o marido queria. (Entrevista concedida à autora pela assentada Orquídea. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018).

As demais entrevistadas não relataram sofrer violência, mas afirmaram saber de casos nos assentamentos; a conversa era delicada quando se chegava a esse ponto, indicando o tabu e as dificuldades ainda presentes de tratarmos do tema. Em dois assentamentos, as entrevistadas denunciaram líderes religiosos que praticam violência contra suas esposas, porém, o crime é acobertado pela comunidade. Em

outro assentamento, foi relatado sem muitos detalhes um caso de abuso infantil. Elas afirmaram que é muito difícil denunciar, pois geralmente a situação só fica pior.

Haja vista o recorte da pesquisa – mulheres que se destacam por seu protagonismo político, sabemos das limitações para identificar com mais precisão os números de violência contra a mulher no meio rural da área estudada, pois as mulheres que têm maior participação no meio social, em geral, apresentaram uma situação de equilíbrio e respeito no ambiente doméstico, afirmando existir bastante companheirismo por parte de seus maridos.

Quanto a dados oficiais, a Delegacia da Mulher de Três Lagoas disse não ter números a respeito, ou seja, as mulheres do campo ficam tão distantes do atendimento que sequer conseguem fazer denúncias, pois a única maneira seria se deslocando até a cidade, situação muito difícil em casos de violência doméstica. Os outros municípios, com exceção de Paranaíba, não apresentam uma delegacia específica para atender mulheres vítimas de violência, aumentando a dificuldade de prestar atendimento adequado a essas mulheres. Em Água Clara, o município com maior número de vereadoras mulheres, duas delas pleitearam, em 2013, a implantação de uma Delegacia da Mulher,

para contemplar as mulheres de nosso município que precisam ir até a delegacia para registrar os atos ocorridos contra elas, sendo necessário ter uma atenção especializada para melhor atendimento. (“ROSINHA” apud MUNHOZ, 2013, s. p.)

Esse exemplo demonstra a importância da participação feminina nos órgãos que exercem os poderes executivo, legislativo e judiciário, para lutarem pela ampliação dos direitos da mulher. Da mesma maneira, a representatividade política de outros segmentos sociais oprimidos se mostra imprescindível para a realização de uma democracia que realmente contemple a sociedade como um todo, e não apenas às burguesias.

Outro elemento que surgiu durante a pesquisa, de maneira inesperada, foi a depressão, e sua frequência nos relatos foi tamanha que consideramos importante ao menos mencioná-la, e observar sua relação com a condição feminina na luta pela terra. Algumas entrevistadas, como Begônia e Açucena, afirmaram ter entrado em quadros de depressão após terem que se mudar para a cidade por falta de acesso à terra, e enfrentarem jornadas extenuantes de trabalho, aliadas à dupla jornada de sustentação da casa e família. A impossibilidade de recriar seu modo de vida

camponês, aprisionando essas mulheres à lógica capitalista do trabalho assalariado nas cidades, as levou a seu adoecimento.

(Meu marido) foi trabalhar em carvoaria, a gente enfrentou de tudo um pouco pra criar nossos filhos. Ele foi, eu fiquei na cidade, trabalhando de empregada doméstica, tenho orgulho, tem pessoas que tem vergonha, eu não tenho vergonha de falar o que já fiz, o importante é trabalhar, né, na honestidade. Trabalhei como empregada doméstica, e falei "amor, eu não aguento essa vida na cidade, quero ir embora pra fazenda". E fui pedindo pra Deus, sabe? Aí entrei de novo em depressão, com ele longe de mim, e eu ficava sozinha. Ele ficava 30 dias na carvoaria, e eu na cidade trabalhando. E os filhos todos pequenos. (Entrevista concedida à autora pela assentada Açucena, PA Pontal do Faia, Três Lagoas, fev. 2018).

Eu sempre vivi na roça, foi muito pouco na cidade. E quando eu fiquei na cidade, pra alguma coisa foi bom, porque eu fiquei doente de viver na cidade, me deu um começo de depressão, eu precisei até voltar pra escola. Quer dizer, nesse ponto foi muito bom, porque eu terminei o ensino médio por causa disso. Porque eu trabalhava o dia inteirinho. Quando chegava a noite, eu não dormia. Não me sentia bem na cidade. Enquanto você está trabalhando o dia vai passando, mesmo trabalhando de doméstica, que não é fácil, mas o dia passa. Mas quando chegava a noite, eu não conseguia dormir, e imaginar que no outro dia seria tudo de novo, e não era do jeito que eu queria, né? Então eu entrei em depressão, e precisei voltar para a escola. Ao invés de tomar um remédio, fumar um cigarro, como muita gente faz, eu usei voltar para a escola. E para mim foi muito bom, eu me senti muito bem de terminar o ensino médio já com 50 anos, né! (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia, PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018).

Apesar das limitações teóricas para abarcar tais problemáticas na presente pesquisa, ressaltamos sua existência, a fim de apontar a necessidade de atuação dos órgãos públicos e da sociedade para o combate à violência contra a mulher, no campo e na cidade, assim como chamar a atenção à saúde psicológica de mulheres e homens que, a nosso ver não-especialista, tem relação direta com as dificuldades sociais enfrentadas em um país marcadamente desigual. Há um vasto campo de pesquisa e ação a ser explorado.

4.5 Ser mulher e sonhar mulher

A percepção das assentadas acerca de suas próprias existências enquanto mulheres foi um dos aspectos mais marcantes das entrevistas. Quando indagadas "O que é ser mulher para você?", a maioria das respostas continham adjetivos que denotavam força, luta e superação, revelando uma autoimagem de bastante

confiança e amor próprio, fortalecida pelos desafios enfrentados ao longo da vida. Seguem algumas respostas colhidas:

Pra mim ser mulher é superar os desafios. Com garra! (Entrevista concedida à autora pela assentada Lis. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018)

Eu falo que ser mulher também é conseguir vencer todas as batalhas, porque não são todas que aguentam. Só de a gente suportar vencer todas as batalhas, que nem eu que já tenho essa idade, o que eu já passei, acho que é ser mulher e tanto, né! (Entrevista concedida à autora pela assentada Lis. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018)

Batalhadora, batalhadora! Porque se a mulher não for batalhadora, ela não é mulher. É o principal. E o pé firme, né! Porque se não tiver o pé firme, não vai. Bola pra frente! (Entrevista concedida à autora pela assentada Zínia. PA Serra, Paranaíba, mar. 2018)

Olha, eu acho que é muito bom! É importante ser mulher pra mim. Porque eu acho que eu sou importante. (Entrevista concedida à autora pela assentada Alfazema. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018)

O que que é mulher? É um todo, é um complemento, é de beleza, é de raça, é um todo, bota tudo no caldeirão e dá um caldo bom depois, não dá? (Entrevista concedida à autora pela assentada Hortênsia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018)

Eu acho que como mulher, a mulher pensa com o coração e não com a razão. Tanto que eu choro só de pensar que a gente é... eu acho que a mulher é a coisa mais maravilhosa que existe no mundo! Não estou desfazendo dos homens, a gente precisa deles, mas a mulher pensa muito com o coração. Mesmo sendo a presidente de uma associação, eu jamais penso só com a razão. Porque eu tenho que colocar o coração um pouquinho. Às vezes o meu marido fala "não, mas você está sendo muito mole! Você está dando corda demais, você está deixando a pessoa até te pisar um pouco", mas não é o pisar. É porque se eu for agir com a razão, eu vou discutir com a pessoa que talvez no momento esteja estressada, nervosa, e tudo. E se eu for agir com o coração, eu vou conseguir entender ele, e no momento ele vai... já aconteceu isso, de a pessoa chegar aqui, me desaforar de uma maneira que não tinha nem necessidade de escutar. Eu fiquei quieta. Me magoou, lógico, mas depois a pessoa disse "dona Begônia, eu estava nervoso, me desculpa". Então eu falo que se fosse um homem naquele momento, teria acontecido uma briga. Por isso que eu falo, eu acho que ser mulher é a coisa mais linda do mundo. (Entrevista concedida à autora pela assentada Begônia. PA Alecrim, Selvíria, fev. 2018).

Algumas definições também remeteram aos estereótipos de gênero, atribuindo-se funções e obrigações morais ao "ser mulher", como o casamento, a

realização das tarefas domésticas com cuidado, demonstrando que ainda há uma construção de papéis de gênero bem definidos no imaginário comum.

Porque eu digo, a mulher que é mulher, casamento é um só, o resto é tudo ilusão. Acho que ser mulher é isso aí, ser uma boa dona de casa, ser caprichosa, e ser amiga. Mãe amiga, mulher amiga, companheira, pra mim ser mulher é isso aí. (Entrevista concedida à autora pela assentada Açucena, PA Pontal do Faia, Três Lagoas, fev. 2018).

Algumas mulheres se revelaram otimistas com as mudanças e vitórias dos movimentos feministas, percebidas por elas. Caliandra destaca as conquistas quanto à participação política feminina:

A mulher na política: a mulher hoje está livre na política! Aliás, é obrigatório 30% de mulher na política. No começo mulher não votava, não podia participar de nada. Hoje já pode. Tem mulher sacana também, que está lá pra sacanear, mas tudo bem, faz parte. (Entrevista concedida à autora pela assentada Caliandra, PA São Joaquim. Selvíria, jan. 2018).

A senhora Orquídea, uma das entrevistadas de maior idade, também apresenta de maneira muito didática a grande mudança que presenciou ao longo de sua vida sobre o lugar das mulheres na sociedade.

Quando eu casei, o dever da mulher era levantar cedo, pôr o feijão no fogo, fazer o almoço pra 9, 10 horas o marido vir comer, a mulher não tinha liberdade igual hoje. Então no almoço eles almoçavam, duas horas a gente levava a merendinha na roça, fazia um curau, alguma coisa, uma pamonha e levava. Na janta, seis horas a janta estava pronta, obrigação da mulher. Fazer a janta, jantava e ia dormir. Dar roupa lavada, arrumadinha. Já hoje, as mulheres de hoje não são assim. Os homens, se querem comer vão lá na panela fazer. Muitas não tem assim, "ah meu marido vai chegar", elas são mais libertas do que no tempo meu. **O tempo que eu casei a mulher era como uma escrava pro marido, e hoje não é mais assim, as mulheres estudaram e elas são independentes. [...] Porque o estudo é uma libertação.** Você pode falar "eu vou trabalhar", pega uma marmitta e hoje não vou nem em casa, o homem lá que se vire. Não é verdade? E aquele tempo não, você podia estar lá na reta, se o homem quisesse comer você tinha que vir correndo pra fazer uma comida senão você entrava no couro que o homem tinha que comer. E as mulheres de hoje não são assim. (Entrevista concedida à autora pela assentada Orquídea. PA Pontal do Faia, Três Lagoas, jan. 2018, grifo nosso).

Como muito bem colocado por Orquídea, a educação das mulheres é primordial à sua emancipação, dando ferramentas para que seja possível sua autonomia, ingressando no mercado de trabalho para não mais depender financeiramente de um homem. Além disso, a educação também tem papel

importante na prevenção e combate à violência de gênero, e por isso há tantos movimentos que lutam pela inserção dos debates sobre gênero nas escolas. Muitas vezes, é nas escolas que se detectam casos de violência doméstica contra crianças, por isso a importância de abordar o tema e criar um espaço acolhedor onde possíveis vítimas possam ser ouvidas.

As mulheres no Brasil são hoje a maioria no acesso à educação, especialmente no ensino superior, apresentando tempo médio de estudos maior que o dos homens, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). (GODINHO et al, 2006).

No depoimento de Zínia, a educação se mostra como via de emancipação da vida penosa do trabalho braçal no campo. Sendo assim, para as mulheres do campo, estudar é uma possibilidade de dupla emancipação.

O mais importante da minha vida são meus filhos, porque sem eles, batalha não é batalha. Porque eu quero batalhar pra eles, eu quero um futuro melhor pra eles. Eu não quero que eles vão pro cabo da enxada, e ficar ralando como eu e meu marido estamos ralando. Porque é difícil, não é fácil. E não é valorizado. Foi muito desvalorizado o serviço braçal. Então eu tenho medo deles sofrerem. Eu quero que eles estudem, pra ter uma vida melhor. (Entrevista concedida à autora pela assentada Zínia. PA Serra, Paranaíba, mar. 2018)

Nos diálogos, também foi possível perceber a grande presença da religiosidade como reforçadora dos estereótipos de gênero; as assentadas entrevistadas eram unanimemente cristãs (católicas ou evangélicas), e essa informação, embora sequer constasse no questionário aplicado inicialmente, transpareceu em todas as entrevistas, notando-se que a fé é um elemento basilar em suas vidas. Acreditamos que a ideia de um deus homem, masculinizado, acaba por reforçar a hierarquia em termos de gênero, pois remete a uma crença de que as mulheres vieram de um pedaço do homem para servi-los, e não são imagem e semelhança de deus, portanto, são inferiores. A assentada Íris, no entanto, traz uma leitura da mitologia cristã um pouco diferente, que remete ao companheirismo horizontal, que anda lado a lado, entre homens e mulheres:

Ser homem é fácil. Mas ser mulher é um dom muito especial. Porque nós não fomos feitas do barro. Nós fomos feitas da costela de Adão. Deus fez o homem e dele deu o fôlego de vida, tirou a costela e fez a mulher. Fez da costela para andarmos lado a lado, não fez da cabeça pra mandarmos nos homens, e nem fez do pé para sermos pisadas pelos homens. (Entrevista concedida à autora pela assentada Íris. PA

São Joaquim, Selvíria, fev. 2018)

Entre o que as entrevistadas julgaram ser o mais importante da vida, deus apareceu com frequência, assim como a família, principalmente filhas e filhos. A fala de Dália contempla o que foi dito por muitas:

Primeiro lugar na nossa vida é Deus, depois a saúde, e depois a coisa mais importante da minha vida é minha família. Meus filhos são a coisa mais importante pra mim. Pra falar a verdade, eu posso até estar errada, mas eu acho que é mais importante do que a mãe. E filho não existe, se meus filhos estão bem, eu estou muito bem. As mães são assim, você vai ser mãe e você vai ver. Seu filho estando bem, você está maravilhosamente bem. Se seu filho não está bem, você não está bem. (Entrevista concedida à autora pela assentada Dália. PA Serra, Paranaíba, fev. 2018)

As mulheres que compuseram a presente pesquisa revelaram-se um grupo que, respeitada sua heterogeneidade, apresenta valores próximos, denotando o cuidado cotidiano com a vida, prezando pelo bem estar das futuras gerações, nutrindo relações familiares, relações de amizade, solidariedade e companheirismo muito sólidas. No ato diário de cozinhar, a princípio algo tão simples e subestimado, quase invisibilizado, essas mulheres mantêm o núcleo familiar alimentado para seguir existindo, ao mesmo tempo em que fazem suas políticas e estratégias de reprodução, lutando por seus direitos. São sujeitos que se percebem e atuam como protagonistas de suas vidas e de sua comunidade, desafiando as regras sociais e negando o lugar comum de submissão e silenciamento que muitas vezes recebem(os) em vida, colocando-se no centro das mudanças necessárias para a construção de um mundo melhor, de mais amor e respeito.

O mais importante... é o amor, né. O amor que a gente tem que ter entre as pessoas, entre a família, né? Que hoje em dia está tão difícil essas coisas. Tem tanta coisa ruim acontecendo, né. Acho que mais por falta disso, de amor. (Entrevista concedida à autora pela assentada Rosa. PA São Joaquim, Selvíria, fev. 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou dar destaque às mulheres que protagonizam grandes transformações cotidianas, por meio de seu trabalho na e com a terra, e para além dela, atuando nas esferas pública e privada.

O capitalismo, enquanto sistema econômico baseado na exploração da sociedade e da natureza para gerar lucro e privilégios a uma minoria, vai chegando a seus limites. Limites físicos, geográficos, sociais. Sua insustentabilidade se revela cada vez com mais clareza: crimes ambientais em proporções desastrosas, fome, envenenamento de populações, esgotamento de minérios e combustíveis fósseis, guerras. A produção capitalista é afastada das reais necessidades humanas e, em sua busca pelo acúmulo de capital, produz incontáveis bens e serviços desnecessários à nossa sobrevivência, ou pior, até mesmo antagônicos a ela, como os alimentos com veneno.

Nos últimos dias da escrita deste trabalho, uma fissura nas paredes do capital revela sua fragilidade: caminhoneiros e caminhoneiras de todo o país entraram em greve. São longos dias, em que pairam inúmeras dúvidas no ar. Dia a dia, hora a hora, os combustíveis ficam mais caros até que se acabam, e pessoas brigam em postos por um galão de gasolina.

A grande mídia mostra a população urbana correndo aos mercados, comprando estoques de alimentos, aumentando a crise do desabastecimento e gerando o fantasma da escassez. Em muitos lugares, não há mais hortaliças, frutas, verduras. “E se a comida acabar?!”. Vende-se e semeia-se o caos, as informações são confusas, aglomerados pedem por intervenção militar, movimentos sociais se perdem.

O caos social gerado em poucos dias evidencia quão distorcidos estão os valores e a própria organização da sociedade atual. Com tanta terra, como é capaz que nos falte alimento? O que fazer quando o transporte – essencial para circular a mercadoria, fechando o ciclo do capital – deixa de girar? A vida para? Quando foi que nosso líquido vital deixou de ser a água e passou a ser o petróleo?

Como um presente dolorido, sair da zona de conforto nos permite lembrar o quanto esse sistema é insustentável. Passados os primeiros dias de greve, as feiras agroecológicas, de produção local, são as únicas que seguem provendo alimentos

frescos às cidades, demonstrando a importância de se fomentar a economia local, realmente capaz de suprir as demandas em pequena escala. Os hábitos também começam a mudar: colegas de trabalho passam a fazer revezamento de caronas, ou a utilizar o transporte público, ou até mesmo a caminhar com as crianças para a escola. As bicicletas são recuperadas da despensa. Trabalhadoras e trabalhadores são valorizados, saindo da invisibilidade.

Conforme a greve segue, aulas escolares e jornadas de trabalho são suspensas. De repente, existe o tempo. A classe trabalhadora se vê, momentaneamente, livre. E assim acontecem reencontros de amizades distanciadas pela falta de tempo; a lua cheia volta a ser reparada no céu; torna-se possível ler um livro, brincar com as crianças em casa, regar as plantas com tranquilidade, descansar. Os fios invisíveis que conectam as pessoas ao modo autômato da rotina são cortados, e eis que existe ainda um humano dentro de cada uma e cada um.

A suspensão da rotina capitalista traz, entre muitas possibilidades de leituras, um aprendizado: se faz cada vez mais urgente a construção de novas formas de organização social e de economia, baseadas na solidariedade, no desenvolvimento local, em fontes de energia limpa, em sistemas que atendam a toda a população em suas necessidades reais; formas de organização que priorizem a vida acima de tudo, e não o lucro. A preservação, e não a destruição.

Essas mesmas pautas estão presentes nas bases da agroecologia, que se revela um movimento político de muita resistência, protagonizado pelas mulheres. Como responsáveis pela reprodução da vida, elas estão diretamente conectadas com as necessidades reais do núcleo familiar, mantendo-o saudável e coeso (devido à divisão sexual do trabalho, e não a uma natureza materna cuidadora). Por outro lado, os movimentos feministas têm conquistado mais lugares de participação política para as mulheres, o que se revela igualmente fundamental para a realização de mudanças estruturais. A ocupação dos espaços se dá em vários âmbitos, e a rede de apoio se amplia.

O sonho de trabalhar a própria terra é um escape à lógica do capitalismo: as horas não são contadas por um tic-tac métrico de relógio, e sim pelo girar do sol, pelo canto do galo ou dos grilos. As relações humanas não são mediadas pelo capital. O tempo se torna amigo: existe pra se tomar um café, conversar com a comadre e o compadre que voltam da viagem com notícias. O tempo das mudas nascerem, dos frutos amadurecerem, das crianças crescerem.

As mulheres camponesas que compuseram esta pesquisa fazem de suas vidas um ato de resistência; resistem à automatização da vida que o capitalismo imprime em sua lógica de trabalho; resistem a permanecer nos lugares delimitados pela casa, participando ativamente da vida pública; resistem a aceitar com resignação que um projeto se acabe, caso o Estado corte a verba que o mantinha a duras penas.

Assim, essas mulheres transformam o que parece utópico em realidade, apesar das muitas dificuldades e penosidades enfrentadas.

As perguntas seguem: quais necessidades devem ser atendidas a todas as pessoas? Como é possível atender a essas necessidades? Como a propriedade privada de fato priva as pessoas de terem as necessidades mais básicas atendidas? Como estabelecer novas relações entre mulheres e homens, e entre a população e a natureza, que seja respeitosa com tudo e todas/os?

Certamente, a construção de uma nova realidade social exige a participação coletiva de quem tenha interesse em um projeto comum que abarque algumas dessas respostas. No entanto, os paradigmas de gênero e da questão agrária se mostraram fundamentais para esse movimento: a revolução é feminista e agroecológica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 390 p. Tese (Pós-Graduação em Geografia) — UNESP Presidente Prudente, Presidente Prudente, SP.
- _____. Reforma Agrária e omissão em Canoas. **Correio do Estado**. Campo Grande, MS, p. 2A, 08 out. 2011.
- _____. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Uberlândia, 2012.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** Abril Cultural, Brasiliense, 1985.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ASSASSINATOS no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003. **CPT Nacional**, Goiânia, 16 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- ASSESSORIA DE IMPRENSA. De alternativa à renda principal de produção de maracujá em Paranaíba. **ParadaDEZ**. 25 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.paranaibams.com.br/noticias/ver.php?id=3104>>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.
- BECKER, Márcia Regina; BARBOSA, Carla Melissa. Sororidade em Marcela Lagarde y de los Ríos e experiências de vida e formação em Marie-Christine Josso e algumas reflexões sobre o *saber-fazer-pensar* nas ciências humanas. In: **Coisas do Gênero**. São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 243-256, ago/dez 2016.
- BELLO, Claudia Guishard. **Manual de comunicación no sexista**. Hacia un lenguaje incluyente. México, D. F.: INMUJERES, 2015.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.
- BORZONE, Clariana Vilela. Grupo produtivo de mulheres camponesas no distrito de Arapuá – Três Lagoas/MS. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. **Anais...** Curitiba, PR, 2017.

BORZONE, Clariana Vilela; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; NARDOQUE, Sedeval. Mulheres camponesas em movimento: a experiência do Comitê de Mulheres no Território Rural do Bolsão/MS. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2-8, 2017.

BORZONE, Clariana Vilela. MEDEIROS, Gabriela Nogueira. BARROS, Matheus Henrique de Souza. A participação das mulheres nos espaços políticos do Projeto de Assentamento 20 de Março (Três Lagoas/MS). **AGB/TL**, 2018, no prelo.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **Revista História**, v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COLETIVO NACIONAL DE MULHERES MST. **Compreender e construir novas relações de gênero**. 2ª Ed. São Paulo, 1998.

CONCEIÇÃO, Edmir. Presidente da Eldorado Brasil confirma cronograma e geração de 2.200 a 2.500 empregos diretos. **Perfil News**, 05 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/eldorado-inaugura-fabrica-de-celulose-de-tres-lagoas-em-13-de-dezembro>>. Acesso em: 10 maio 2018.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Edital MDA/SDT/CNPq**: Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009. Disponível em: <resultado.cnpq.br/3872448299872562>. Acesso em 16 jan. 2018.

COSTA, Daiane. Fome volta a assombrar famílias brasileiras. **O Globo**, 09 jul. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/fome-volta-assombrar-familias-brasileiras-21569940>>. Acesso em: 02 maio 2018.

DINO. Indústria de Cosméticos dribla crise e projeta crescimento. **Revista Exame**, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/industria-de-cosmeticos-dribla-crise-e-projeta-crescimento-dino890103433131/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **O Território Ofaié pelos caminhos da História**. Campo Grande: FCMS/Life, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja**: Mujeres, cuerpo y acumulación primitiva. 2. ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Calibanylabruja-TdS.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. **Boletim DATALUTA**. Artigo do mês, Mar. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

FERRÁNDIZ, Teresa María Mayor. La imagen de la mujer en la Prehistoria y en la Protohistoria. **Revista de Claseshistoria**. Artigo Nº 236, 15 de outubro de 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5145599.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

FERRÉ, Mireia Baylina. Metodología para el estudio de las mujeres y la sociedad rural. **Estudios Geográficos**, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, España, v. 65, n. 254, p. 5 – 28, 2004.

FIBRIA. **Relatório Fibria 2016**: um novo horizonte para todos. 2016.

FREITAS, Flávio Luiz Mazzaro de; GUIDOTTI, Vinícius; SPAROVEK, Gerd. Nota técnica: Malha fundiária do Brasil, v.170321. In: **Atlas - A Geografia da Agropecuária Brasileira**, 2017. Disponível em: www.imaflora.org/atlasagropecuario

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 227 p. Tese (Pós-Graduação em Geografia) — UNESP Presidente Prudente, Presidente Prudente.

¡GLOBALICEMOS la lucha, globalicemos la esperanza! **La Vía Campesina**, 7 jul. 2017. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/la-voz-de-los-campesinos-y-de-las-campesinas-del-mundo5/>>. Acesso em: 22 jan. 2018

GODINHO, Tatau et al. (Org.). **Trajetória da mulher na educação brasileira 1996-2003**. Brasília: Inep/MEC, 2006.

GUAJAJARA, Sônia Bone. **A luta pela Mãe-Terra é a mãe de todas as lutas**. Carta aberta publicada em rede social (Facebook), 6 fev. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/sonia-bone-guajajara/falando-com-meus-parentes-e-com-minhas-parentas-ind%C3%ADgenas/1598180266917090/?hc_ref=ARRg1gAutYvk7_6cQFP5HDPRdFWDnvlIQF7BMPiIhwZiX-n9-bSBa5GXdyilr8xg1IM>. Acesso em: 25 maio 2018.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

HUSAIN, Shahrukh. **Divindades femininas**. Köln: Evergreen-Taschen, 2001.

INTERNATIONAL SOCIETY OF AESTHETIC PLASTIC SURGERY – ISAPS. Demand for cosmetic surgery procedures around the world continues to skyrocket – USA, Brazil, Japan, Italy and Mexico ranked in the top five countries. **Press Release – Global Statistics**, 27 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.isaps.org/wp-content/uploads/2017/10/GlobalStatistics.PressRelease2016-1.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

INTER-PARLIAMENTARY UNION – IPU. **Women in politics**: 2017. Geneva, Switzerland, 2017. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/pdf/publications/wmmmap17-en.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

JALIL, Laetícia Medeiros. **As flores e os frutos da luta**: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais. 2013. 206 p. Tese (Pós-graduação em Ciências Sociais) – UFRJ, Rio de Janeiro.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KARAWAJCZYK, Mônica. Sufragismo/Sufragetes; Voto feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: UFGD, 2015.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KRAMER, Heinrich. SPRENGER, Jacobus. **Malleus Maleficarum**: El martillo de los brujos. Buenos Aires: Orión, 1975.

KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2010. 177p. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – UFMS - Três Lagoas, MS.

KUDLAVICZ, Mieczslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Em tempos de “privatização” da Reforma Agrária, a necessária *práxis* do bem comum. **Boletim DATALUTA**. Artigo do mês, fev. 2014.

KUHN, Elisa de Oliveira. **Movimento de Mulheres Agricultoras do Mato Grosso Do Sul**: História e representações (1979-1994). 2012. 98 p. Dissertação (Pós-graduação em História) - Universidade Federal da Grande Dourados – Dourados, MS.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Nos confins do império um deserto de homens povoado por bois**: a ocupação do planalto sul Mato Grosso 1830-1870. 1993. 213 p. Dissertação (Pós-graduação em História) – UFF - Niterói, RJ.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, n. 11, p. 57 – 67, Jan-Jun 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

MARTIN, Andrey Minin. **Práticas, experiências e os (des) caminhos da luta pela terra em Três Lagoas-MS**. 2010. 205 p. Dissertação (Pós-graduação em História) – UEM – Maringá, PR.

MARTINS, Fábio; BRUNETTO, Sarue. Movimento das Mulheres Camponesas e sua relação de resistência com a ditadura militar. **Revista Santa Catarina**, Florianópolis, UFSC, n. 1, v. 8, p. 105-114, 2014.

MARX, Karl. **O Capital** – livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELITO, Leandro; PASSOS, Gésio. Saiba quem foram as ministras do período democrático no Brasil. **Portal EBC**, Brasília, 16 maio 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/saiba-quem-foram-ministras-do-periodo-democratico-no-brasil>>. Acesso em: 15 maio 2018.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais as portas? In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: UFGD. 2009, p. 207-234.

_____. PRONAF-MULHER: instrumento de reconhecimento/fortalecimento da condição de mulheres trabalhadoras/ administradoras de unidades produtivas em assentamentos de Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul. In: MENEGAT, Alzira Salete. (Org.). **Leituras sobre mulheres: o fazer e o refazer de caminhos**. Dourados: UFGD, 2016, p. 31-46.

MEYER, Dagmar Estermann; SCHWENGBER, Maria Simone. Maternidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: UFGD, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 18, n. 3, p. 7-77, set./dez. 2017.

MORAES, Alana. Da revolução feminista e o problema do futuro. Bruxas de todos os mundos: distribuí-vos! **Urucum**, Mar. 2017. Disponível em: <<https://urucum.milharal.org/2017/03/11/revolucaofeminista-bruxas/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MUNHOZ, Antonio Paulo. Vereadora "Rosinha" solicita Delegacia da Mulher em Água Clara. **Portal Água Clara**, 06 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.aguaclarams.com.br/agua-clara/2013/03/06/36719/vereadora-rosinha-solicita-delegacia-da-mulher-em-agua-clara.html>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** São Cristóvão, SE, 2016.

NASCIMENTO, Alice Araújo do et al. A ocupação do espaço territorial de Juti/Amambai: da Matte aos assentamentos. In: OLIVEIRA, Benícia Couto de (Org.). **Histórias que (re)contam História: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do Sul do Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2013, p. 29-46.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O Campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004, p. 29-64.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2016. Disponível em: <<http://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. Desdobramentos da marcha para oeste na fronteira Brasil-Paraguai: colonizar era preciso. In: _____ (Org.). **Histórias que (re)contam História**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do Sul do Mato Grosso do Sul. Dourados: UFGD, 2013, p. 13-28.

OLIVEIRA, Cida de. Fechamento de escolas rurais obriga crianças a passar mais tempo na estrada que em aula. **Rede Brasil Atual**, 09 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/03/fechamento-de-escolar-rurais-obriga-criancas-a-passar-mais-tempo-na-estrada-do-que-em-sala-de-aula>>. Acesso em: 15 maio 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PONTIN, Vânia dos Santos; NARDOQUE, Sedeval. A Educação do/no campo no Território Rural do Bolsão/MS: o caso da Escola Municipal Rural São Joaquim. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Seção Três Lagoas/MS, nº 24, Ano 13, nov. 2016, p.151-167.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário-agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis, 2004.

PROGRAMA de Aquisição de Alimentos continua em 2018. **OCB**, Brasília, 14 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/noticia/20980/programa-de-aquisicao-de-alimentos-continua-em-2018>>. Acesso em: 11 maio 2018.

QUEIROZ, Juliana Vieira. **Agricultura familiar camponesa em Três Lagoas/MS: experiências de transição agroecológica e canais curtos de comercialização**. 2017. 89p. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) – UFMS - Três Lagoas, MS.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAVAGNANI, Allan. Fibria anuncia fusão com Suzano. **Agência CMA**, 16 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.agenciacma.com.br/fibria-anuncia-fusao-com-suzano/>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

Redação Marie Claire. Ausência de mulheres no ministério de Temer gera polêmica. **Marie Claire**, 12 mai. 2016. Fot. color. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/05/ausencia-de-mulheres-no-ministerio-de-temer-gera-polemica.html>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

ROUSSEFF, Dilma. (Discurso proferido em 31 ago. 2016). Vídeo: Assista, na íntegra, ao discurso de Dilma Rousseff pós-impeachment. In: **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/08/31/interna_politica,799583/video-assista-na-integra-ao-discurso-de-dilma-rousseff-pos-impeachm.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. 'Descolonização' da América Latina exige reconhecimento dos direitos indígenas. **Correio da cidadania**. São Caetano do Sul, 13 maio 2008. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1804>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SENRA, Lidia et al. **Las mujeres alimentan al mundo: Soberanía alimentaria en defensa de la vida y el planeta**. Barcelona: Entrepueblos-Entrepobles-Entrepobos-Herriarte, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul./dez. 1995.

SHIVA, Vandana. El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad. In: **La Praxis Del Ecofeminismo**. Org.: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. Barcelona: Icaria, 1998.

_____. La descolonización del Norte. In: **La Praxis Del Ecofeminismo**. Org.: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. Barcelona: Icaria, 1998.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61 – 71, jan./mar. 2000.

_____. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, p. 845 - 849, fev. 2007.

_____. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Mariele de Oliveira. **A (Re)criação do campesinato: no contexto das políticas públicas e nas situações de bloqueio: Cáceres/MT, Três Lagoas e Selvíria/MS**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

SILVA, Maura. Sou gay, sou lésbica, sou trans, sou bi, sou Sem Terra, sou humano, sou como você. **Página do MST**, 11 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/08/11/sou-gay-sou-lesbica-sou-bi-sou-sem-terra-sou-humano-sou-como-voce.html>>. Acesso em 29 mar. 2018.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 30, p. 475 – 494, jul./dez. 2015.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910). In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. **Anais...** Natal, 2002.

STARHAWK. **A dança cósmica das feiticeiras**. Rio de Janeiro: Nova Era, 1993.

TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. 19. ed., São Paulo: Ática, 1991. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv00303a.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2018.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária. In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: UFGD. 2009, p. 207-234.

_____. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: UFGD, 2014.

TRÊS LAGOAS (Prefeitura). Diretoria de Comunicação. SEMEA e moradores do Assentamento Pontal do Faia estudam criação de cooperativa de ovos caipira. **Editoria Meio Ambiente**. 02 maio 2018. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/noticia/semea-e-moradores-do-assentamento-pontal-do-faia-estudam-criacao-de-cooperativa-de-ovos-caipira/14496/>>. Acesso em: 08 maio 2018.

VAN DER MARK, Merel; HAGGITH, Mandy. **Expansion of the Brazilian pulp industry: Impacts and risks**. Scotland: Environmental Paper Network. Discussion document, 3 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.environmentalpaper.eu/wp-content/uploads/2017/03/170314-Pulp-Mill-Expansion-in-Brazil-discussion-document.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

VIGLIETTI, Daniel. Desalambrar. In: _____. **A desalambrar**. Montevideo: DM Records, 1998, faixa 2. CD.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza**: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La naturaleza como persona: Pachamama y Gaia. In: **Bolivia: Nueva Constitución Política del Estado**. Conceptos elementales para su desarrollo normativo, 109–132. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2010.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; PEDRO, Joana Maria. A histérica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, nº 38, p. 225-250, jul./dez. 2015. UERJ, Rio de Janeiro.

APÊNDICE A

Questionário-base utilizado nas entrevistas.

Nome:

Idade:

Assentamento:

História da luta pela terra

1. Há quanto tempo vive no assentamento?
2. Onde vivia antes de vir pra cá? (Procedência)
3. Participava de algum sindicato ou associação?
4. Participou do período de acampamento?
5. O que a levou à luta pela terra?

Atividades do dia-a-dia

6. Qual o estado civil? Quem mais vive na casa?
7. Como é a divisão de tarefas na unidade familiar? Qual é a participação (por gênero e idade) dos membros da família na manutenção do grupo?
8. O trabalho desenvolvido no lote é familiar/diarista, coletivo/individual? Troca serviços com os vizinhos? Quais serviços? Realiza trabalhos na casa para fora? Realiza algum tipo de trabalho remunerado fora da casa?

Espaços de decisão e poder político

9. Quem na casa exerce a tomada de decisões a respeito do lote? (produção, comercialização, reformas e melhoras) E da educação dos/as filhos/as?
10. Quem gerencia a renda da família?
11. Quais são as atuações/attitudes entendidas como “obrigatórias” para a mulher e para o homem? / Como você vê a diferença entre mulheres e homens?
12. Quais são os espaços de sociabilidade construídos pelas mulheres? Pelos homens?
13. Quais são os espaços e momentos de não trabalho para a mulher? Para o homem?
14. Quais são as atividades de lazer para a mulher? Para o homem?

Trabalho e militância no assentamento

15. Existe algum grupo organizado de mulheres no assentamento? Se sim, participa de que maneira?
 - a. Há quanto tempo?
 - b. Qual o nível de participação das demais mulheres?
 - c. Onde se reúne e com que frequência?
 - d. Quem participa das reuniões? Mulheres, homens, crianças?
16. Você participa de alguma associação do assentamento?
 - a. Qual seu cargo?
 - b. Quantas mulheres participam da associação? E quantos homens?
 - c. Quais os objetivos imediatos da Associação para o assentamento?
 - d. Realizam-se reuniões, assembleias, cursos? Com que frequência?
 - e. Existe parceria com outras entidades?
 - f. Quais são os principais impedimentos para a participação da mulher no Setor no assentamento?
 - g. Quais são as demandas colocadas pelas mulheres?

h. A mobilização política da mulher no assentamento é maior ou menor a do homem?

17. Você foi em algum encontro das mulheres camponesas do Bolsão?
- Você acha importante a existência dos encontros? Por que?
 - O que você espera dessa mobilização?
 - Você participa do comitê de mulheres do bolsão?
 - Quais sugestões para que o comitê seja mais proveitoso pra vocês?

Agroecologia e relações com a terra

18. A produção no lote é convencional ou agroecológica?
19. Vocês aplicam algum veneno? Adubo químico? Compram sementes?
20. Cultiva quais plantas alimentícias?
21. Cultiva alguma planta medicinal?

Conclusões

22. Pra você, o que é ser mulher?
23. O que é mais importante na vida pra você?
24. Você gosta de morar no campo?
25. Como você vê a participação das mulheres na política?
26. Você acredita em deus/qual sua religião?
27. Você acha que deus é homem ou mulher?

APÊNDICE B

Plantas medicinais e alimentares citadas nas entrevistas

Plantas medicinais utilizadas pelas entrevistadas		Plantas alimentares cultivadas pelas entrevistadas	
	Nome científico provável		
		Abacate	Limão
Absinto		Abacaxi	Mamão
Açafrão	<i>Curcuma longa</i>	Abóbora	Mandioca
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>	Acerola	Manga
Alfavaca		Alface	Maracujá
Algodãozinho		Almeirão	Melancia
Amora	<i>Morus sp.</i>	Amora	Milho
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Banana	Pequi
Babosa	<i>Aloe vera? Aloe sp.?</i>	Baru	Pimenta
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i>	Batata doce	Pinha
Caferana	<i>Tachia guianensis</i>	Beterraba	Pitaya
Capim cidreira	<i>Cymbopogon citratus</i>	Café	Ponkan
Carapiá	<i>Dorstenia brasiliensis</i> Lam.	Cajá	Rabanete
Carobinha	?	Caju	Repolho
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i>	Cana de açúcar	Romã
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.	Cebola	Rúcula
Hortelã	<i>Mentha sp.</i>	Cebolinha	Salsinha
Hortelã-pimenta	<i>Mentha piperita</i> L.	Cenoura	Siriguela
Laranja	<i>Citrus ??</i>	Coco	Tomate
Limão (taiti, rosa, galego...)	<i>Citrus ??</i>	Coentro	Urucum
Losna		Couve	
Manga (folha)	<i>Mangifera indica</i> L.	Escarola	
Manjeriço		Feijão	
Mastruz/Erva de santa Maria	<i>Chenopodium ambrosioides?</i>	Goiaba	
Poaia	<i>Cephaelis Ipecacuanha?</i>	Graviola	
Poejo	<i>Mentha pulegium</i>	Guavira	
Romã	<i>Punica granatum</i>	Jabuticaba	
Sucupira	<i>Pterodon emarginatus?</i>	Jaca	
Terramicina/amoxicilina	<i>Alternanthera brasiliensis</i>	Jurubeba	
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Laranja	
TOTAL	29	-	50